

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

MÁRCIA REGINA BATISTA

OCUPAÇÃO DO DISTRITO DE ARACÊ, DOMINGOS
MARTINS (1888-1920)

Vitória
2019

MÁRCIA REGINA BATISTA

OCUPAÇÃO DO DISTRITO DE ARACÊ, DOMINGOS MARTINS (1888-1920)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Dadalto

Vitória
2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B333o Batista, Márcia Regina, 1966-
Ocupação do distrito de Aracê, Domingos Martins (1888
1920) / Márcia Regina Batista. - 2019.
172 f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Dadalto.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Terras devolutas. 2. Índios. 3. Imigrantes. I. Dadalto,
Maria Cristina. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Márcia Regina Batista

Ocupação do distrito de Aracê, Domingos Martins (1888-1920)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas. Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Dadalto.

Aprovada em ____ de ____ de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Cristina Dadalto - Universidade Federal do Espírito Santo – Orientadora

Profa. Dra. Edenize Ponzo Peres - Instituto Federal do Espírito Santo – Membro externo

Profa. Dra. Adriana Pereira Campos - Universidade Federal do Espírito Santo – Membro interno

Profa. Dra. Aurélia Hermínia Castiglione - Universidade Federal do Espírito Santo – Membro interno

Profa. Dra. Luiza Horn Iotti – Universidade Caxias do Sul – Membro suplente externo

Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro - Universidade Federal do Espírito Santo – Membro suplente

A meu Deus,
Ao meu pai,
A minha mãe,
Aos meus muitos irmãos e irmãs,
Meu esposo,
Minha filha,
Que fazem de mim o que sou.

Em memória dos nossos entrevistados:
Sra. Adalcisa, Sr. Benedito, Sr. Nivaldo e Sr. Rafael.

AGRADECIMENTO

Gratidão a meu Deus, que me permitiu mais essa conquista. Agradecimentos também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)¹ que, através do incentivo da bolsa de estudos, possibilitou meios para que esse trabalho fosse realizado. Agradeço a minha professora Orientadora Maria Cristina Dadalto e sua paciência infinita na correção desta dissertação. Às professoras Aurélia H. Castiglione e Adriana Pereira Campos, agradeço pelas sugestões e indicações de obras e documentos que enriqueceram sobremaneira esta dissertação. Ao meu esposo Paulo, minha gratidão pelo apoio na realização das entrevistas e pelas repetidas leituras dos meus rascunhos; a minha irmã Mara, sou grata pela ajuda na transcrição das entrevistas; a minha irmã Mainé, minha gratidão pela contribuição na confecção de mapas e outras assessorias. Obrigada a todos os funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, em especial Tiago de Matos Alves, pelo grande incentivo na busca das fontes. Agradeço a todos os entrevistados, sempre tão gentis, pois foram de fundamental importância para o desenvolvimento desta Dissertação. Agradeço ao Sr. Valdir Antônio Uliana, um guardião da história local, que me doou tão gentilmente parte de seu acevo, que eu usei sem cerimônia, e pela generosa entrevista consentida. Por fim, minha gratidão aos professores Dra. Adriana Pereira Campos, Dra. Aurélia Hermínia Castiglione, Dra. Edenize Ponzo Peres, Dra. Luiza Horn Iotti e Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro que generosamente aceitaram o convite para participar da Banca de defesa desta Dissertação de Mestrado.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

É tão ruim, tão triste, deixar as coisas acabarem da memória.

Natália Maria da Conceição Trabach Ferreira

RESUMO

O distrito de Aracê, município de Domingos Martins, Espírito Santo, foi ocupado no final do século XIX e início do século XX, por imigrantes nacionais e estrangeiros que encontraram no local, à época de sua chegada, indígenas da tribo dos puris. Essa ocupação deu-se por grupos heterogêneos, mas um forte apelo à colonização europeia ressaltou a presença dos imigrantes alemães e principalmente italianos e menosprezou a presença dos nacionais. Os elementos formadores da população da região foram: indígenas; imigrantes nacionais, como fluminenses, cearenses e mineiros; imigrantes estrangeiros e descendentes, sobretudo alemães e italianos, e capixabas. Também se destacam os vários caminhos utilizados para a ocupação do distrito de Aracê. O recorte temporal desta dissertação inicia-se no ano de 1888, data a partir da qual chegaram os primeiros moradores à região, e se encerra em 1920, ano em que o Censo de Estabelecimentos Rurais já apontava a presença de todas as famílias consideradas pela comunidade como fundadoras do distrito. Recorreu-se à Micro-História (LEVI, 1998) para reconstruir a história da localidade e entender de forma mais aproximada suas peculiaridades. O elemento fundamental para a reconstrução do passado dessa localidade deu-se por entrevistas realizadas com os moradores, metodologia essa que forneceu informações que levaram às fontes documentais que, somadas, permitiram estabelecer a origem e o trajeto das primeiras famílias. O uso das lembranças é justificado (BOSI, 1999) porque a memória não é apenas pessoal, mas retrata também uma sociedade em determinado período. Aos documentos encontrados, aplicou-se uma análise metódica de detalhes (GINZBURG, 1989) para resgatar informações que permitissem montar a história do passado do distrito de Aracê. Durante o processo de construção dessa dissertação, as entrevistas com a comunidade forneceram indícios e pistas para o encontro de provas documentais. Porém, quando da análise do Censo de Estabelecimentos Rurais de 1920, o processo se inverteu: o documento pôde contar com a comunidade para cobrir suas lacunas. Esta dissertação é, então, o resultado do trabalho circular entre informações obtidas na comunidade que nos levaram a documentos e da análise de documentos que nos remeteram de volta à comunidade. O resultado do trabalho foi a reconstrução da ocupação do distrito de Aracê e o resgate dos caminhos para essa ocupação, buscando evidenciar que várias etnias participaram da formação da localidade e refutar, desse modo, a ideia que tenha sido predominantemente ocupada por imigrantes europeus.

Palavras-chave: Aracê. Indígenas. Imigrantes nacionais. Imigrantes estrangeiros.

ABSTRACT

The Aracê district, county of Domingos Martins, Espírito Santo, was occupied in the ending of XIX century and the beginning of XX century, by national and foreign immigrants who found in the area, at the time of their arrival, indigenous people of the Puris tribe. This occupation was made by heterogeneous groups, but a strong appeal to European colonization highlighted the coming of German immigrants and mainly Italians and depreciated the national presence. The forming elements of the local people were: indigenous people; national immigrants, like native from Rio de Janeiro (fluminenses), Ceará and Minas Gerais; foreign immigrants and their descendants, especially Germans and Italians, and people from Espírito Santo. Also stand out the multiple ways used for the formation of Aracê district. The time frame of this dissertation begins in the year 1888, when possibly arrived the first region's residents, and it ends at the year 1920, when the agricultural census already points the presence of all of the considered families by the community as the district's founders. Was resorted to Microstorie (LEVI, 1998) to reconstruct the locality's history and understand in a closer way its peculiarities. The fundamental element for the past's reconstruction of this area was made by interviews with its residents, which methodology provided informations that led to the documentary sources that, added together, allowed to stabilize the origin and the path of the first families. The use of regards is justified (BOSI, 1999) because the memory is not just personal, but also retreats a society in determined period of time. It was applied to the found documents a meticulous analysis of details (GINZBURG, 1989) to rescue informations that would allow to set up the history of the Aracê district's past. During the writing process of this dissertation, the interviews with the community provided clues and evidences to find documentary evidences. However, when analyzing the 1920's Census of Rural Establishments, the process has reversed: the document could count with the community to cover your gaps. Then, this dissertation is the result of circular search between obtained informations in community which lead us to documents and the document analysis that brought us back to the community. The result of this research was the reconstruction of Aracê district occupation and the rescue of the ways to this occupation, looking to evidence that multiple ethnicities participated in the formation of the locality and refute, thereby, the idea that it has been predominantly occupied by European immigrants.

Key-Words: Aracê. Indigenous People. National Immigrants. Foreign Immigrants.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 - Mapa - Domingos Martins, ES - Destaque para as rotas de chegada dos primeiros moradores do distrito.....	20
ILUSTRAÇÃO 2 - Mapa - Espírito Santo Malha Municipal 1900 - Destaque para a região sul - produção de café a partir de 1845.	25
ILUSTRAÇÃO 3 - Fragmento - Folha do jornal “O Estado do Espírito Santo” 1892	33
ILUSTRAÇÃO 4 - Foto - Marco do Projeto Rota Imperial – 2018	42
ILUSTRAÇÃO 5 - Mapa - Município de Domingos Martins - Destaques para o distrito de Aracê e suas comunidades e o traçado da Estrada Imperial São Pedro de Alcântara	43
ILUSTRAÇÃO 6 - Foto - Comunidade de São Rafael	45
ILUSTRAÇÃO 7 - Mapa - Caminhos do século XIX	48
ILUSTRAÇÃO 8 - Mapa - Nações indígenas existentes no Espírito Santo durante o século XIX - Destaques para a região habitada pelas tribos puris e o traçado da Estrada Imperial São Pedro de Alcântara	59
ILUSTRAÇÃO 9 - Foto - Adalcisa Bassani Grecco	58
ILUSTRAÇÃO 10 - Foto - Elvira Batista Trabach Lima e Márcia Regina Batista.....	63
ILUSTRAÇÃO 11 - Cópia - Foto de Vitória Trabach Batista e Manuel João Batista.....	64
ILUSTRAÇÃO 12 - Foto - Maria Batista Costa e Márcia Regina Batista.....	65
ILUSTRAÇÃO 13 - Fragmento - Documento de compra de terra de José Battista da Silva ..	77
ILUSTRAÇÃO 14 - Fragmento - Solicitação de compra de terra feita por Agostinho Ferreira Lima	78
ILUSTRAÇÃO 15 - Fragmento - Documento de solicitação de terra feita por Agostinho Ferreira Lima	79
ILUSTRAÇÃO 16 - Fragmento - Documento de solicitação de medição e compra de terra de Agostinho Ferreira Lima	79
ILUSTRAÇÃO 17 - Fragmento - Correspondência ao delegado de polícia de Domingos Martins, datada de 1940.....	80
ILUSTRAÇÃO 18 - Mapa - Produção de Café na Província do Espírito Santo (1852)	84
ILUSTRAÇÃO 19 - Rochedo Pedra Azul	88
ILUSTRAÇÃO 20 - Foto - Márcia Regina Batista e Cirilo Olívio Girarde.....	92
ILUSTRAÇÃO 21 - Foto – Márcia Regina Batista, Linda Uliana Peterle e Afonso Uliana ...	94
ILUSTRAÇÃO 22 - Foto – Maria Bassani Bleidorne	96
ILUSTRAÇÃO 23 - Foto - Valdir Antônio Uliana.....	97

ILUSTRAÇÃO 24 - Fragmento - Mapa do município de Domingos Martins – Destaque para as rotas de chegada à comunidade de Aracê.....	98
ILUSTRAÇÃO 25 - Documento - Sócios da Igreja de São Sebastião (1921)	101
ILUSTRAÇÃO 26 - Foto – Vila de Pedra Azul.....	103
ILUSTRAÇÃO 27 - Foto – Gomercindo do Rosário e Márcia Regina Batista	111
ILUSTRAÇÃO 28 - Foto - Natália Maria da Conceição Trabach Ferreira, Márcia Regina Batista e Nivaldo Antônio Grecco.....	114
ILUSTRAÇÃO 29 - Mapa - Rotas comerciais do distrito de Aracê.....	118
ILUSTRAÇÃO 30 - Foto - Ozília Trabach Bickel e Márcia Regina Batista	119
ILUSTRAÇÃO 31 – Foto – Igreja de São Rafael	123
ILUSTRAÇÃO 32- Foto - Primeira igreja da comunidade de Aracê	125
ILUSTRAÇÃO 33 - Fotos – Segunda igreja da comunidade de Aracê e altar	126
ILUSTRAÇÃO 34- Foto – Terceira igreja da comunidade de Aracê	126
ILUSTRAÇÃO 35 - Foto - Rafael Bickel, Márcia Regina Batista e Antônio Bickel.....	131
ILUSTRAÇÃO 36 - Fragmentos - Certidão de Óbito de Pedro Uliana.....	132

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Lista de entrevistados.....	17
TABELA 2 – Levantamento da população do distrito de Aracê no Censo de 1920.....	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - OCUPAÇÃO DO DISTRITO DE ARACÊ PELA ESTRADA IMPERIAL EM SEU SENTIDO INTERIOR-LITORAL	42
1.1 - O DISTRITO DE ARACÊ.....	42
1.2 - A ESTRADA IMPERIAL SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	47
1.3 - FUNDADORES DO DISTRITO DE ARACÊ	51
1.3.1 - Nativos - indígenas da tribo dos puris	51
1.3.2 – Fluminenses.....	59
1.3.3 – Mineiros.....	67
CAPÍTULO II – OCUPAÇÃO DO DISTRITO DE ARACÊ PELA ESTRADA IMPERIAL EM SEU SENTIDO LITORAL-INTERIOR	69
2.1 - A COLÔNIA DE SANTA LEOPOLDINA	69
2.2 - OS CEARENSES.....	71
2.3 - OS ALEMÃES	83
CAPÍTULO III – OCUPAÇÃO NO ENTORNO DA PEDRA AZUL	88
3.1 – COLÔNIA DE RIO NOVO	89
3.2 – A COMUNIDADE DE ARACÊ	91
3.3 – ROTAS DE CHEGADA À COMUNIDADE DE ARACÊ	96
3.4 - PRIMEIROS TEMPOS	99
3.5 - OS NACIONAIS NA COMUNIDADE DE ARACÊ.....	101
CAPÍTULO IV – CENSO DE 1920	104
4.1 - LEVANTAMENTO DA COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE ARACÊ A PARTIR DO RECENSEAMENTO AGRÍCOLA DO BRASIL DE 1920, ESPÍRITO SANTO – SANTA IZABEL.....	104
4.1.1 - Sobrenomes de origem portuguesa.....	105
4.1.2 - Sobrenomes de origem alemã.....	106
4.1.3 - Sobrenomes de origem italiana	106

4.1.4 - Outras nacionalidades	107
4.1.5 - Sobrenomes cuja origem não foi identificada.....	107
4.2 - ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DO CENSO DE 1920.....	107

CAPÍTULO V - MODO DE VIVER E ENFRENTAMENTOS DAS PRIMEIRAS FAMÍLIAS DO DISTRITO DE ARACÊ.....	110
5.1 - AQUISIÇÃO DE TERRAS	110
5.2 – AGRICULTURA	112
5.3 – COMÉRCIO	115
5.4 – HERANÇA.....	118
5.5 – RELIGIOSIDADE	121
5.6 – DOENÇAS	127
5.7 - VIDA SOCIAL	133

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
----------------------------------	------------

LISTA DE ENTREVISTADOS	139
-------------------------------------	------------

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA.....	141
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	141
--------------------------	------------

APÊNDICES	147
APÊNDICE A - Modelo da transcrição da entrevista	148
APÊNDICE B - Pesquisa realizada na Vila de Pedra Azul.....	150
APÊNDICE C - Tabela com o levantamento do Censo de 1920	153

ANEXOS	159
ANEXO A – Cópia da página do jornal “O Estado do Espírito Santo” 1892.....	160
ANEXO B – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de legalização de posse da fazenda Monforte	162
ANEXO C – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de legalização de posse da fazenda Monforte	163

ANEXO D – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de legalização de posse da fazenda Monforte	164
ANEXO E – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de compra de terra em nome de José Batista da Silva.....	165
ANEXO F – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de compra de terra em nome de José Batista da Silva.....	166
ANEXO G – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de compra de terreno em nome de Agostinho Ferreira Lima	167
ANEXO H – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de compra de terreno em nome de Agostinho Ferreira Lima	168
ANEXO I – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de compra de terreno em nome de Agostinho Ferreira Lima	169
ANEXO J – Certidão de Óbito de Pedro Uliana	170

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objeto compreender como se deu a ocupação do distrito de Aracê², no município de Domingos Martins, situado no Estado do Espírito Santo, Brasil, em fins do século XIX e início do XX, por nativos, imigrantes nacionais, imigrantes estrangeiros, descendentes de imigrantes estrangeiros e capixabas. O recorte temporal inicia-se no ano de 1888, data a partir da qual chegaram os primeiros imigrantes nacionais à região, e se encerra em 1920, ano em que, no Censo de Estabelecimentos Rurais do Espírito Santo, já constam, na lista de proprietários, todas as famílias que são reconhecidas pela comunidade como fundadoras do distrito. O local, inicialmente ocupado por indígenas da tribo dos puris, recebeu: fluminenses e capixabas, que seriam pretos livres ou libertos; mineiros, dos quais se tem poucas informações; cearenses de cor parda, retirantes da seca de 1888, e imigrantes e descendentes sobretudo de alemães e italianos que, juntos, formariam a parcela branca da população.

Do ponto de vista metodológico, pode-se dizer que o trabalho ganhou volume quando das primeiras entrevistas na comunidade de São Rafael e proximidades. Esse campo de pesquisa foi determinante para que o trabalho tomasse novos rumos e os nacionais fossem considerados na análise a partir de indícios levantados pelas fontes orais dessa comunidade e pelos documentos encontrados a partir das pistas das memórias dos entrevistados.

O processo de entrevistas permeou quase todo o tempo em que se desenvolveu o trabalho e pode ser assim resumido: Primeiro, realizou-se um grupo de entrevistas prévias com moradores da comunidade de Aracê, ocorridas no primeiro semestre de 2017. Esse grupo entrevistado reafirmou a visão oficial de que a região era ocupada prioritariamente por italianos nas proximidades da Pedra Azul e por alemães na região de São Rafael. Assim, o projeto de pesquisa permaneceu reforçando a visão oficial da ocupação e o título desta dissertação era: “O processo de ocupação do distrito de Aracê (1870-1930): as memórias dos descendentes dos colonizadores germânicos e italianos”.

Com base neste primeiro projeto, foram iniciadas as pesquisas com entrevistas realizadas na comunidade de São Rafael que, segundo relatos, era de ocupação mais antiga. O contato com

² Existe o distrito de Aracê e, neste distrito, a comunidade de Aracê.

essa comunidade revelou a presença de vários grupos de nacionais na fundação da região, o que levou a uma reestruturação do projeto e à busca por novas fontes e documentos. Das 19 entrevistas realizadas com 21 moradores, 15 entrevistas foram utilizadas nesse trabalho com a presença de 17 pessoas. As entrevistas não utilizadas foram preteridas por conterem memórias mais recentes, mas foram de grande ajuda na medida em que conduziram a novas fontes.

TABELA 1 – Lista de entrevistados

Nome ³	Identificação	Comunidade
Adelcisa Bassani Grecco (1926 – 2018)	(GRECCO, 2017)	Aracê
Afonso Uliana (1925 -)	(ULIANA, 2018)	Aracê
Antônio Bickel (1941 -)	(BICKEL, A., 2018)	São Rafael
Cirilo Olívio Girarde (1951 -)	(GIRARDE, 2018)	Aracê
Elvira Batista Trabach Lima (1927 -)	(LIMA, 2018)	Cristo Rei
Gomercindo do Rosário (1937 -)	(ROSÁRIO, 2018)	Córrego Dantas
Linda Peterle Uliana (1928 -)	(ULINANA, L., 2018)	Aracê
Maria Bassani Bleidorn (1947-)	(BLEIDORN, 2017)	Aracê
Maria Batista (1955-)	(BATISTA, 2018)	Barcelos
Natália M.da Conceição Trabach Ferreira (1958 -)	(FERREIRA, 2018)	Aracê
Nivaldo Antônio Grecco (1951 -2018)	(GRECCO, 2018)	Aracê
Ozília Trabach Bickel (1944 -)	(BICKEL, O, 2018)	São Rafael
Rafael Bickel (1939-2018)	(BICKEL, 2018), (BICKEL, 2018a)	São Rafael
Terezinha Lindaura Uliana (1952-)	(ULIANA, T., 2018)	Aracê
Valdir Antônio Uliana	(ULIANA, 2017)	Aracê
Entrevistada M (1944 -)	(M, 2018)	Aracê
Entrevistada A (sem informação)	(A, 2018)	São Rafael

As entrevistas no distrito de Aracê foram realizadas entre abril de 2017 e dezembro de 2018. A escolha dos entrevistados foi feita após conversas na comunidade, através das quais foi possível conhecer quem eram as famílias consideradas as primeiras ocupantes da região, segundo a própria comunidade. A partir dos relatos, buscou-se, no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (doravante APEES), na lista de retirantes cearenses de 1888, elaborada por Nozoe, Bassanezi e Samara (2003), e no Censo Agrícola de 1920, elementos que pudessem respaldar as informações recebidas e acrescentar fatos que não eram de conhecimento dos entrevistados, desse modo conferindo maior credibilidade à dissertação.

³ Informações mais detalhadas na página.

Inicialmente, a ocupação do distrito de Aracê ocorreu em duas localidades distintas: às margens da Estrada Imperial São Pedro de Alcântara⁴ e na localidade próxima a Pedra Azul. A ocupação nas proximidades da Estrada Imperial teria se dado na região do Quartel de Barcelos⁵, trecho ocupado por indígenas, especialmente os puris, e a esses se juntaram imigrantes nacionais e imigrantes descendentes de alemães. A ocupação da região do entorno da Pedra Azul teria se dado por imigrantes italianos e seus descendentes vindos de Alfredo Chaves, que trilharam caminhos improvisados e se estabeleceram nas proximidades da Pedra Azul, maciço rochoso que se destaca na paisagem local. Para essa localidade, após a fixação daqueles colonos, teriam convergido capixabas vindos de Castelo.

A Primeira rota de chegada à região ocorreu nas proximidades do quartel de Barcelos, às margens da Estrada Imperial São Pedro de Alcântara, no distrito de Aracê, por indígenas e nacionais vindos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que utilizaram a Estrada Imperial em seu sentido interior-litoral⁶.

A segunda rota de chegada se deu na mesma localidade, próximo ao quartel de Barcelos, por cearenses e descendentes de alemães que estariam inicialmente em Santa Leopoldina e que utilizaram a Estrada Imperial São Pedro de Alcântara em busca de terras devolutas de melhor qualidade para se fixarem. Esses imigrantes usaram a estrada no sentido em que ela segue do litoral para o interior.

A chegada dos imigrantes italianos e seus descendentes configuram o terceiro e o quarto movimentos de ocupação, os quais não têm relação com a Estrada Imperial. Os imigrantes que ocuparam a comunidade de Aracê eram de origem italiana (e seus descendentes) que vieram de Alfredo Chaves, por caminhos abertos por eles mesmos na vegetação. Na terceira rota seguiram pelas localidades hoje conhecidas como São Floriano, depois por Santa Luzia, e chegaram a Pedreiras, hoje Aracê, onde se estabeleceram. Na quarta rota, os imigrantes, também vindos de Alfredo Chaves, passaram pela localidade hoje conhecida por Vargem Alta e chegaram às comunidades de Santa Bárbara, São Paulinho de Aracê e Pedra Azul, onde se fixaram.

⁴ Estrada concluída em 1816, que ligava Vitória (Espírito Santo) a Ouro Preto (Minas Gerais) (LEAL, 2009).

⁵ Quartel de proteção construído no trajeto da Estrada Imperial, localizado no distrito de Aracê (LEAL, 2019).

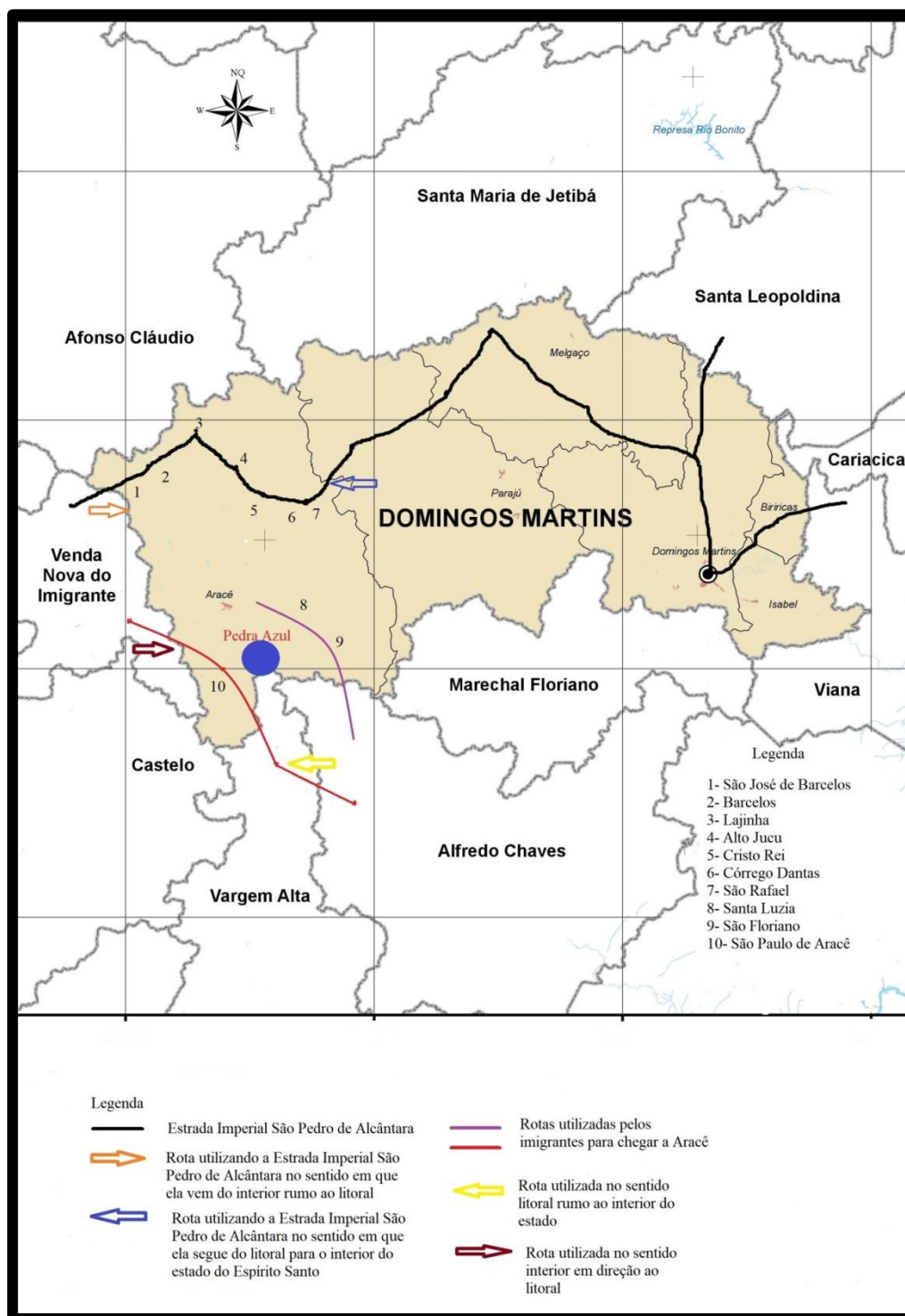
⁶ Optou-se por apresentar primeiramente a ocupação por elementos vindos do interior do país porque indícios apontam que indígenas e fluminenses foram os primeiros a chegar ao distrito de Aracê.

A quinta rota de chegada foi descoberta na última entrevista realizada com o senhor Cirilo Olívio Girarde, quando se descobriu que mais descendentes de escravos haviam chegado à região, além dos fluminenses. Esse novo grupo era oriundo do próprio estado, vindos da região de Castelo e, na época de sua chegada, estabeleceram-se como trabalhadores na fazenda da família Girarde. Como não conseguimos, nessa entrevista, identificar os sobrenomes desses imigrantes não pudemos buscar, em documentos, a possibilidade de permanência dos mesmos no distrito. Esses Capixabas vieram pela estrada Imperial São Pedro de Alcântara, utilizando-a no sentido interior-litoral até a localidade de Venda Nova e, depois, fazendo uso de trilhas abertas pelos italianos⁷, esses nacionais seguiram essa via até as proximidades da Pedra Azul, onde permaneceram como trabalhadores.

No total, foram cinco rotas utilizadas para acesso ao distrito de Aracê. A Ilustração 1 – Mapa - Domingos Martins ES - traça os caminhos de chegada dos seus primeiros ocupantes.

⁷ Trilha que ligava Alfredo Chaves a Venda Nova.

ILUSTRAÇÃO 1 - Mapa - Município de Domingos Martins, ES
 Destaque para as rotas de chegada dos primeiros moradores do distrito⁸



Fonte: INCAPER, 2017, adaptado.

⁸ Ao mapa original da Incaper – Geobases, 2017 - foram acrescentadas as rotas de chegada dos primeiros moradores do distrito de Aracê e respectiva legenda. Foram suprimidos do mapa a legenda original e outras observações.

Os estudos realizados a partir das entrevistas com os descendentes de mais idade das primeiras famílias de moradores mostram forte presença de nacionais. Ocorre que, nas poucas fontes oficiais encontradas, como o livro de Júlio Pinho, artigos de revistas, site do município de Domingos Martins e sites de propagandas turísticas, o que se encontra é a afirmação de que a população é predominantemente de origem europeia, imigrantes alemães e em especial os italianos. Como exemplo, tem-se uma publicação da revista do Instituto Jones dos Santos Neves, intitulada: “Um século de história na colonização de Aracê”, cujo texto não deixa claro qual foi o marco utilizado para determinar o ano de 1886 como o início da colonização. Segundo Figueiredo (1986, p. 30), sabe-se que “a colonização da região foi incrementada pela imigração de europeus, notadamente alemães e italianos, num processo que se estendeu de meados do século passado ao início do atual [...]”.

Diante de um cenário onde o elemento branco é destacado como fundador e a parcela de indígenas, pretos e pardos é esquecida, faz-se importante esclarecer a história da ocupação da região, a fim de registrar que a presença de nacionais foi fator fundamental para a criação e povoamento do distrito de Aracê. Esses indivíduos ignorados pela história permaneceram na terra, produziram, desenvolveram o comércio e deixaram descendentes que ainda ocupam aquele território.

A partir do desejo de conhecer como se deu efetivamente a colonização da região de Aracê e dar visibilidade a grupos que foram obscurecidos pela “história oficial” do município é que se optou pela utilização da Micro-História. A escolha de apenas um distrito como objeto de estudo parte da pretensão de se detalhar os acontecimentos daquele local. Observar Aracê a partir de uma escala maior, ou seja, incluída na história do município de Domingos Martins, pode encobrir fatos e motivar uma interpretação rasa dos dados. Como orienta Levi (1998), estudar um tema a partir de sua visão global é uma escolha que passa necessariamente por simplificações que podem dar origem a deduções erradas.

Devida a pouca disponibilidade de publicações relativas a ocupação da região, optou-se por conduzir este trabalho pelo percurso da História Oral, uma vez que os dados provenientes de entrevistas com descendentes de mais idade dos primeiros moradores poderiam revelar, pelo menos em parte, a composição da população e os caminhos trilhados por essas pessoas para chegar ao distrito de Aracê. Grande parte da história desses imigrantes não consta em

documentos oficiais e, para resgatá-la, as lembranças guardadas na memória dos descendentes dos colonos do distrito foi parte do objeto de estudo deste trabalho.

Para respaldar o valor da História Oral, Bosi (1999) considera que as lembranças dos entrevistados não é só pessoal, mas é social, familiar e grupal, de maneira que é também a memória de uma sociedade numa época específica: “Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares e profissionais. Ela entretém memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo [...]” (BOSI, 1999, p. 408).

É fato, porém, que a memória reinterpreta o passado e sofre os esquecimentos e que o narrador seleciona o que vai dizer, podendo trazer inconsistências de relatos. Sobre a questão da veracidade da fala do narrador, Bosi (1999) não vê como um problema, uma vez que os erros e lapsos são menos graves que as omissões na história oficial.

Ainda sobre a memória, Ricouer (2007) atesta a importância do testemunho para a história:

Será preciso, contudo, não esquecer que tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho, e que, apesar da carência inicial da confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, se não único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos (RICOUER, 2007, p. 156).

A história de alguns grupos não apresenta documentação que comprove sequer a sua existência, como é o caso dos puris que se encontravam em Aracê e também dos fluminenses e capixabas que chegaram à região após a abolição dos escravos. Nesses casos, resta trabalhar com a memória de seus descendentes. Assim, este trabalho se torna de suma importância porque, se perdida essa memória, perde-se a história de um povo e facilmente se sobrepõe a ela a história do grupo que conseguiu impor a sua narrativa.

Sobre as situações de uso da memória, Meihy (2017) disserta que, independentemente da existência de documentos, a História Oral se justifica nas seguintes situações: quando existir versões diferentes da história oficial, quando se desejar a elaboração de “uma outra” história em situações que a interdição ou não gerou registro ou gerou um único registro nos estudos de

memórias, nas construções de identidade e na construção de consciência comunitária. Entre as muitas definições de História Oral, apresentadas por Meihy, destaca-se que

História Oral é um processo de aquisição de entrevistas inscritas “no tempo presente” e deve responder a um sentido de utilidade prática, social e imediata. Isso não quer dizer que ela se esgote no momento de sua apreensão, do estabelecimento de um texto e de uma eventual análise da entrevista (MEIHY, 2017, p. 19).

O contato com os descendentes dos primeiros ocupantes do distrito de Aracê permitiu encontrar caminhos que levassem a fontes oficiais ainda existentes, como solicitação de compra de terras, certidão de óbito, atas de igreja, recortes de jornal e também algumas fotos do passado. Esses e outros indícios foram o ponto de partida para a reconstrução da história da ocupação de Aracê. Ginzburg (1989) ensina a fazer uma análise meticulosa sobre pormenores, dados que são geralmente negligenciados, porque assim é possível, através de sinais e indícios, lançar alguma luz sobre o passado e trazê-lo à realidade.

Dessa maneira, utilizando a Micro-História, a memória dos descendentes e os indícios do passado, este estudo pretende contribuir na reconstrução da história da formação do distrito de Aracê, afirmando e incluindo a presença de nacionais na ocupação das terras altas capixabas, bem como explorando os processos que levaram às imigrações internas e à imigração europeia dos primeiros ocupantes da localidade de Aracê. Pretende-se mostrar a utilização da Estrada Imperial São Pedro de Alcântara, além de outros caminhos improvisados pelos imigrantes, enquanto rotas para chegar à região. Outros aspectos da vida dessas famílias também foram ressaltados, como: a vida em sociedade, a aquisição de terras, o comércio, a agricultura, a passagem de herança, a religiosidade e as doenças enfrentadas pelos primeiros moradores do distrito e sua descendência.

Ainda que o distrito de Aracê não tenha encontrado no cultivo do café uma solução econômica para seu desenvolvimento, foi nesse contexto de expansão cafeeira que ele se estabeleceu. Desse modo, para entender a formação do distrito de Aracê, é necessário o estudo do Espírito Santo no contexto do café.

Segundo Bittencourt (2006), saber exatamente quando o café chegou à capitania é tarefa difícil, contudo se tem notícias de pequena produção já em 1811. No início da produção cafeeira, as lavouras plantadas nas cercanias de Vitória e em todo o litoral capixaba produzia

um café especial chamado “capitania”, que era muito valorizado na praça do Rio de Janeiro por seu sabor e aroma inconfundíveis. Na década de 30 do século XIX, o café aparece como produto comercializado, ainda que a quantidade fosse muito pequena: 150 arrobas. Em 1840, a produção já aparece em escala comercial e seu cultivo havia se espalhado pelo litoral (SALLETO, 1996b).

Em relação à produção na província do Espírito Santo, o açúcar se mantém em maior quantidade até meados do século XIX, quando o café assume a liderança. À medida que a produção de café crescia, a de açúcar decaía até se tornar insignificante no fim do século XIX (CELIN, 1984). O processo de queda da produção de açúcar e de aumento da produção de café está ligado aos altos preços que o segundo alcançou no mercado e com o fato de seu cultivo e preparo exigir menos gastos que a produção de açúcar (ROCHA, 2000). Deve-se considerar também que o estímulo ao aumento da produção ocorreu devido ao crescimento da demanda. Assim, segundo Costa,

O plantio de café foi estimulado pela solicitação crescente do produto, por parte dos países europeus, principalmente depois de cessadas as convulsões político-econômicas provocadas pelas guerras napoleônicas e pelo Bloqueio Continental. No mesmo sentido agiu a demanda dos Estados Unidos, que atravessava um período de progresso e melhoria geral de nível de vida. A partir de então, o café conquistou novas áreas nas regiões fluminenses. À medida que seu valor crescia, dentro do quadro da economia nacional, o interesse pelo seu plantio aumentava (COSTA, 2010, p. 62).

No sul da província do Espírito Santo, o café chegou, no início do século XIX, aos vales do Itapemirim e do Itabapoana, próximo à fronteira com o Rio de Janeiro. Fluminenses e mineiros entraram no interior da região, até então terra de indígenas, e instalaram fazendas de café. Essa penetração já havia começado no início do século XIX, na vila de Itapemirim, onde se formaram engenhos de açúcar (SALETO, 1996b).

A tentativa de colonização do interior da região centro sul do Espírito Santo, nas minas de Castelo, no século XVIII, havia fracassado pela pouca produção das jazidas e pela resistência de indígenas das tribos botocudos e puris. O Aldeamento Afonsinho (1845)⁹ permitiu o surgimento de povoações, como Cachoeiro do Itapemirim, situado no limite navegável do Rio

⁹ Os jesuítas também procuraram organizar expedições que visavam capturar índios, sendo que esses seriam levados aos aldeamentos, com o intuito de promover a catequização e a utilização do contingente gentio como mão de obra nas áreas sob o controle dos religiosos (SIMONATO, 2008). Mais informações na página 66 desta dissertação.

Itapemirim. Essa região atraiu a produção de café do interior em busca de transporte para o litoral (SALETTTO, 1996b).

O cultivo do café proporcionou que novas áreas fossem ocupadas: Alegre, Veado, Castelo, Itabapoana, Cachoeiro, Rio Pardo, Calçado e Aldeamento Afonsinho. Não foram apenas os grandes fazendeiros que seguiram para essas localidades: mineiros e fluminenses pobres juntaram-se a capixabas e estavam por toda a parte ocupando terras devolutas da nova terra do café (SALETTTO, 1996b). A Ilustração 2 – Mapa – Espírito Santo Malha Municipal 1900 (Lima 2000), traz a localização dessas regiões, com destaques e respectiva legenda de nossa autoria.

ILUSTRAÇÃO 2 – Mapa - Espírito Santo Malha Municipal 1900

Destaque para a região sul - produção de café a partir de 1845¹⁰



Fonte: Mapa original elaborado por Maria Helena Palmer Lima (LIMA, 2000, adaptado)

A produção de café de Cachoeiro do Itapemirim era enviada diretamente para o Rio de Janeiro, pelo porto do Itapemirim, onde era exportado, sem qualquer relação com Vitória. Essa era uma política imperial de centralização em que a capital do Império funcionava como

¹⁰ O mapa foi recortado para realçar a região sul, destacando suas localidades e respectiva legenda.

centro de redistribuição de mercadorias. Essa política dificultava a expansão de províncias pobres, como a do Espírito Santo (SIQUEIRA, 1995).

Com a fundação das colônias de Santa Isabel, de Santa Leopoldina e de Rio Novo, houve intenso povoamento da região central, iniciando uma nova frente de produção de café. Nessas localidades, o café foi plantado por imigrantes que se instalaram em meio às matas e, com técnicas rudimentares, fundaram comunidades que, com o passar do tempo, apresentaram relativo desenvolvimento. Neste caso, o café produzido era enviado para Rio de Janeiro pelo porto de Vitória (SALETTI, 1996b).

As Matas de Tabuleiros e as Matas Atlânticas que cobriam o território do Espírito Santo representavam um obstáculo que mantinham o colonizador próximo ao litoral ou um pouco mais para o interior. A expansão da cafeicultura no século XIX foi fator decisivo na ampliação das terras utilizadas para a agricultura que avançava à medida que as matas eram destruídas (BITTENCOURT, 2006).

Segundo Siqueira (1995), desde 1870, o café já era predominante no comércio da província. As terras capixabas eram apropriadas para vários cultivos, mas parte dos grandes proprietários se dedicou exclusivamente ao plantio de café. Eram também exportadas a madeira e a farinha. O café adaptou-se melhor no território ao sul; ao norte, São Matheus era o principal produtor e exportador de farinha, e a madeira era explorada tanto ao sul quanto ao norte da província. Produzidos em menor escala, milho, mandioca, arroz, feijão, cana-de-açúcar, algodão e cacau eram consumidos internamente (SIQUEIRA, 1995).

Na comercialização, o colono só tinha contato com o vendeiro. Cabia ao agricultor produzir a sua mercadoria, quase sempre o café, utilizando para isso o seu meio de produção que é a terra e a força de trabalho de sua família. Ele vendia o excedente e, dessa forma, podia obter outras mercadorias, transação feita com ou sem o uso do dinheiro. O vendeiro, de posse do café, beneficiava e vendia para os comerciantes de segunda classe que estavam estabelecidos nas cidades mais próximas à região produtora. O vendeiro e o comerciante de segunda classe tinham a função de fazer a concentração do café produzido nas pequenas propriedades e posteriormente vendê-las às casas comerciais estabelecidas em Vitória. Essa rede também era utilizada para fazer o caminho inverso: as casas comerciais, controlando as importações, utilizavam o mesmo processo, por meios de comerciantes de segunda classe e vendeiros, para

espalhar suas importações para todo o estado. As casas comerciais mais importantes de Vitória eram em sua maioria de outras nacionalidades: Companhia Comercial (belgo-alemã), Hard Rand Cia (americana), Arbuckle Duarte Cia (luso-brasileira), A. Prado e Cia (brasileira) e Cooperativa¹¹ (COSTA JUNIOR, 1996).

Era na compra do café pelo exportador que ocorria a maior retenção dos excedentes. Como nem o comerciante de segunda classe nem o vendeiro tinham controle sobre o preço do café nos mercados, ficava fácil para os exportadores comprarem o produto a preços menores do que os praticados no mercado. Esses excedentes eram gerados por firmas exportadoras que tinham as suas sedes fora do Espírito Santo, em localidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. Como a província não tinha expressão econômica, o investimento desse capital foi feito em outros centros nacionais de maior expressão (COSTA JUNIOR, 1996).

Em relação à produção cafeeira do sul do estado, Costa Junior (1996) considera que a mesma pertencia, em grande parte, a mineiros e fluminenses. Assim, é possível que os vínculos comerciais tenham permanecido na praça do Rio de Janeiro, ainda que as propriedades que os mesmos ocupassem estivesse em solo capixaba. Parte da produção do café do Espírito Santo era escoada pela cidade de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, pela antiga estrada de ferro Leopoldina Rall-Wall, o que fazia de Cachoeiro de Itapemirim o centro de comércio de distribuição da região sul. Dessa maneira, conclui-se que, para Costa Junior, grande parte do excedente produzido pelo café dessa região não ficava na capitania. Assim, não houve a transferência do excedente da cafeicultura para a indústria no estado, não pelo setor privado. Como a urbanização das cidades está ligada diretamente à industrialização, não ocorrendo a primeira, a segunda também não se efetivou pelo capital privado. O modelo válido para outras regiões brasileiras onde “[...] a economia cafeeira está ligada à indústria, que por sua vez, se manifesta urbanizando cidades [...]”, não pode ser aplicado ao Espírito Santo (COSTA JUNIOR, 1996, p. 19-23).

Segundo Costa Junior (1996), essa situação se refletiu no processo de urbanização da capital Vitória, onde se pode observar a intervenção governamental para que isso ocorresse com ações como o projeto de expansão urbana de Vitória, do Governo Muniz Freire (1892-1896). Assim, o autor supõe que

¹¹ Não foi especificada a nacionalidade, apenas que estava em quebra (entendido como falência).

[...] o papel particular assumido pelo Estado do Espírito Santo, participando do comércio de lotes urbanos em Vitória [...] deveu-se em muito à falta de figuras (capitalistas), principalmente na região central que concentrassem o excedente produzido na cafeicultura capixaba [...] (COSTA JUNIOR, 1996, p. 119).

Celin (1985) ressalta que os problemas de transporte e comunicação, comuns a todo território brasileiro, refletiam-se também na província do Espírito Santo. O café, a partir de 1870, começava a dinamizar a economia capixaba, mas a falta de comunicação entre as regiões produtoras e as praças exportadoras dificultava o comércio. Segundo Siqueira (1995), apenas em 1881, alguns navios estrangeiros aportaram em Vitória que, apesar de ter um bom porto natural, não tinha recursos financeiros para atrair o comércio para a capital.

As fazendas do sul do Espírito Santo eram grandes áreas com pouca ocupação. Os fazendeiros locais eram muito mais senhores proprietários de terras do que produtores de café, sendo que cada fazendeiro era geralmente dono de várias fazendas. No Espírito Santo, os lucros podem ter sido, em parte, desviados para a aplicação financeira em outras regiões, no caso o Rio de Janeiro. Esse fato pode estar ligado à pouca rentabilidade da lavoura, ao pequeno volume de produção e ao transporte ineficiente (ROCHA; COSSETI, 1983).

O transporte sempre se mostrou um problema crônico no Espírito Santo. A primeira ferrovia só foi construída em 1887, e o transporte era feito por tropas ou transporte marítimo fluvial. O café produzido na região sul era escoado pelo Rio de Janeiro, deixando nesta província riquezas que a província do Espírito Santo necessitava muito (ROCHA; COSSETI, 1983).

A região cafeeira do Espírito Santo, no geral, apresenta pouca expressão no contexto nacional, mas era muito importante para o estado. A abolição dos escravos afetou profundamente a produção de café nas grandes fazendas. Não conseguindo substituir o trabalho escravo pelo livre, por falta de recursos, muitas fazendas hipotecadas ao Banco do Brasil tiveram dificuldades de obter recursos suficientes para fazer a transição de mão de obra (ROCHA; COSSETI, 1983).

Os maiores fazendeiros adotaram o sistema de parceria, que foi uma solução provisória, já que os imigrantes desejavam sempre ser proprietários e havia muita terra a preço baixo sendo vendida. Para manter esses trabalhadores, era preciso sempre negociar. Uma das maneiras era não cobrar do parceiro parte da lavoura branca. Assim, de posse dessa mercadoria, o parceiro,

depois de muitos anos de trabalho, conseguia juntar dinheiro e comprar um pedaço de terra. Se o fazendeiro tentasse aumentar a exploração, esses trabalhadores deixavam as fazendas e ocupavam as terras devolutas tornando-se posseiros (ROCHA; COSSETI, 1983).

Nos períodos de crise, o grande fazendeiro tinha que renegociar, e assim diminuir sua margem de lucro e se aproximar da ruína financeira. Sem força de trabalho e impossibilitado de dispor da mercadoria café, que oferecia os recursos para o pagamento de suas despesas, passaram assim a dispor tão somente da mercadoria terra. Nos momentos de dificuldades financeiras, a fazenda poderia ser dividida e vendida em pequenas partes, muitas vezes para os antigos parceiros (ROCHA; COSSETI, 1983).

No caso da pequena propriedade, a crise não afetava a sua reprodução, havia somente a redução de renda monetária. A pequena propriedade continuava a produzir para a sua subsistência e reduzia o consumo de bens importados. Ela se reproduzia em nível de consumo interno, mas não abandonando a lavoura cafeeira, pois era essa que fornecia à família alguma renda monetária. No fim do século XIX e início do XX, o café era produzido, no Espírito Santo, predominantemente pela pequena propriedade e pelo trabalho familiar (ROCHA; COSSETI, 1983).

O café produzido nas pequenas propriedades sofria com a falta de técnica, o que gerava um café de baixa qualidade, sem condições de concorrer com o café cultivado em São Paulo. O plantio de café, no Espírito Santo, continuou crescendo, assim como as exportações, mesmo em situação de crise, como a de 1929. O que explica esse fato é que, em sendo o café capixaba de baixa qualidade, com preço inferior, era vendido para os Estados Unidos e Europa para a formação de *blends*¹² (CELIN, 1984).

O processo histórico do Espírito Santo fez com que houvesse uma melhor distribuição da propriedade da terra, conforme assevera Lima (2000, p. 61): “A utilização da mão de obra familiar e a propriedade da terra fizeram com que fosse muito elevado o número de produtores rurais na condição de proprietários. Esses representavam 94% em 1920 e 73% em 1940, segundo os recenseamentos agrícolas”.

¹² Segundo Cambridge Dictionary, blends (inglês) traduzido para o português significa: misturas. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/translate/>>. Acesso em 21 de set. 2018.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fornece a evolução do Índice de Gini¹³, segundo as unidades da federação entre os anos de 1985 e 2006. No Brasil, o índice evolui da seguinte forma: em 1985 (0,857), com discreta queda em 1995 (0,856), voltando a subir em 2006 (0,872). No Espírito Santo, em 1985 o índice era de 0,671, elevando-se em 1995 (0,689) e mantendo a tendência de alta em 2006 (0,734). Ainda que os dados mostrem um aumento constante na concentração fundiária no Espírito Santo entre os anos de 1985 e 2006, ele se mantém abaixo da média nacional. Em 2006, ficou na quinta posição entre os estados, perdendo apenas para os estados de Roraima (0,664), Santa Catarina (0,682), Acre (0,716) e Rondônia (0,717) (INSTITUTO, acesso em 04 de dez. 2018).

Em relação ao papel dos elementos nacional e estrangeiro na ocupação do território e nas frentes de trabalho na produção cafeeira capixaba, são encontradas divergências na historiografia quanto à importância de cada um deles: como exemplo, a historiadora Gilda Rocha parece reforçar o papel do imigrante estrangeiro, enquanto Nara Saletto e Vilma Almada de Paraíso buscam resgatar os nacionais nesses processos.

Segundo Rocha (2000), no ano de 1888, houve uma brusca queda da produção devido à desorganização do trabalho nas fazendas da região sul. Algumas fazendas foram abandonadas pelos escravos, havendo casos de perda de metade ou até dois terços da produção. Rocha (2000) segue em sua análise dizendo que a criação dos núcleos coloniais, nas proximidades das grandes fazendas, que tinha o objetivo de oferecer mão de obra para os grandes cafezais, teve a sua função plenamente cumprida. Sobre os nacionais, ela menciona 268 pessoas entre cearenses e paraibanos introduzidos nas regiões cafeeiras de São Mateus e no sul da província.

Almada (1993) narra que a região sul, tradicionalmente escravista, em 1876, concentrava 40,3% da população escrava da província. Nos censos pós-abolicionistas, como o de 1890, a autora constatou que, dos 37.649 habitantes do sul do Espírito Santo, nos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana, 20.731 pessoas, ou seja, 55,5% do total eram negras ou mulatas.

¹³ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo PNUD, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda (WOLFFENBÜTTE, 2004, p. 1).

Isso indica que os escravos e seus descendentes não teriam abandonado em massa a região após o fim do cativeiro. Para Almada (1993), a partir da análise dos censos dos anos de 1890, 1940 e 1950 do Espírito Santo, a população de cor marcou decisivamente sua presença em todas as frentes cafeeiras do Espírito Santo, contribuindo não só com o povoamento, mas, principalmente, no trabalho, tanto na região sul quanto no centro norte do Estado. Assim, a autora se opõe à afirmação de Rocha, descrita no parágrafo anterior, que ressalta a formação de colônias de imigrantes como responsável pela solução da falta de mão de obra na região sul do Espírito Santo.

Na visão de Rocha (2000), para a população livre, trabalhar nas fazendas na condição de camarada era o mesmo que aceitar a situação de escravo e, por esse motivo, essa população é taxada de preguiçosa. Esses nacionais são obscurecidos quando, em busca de mão de obra para trabalhar nas fazendas, ou contingente humano para a ocupação do território, proclama-se a necessidade de promover a imigração estrangeira, ignorando essa população.

Para exemplificar a sua fala, Rocha (2000) cita publicações do jornal “O Cachoeirano”, no qual o engenheiro Adolfo Pinto Pacca mostra a contradição de um país onde tem tanta gente desocupada e vai mendigar trabalhadores em outra casa. Nos alvarás de 30 e 31 de outubro de 1888, expedidos pelo Ministério da agricultura, as orientações são as seguintes: o primeiro documento ameaça com os rigores da lei os posseiros de terras devolutas que não legalizarem sua situação junto à Inspetoria Especial de Terras e Colonização, ao mesmo tempo em que o segundo alvará permitia ao Presidente de Província conceder terras aos nacionais na proporção máxima de 50 famílias em cada núcleo colonial que abrigasse mais de mil habitantes. A lei que destruiu a instituição escravista não foi suficiente para destruir a obra da escravidão.

Oficialmente, segundo Rocha (2000), era dificultado aos nacionais o acesso à terra. Saletto (1996a) concorda com esse fato, mas ressalta que a ocupação de propriedades não se dava apenas por vias oficiais, já que as posses ocorriam com frequência e gozavam de relativa paz para se reproduzir.

‘As transformações legais’, ocorridas a partir da Lei de Terras de 1850, completadas pela legislação republicana, que retiraram qualquer amparo legal a posse e dificultaram a obtenção e a manutenção da terra pela população de poucos recursos do Rio de Janeiro e Minas gerais, tiveram pouca eficácia no Espírito Santo daquela época. [...] a legislação estadual e a prática dos serviços de terra sempre

reconheceram o direito de posse e a política estadual de terras sempre foi francamente favorável à expansão da pequena propriedade, sem criar obstáculos à grande, obviamente (SALETTTO, 1996a, p. 236).

Ainda segundo Salletto (1996a), sobre essa questão, havia a necessidade de estimular a pequena produção autônoma, mas ao mesmo tempo negar a ela um grande número de trabalhadores que serviriam para abastecer o mercado de trabalho. Esse processo era realizado pelos meios seletivos de acesso à terra, com a formação dos núcleos coloniais, e pelos meios de legitimação de posse, o que não dependia somente de recursos materiais, mas também do apoio das autoridades. Contudo, não era possível impedir a existência de posse, nem ao menos ameaçar efetivamente sua existência, se o sítio estivesse organizado e integrado ao mercado através da produção do café. Isso não descarta o fato de casos individuais de perda de posse, mas no geral havia estabilidade suficiente para o desenvolvimento da propriedade.

Na busca pela primeira população que ocupou o distrito de Aracê, encontrou-se a cópia da página do jornal “O Estado do Espírito Santo” 1892 (ANEXO A) em que aparece solicitação de compra de terras que já estavam ocupadas e com lavoura. A resposta positiva a essa solicitação é dada tanto para pessoas de sobrenome com possibilidades de ser nacional, quanto para as de sobrenome de origem estrangeira. Assim, receberam o direito de compra de terra: Pedro Kipplel Junior¹⁴, Benedicto dos Santos Claudio¹⁵, João Antônio Vicente¹⁶, Manoel Francisco Pires¹⁷, João da Rocha Pires, Francisco Pinto da Silva¹⁸, Greco Giovanni¹⁹, Clemente Francisco Pereira²⁰.

¹⁴ Kipplel (alemão), no Projeto Imigrante APEES.

¹⁵ Claudio – não foi encontrada a origem desse sobrenome.

¹⁶ Encontrados nove imigrantes com o sobrenome Vicente (espanhol), no Projeto Imigrante APEES, mas com chegada após o ano de 1894. Encontrados quatro sobrenomes Vicente na lista de imigrantes cearenses do ano de 1888 (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003).

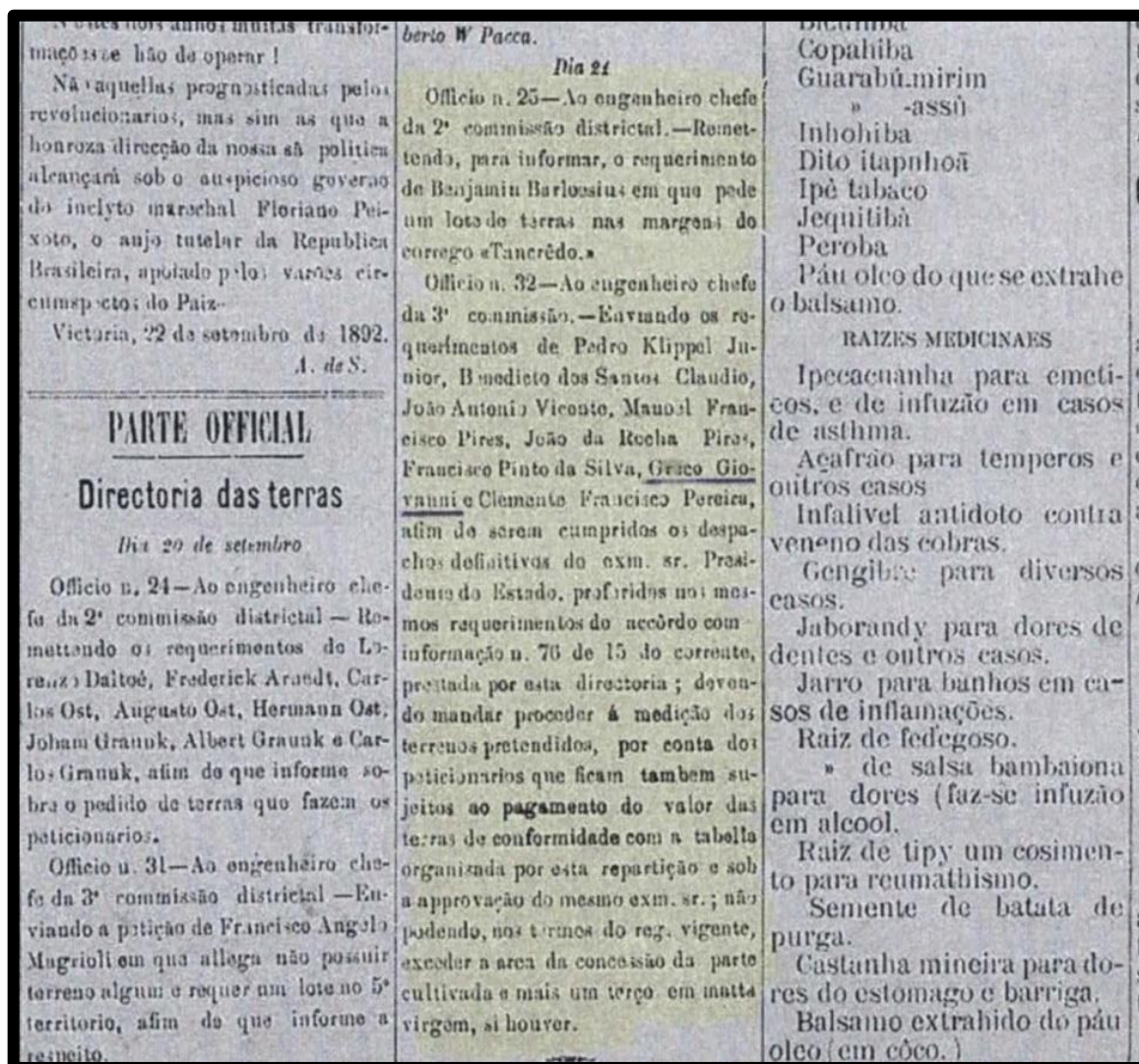
¹⁷ Encontrados seis imigrantes de sobrenome Pires (português) no Projeto Imigrante (APEES), mas com chegada após o ano de 1931. Encontrados três sobrenomes Pires na lista de imigrantes cearenses do ano de 1888 (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003).

¹⁸ Encontrados 60 imigrantes com sobrenome Silva (português) no Projeto Imigrante (APEES). Encontrados 12 sobrenomes (e segundo nome) Silva na lista de imigrantes cearenses do ano de 1888 (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003).

¹⁹ O sobrenome Giovanni aparece como de imigrante italiano no Projeto do Imigrante (APEES), mas a grafia é Giovannini.

²⁰ Encontrados 43 imigrantes com sobrenome Pereira (português) no Projeto Imigrante (APEES). Encontrados 149 sobrenomes (e segundo nome) Pereira na lista de imigrantes cearenses do ano de 1888 (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003).

ILUSTRAÇÃO 3 – Fragmento - Folha do jornal “O Estado do Espírito Santo” 1892



Fonte: Acervo particular de Valdir Antônio Uliana²¹

Segundo Rocha (2000), é provável que a entrada de imigrantes no Espírito Santo, no período de 1888-1896, tenha substituído satisfatoriamente a mão de obra liberada pela lei de 1888. Para comprovar seu parecer, a autora apresenta uma notícia veiculada no jornal “O Cachoeirano” sobre a proibição da imigração italiana para o Estado que afirma que a consequência dessa lei será nula em Cachoeiro do Itapemirim, porque a localidade se encontra com a “lotação completa” (ROCHA, 2000).

²¹ Cópia da página do jornal acessada pelo Sr. Valdir Antônio Uliana no seguinte endereço: Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/cache/1055904932215/10002708-16\(01197x01896\).i...](http://memoria.bn.br/DocReader/cache/1055904932215/10002708-16(01197x01896).i...)>. Acesso em 21 de set. 2012.

Ao que indica Saletto (1996a), entraram mais do que imigrantes estrangeiros no Espírito Santo: um grande contingente de imigrantes nacionais deu entrada no estado. Utilizando-se dos censos demográficos de 1872 e 1890, a autora mostra que a expansão do café atraiu um importante fluxo migratório das províncias vizinhas. Em consequência da imigração estrangeira, observadas nos censos, a população capixaba cresceu 36%. Devido à entrada de retirantes das secas do Nordeste, a população passou de 82.137 para 135.987 habitantes, alta de 65,5%. Na mesma linha, concordando com Saletto nessa questão, Almada (1993) menciona ainda as levas de imigração de mineiros e fluminenses para o Espírito Santo.

Diferentemente da ideia de que a imigração estrangeira teria resolvido o problema de mão de obra, como declara Rocha (2000), Saletto (1996a) afirma que, apesar da preferência pelo elemento europeu, os fazendeiros capixabas tiveram que apelar para os nacionais, pois o Espírito Santo não pôde sustentar a imigração subvencionada em escala suficiente para suprir o necessário de mão de obra.

Almada (1993), ainda sobre a importância da mão de obra nacional, observa que, cessada a imigração de estrangeiros em 1896, coube primordialmente aos imigrantes nacionais ocupar as imensas reservas de terras inexploradas no território capixaba. A fala da autora segue no sentido de defender que os nacionais tiveram um papel bem mais relevante nas fronteiras agrícolas capixabas do que a historiografia lhe reserva (ALMADA, 1993).

Diferentemente de Almada, Rocha (2000) encontra no imigrante estrangeiro o papel mais importante na substituição de mão de obra em terras capixabas. “De qualquer forma, existem testemunhos eloquentes de que foi o imigrante estrangeiro o elemento que mais contribuiu para o processo de substituição de mão de obra na grande lavoura do sul do Espírito Santo [...]” (ROCHA, 2000, 124-125).

Segundo Almada (1993), após 1900 ocorreu uma intensa onda migratória vinda dos estados vizinhos, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o que recuperou o quadro demográfico no vale do Itabapoana em maior escala e em proporções menores em todo o Espírito Santo. Segundo a autora, tal corrente migratória é confirmada pelos censos de 1940, que registraram uma população de 92.059 pessoas que se declaram naturais do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e no censo de 1950 esse número era de 79.318 pessoas. Segundo a autora, ainda que os censos mencionados não localizem as regiões do Espírito Santo onde essas populações se fixaram, é

possível crer que, até 1940, dirigiram-se para o vale do Itabapoana e Itapemirim e que, após o declínio dessas regiões, tenham se encaminhado para o vale do Rio Doce (ALMADA, 1993).

Ainda reforçando a diferença de ponto de vista entre as autoras, Saletto (1996a) registra que os anos que se seguiram à abolição mostravam um mercado que era desfavorável ao fazendeiro que, tendo que aceitar a parceria com o colono, tinha pouco controle sobre o trabalho: o colono desfrutava de muita autonomia e estava em situação muito vantajosa, e assim permaneceu por muitos anos. Em 1910, a situação ainda não havia se alterado, os nacionais ainda tinham possibilidades de sobrevivência autônomas e resistiam aos trabalhos nas fazendas. Nesse período acabam as possibilidades de terras devolutas ao sul do Rio Doce e a nova fase de expansão econômica iniciada no final da década aumentou a pressão sobre a terra, dando início à mercantilização sobre a mesma. Dessa forma, o poder de resistência do trabalhador em relação a se tornar mão de obra se reduziu. Esse processo foi acelerado por uma abundante imigração interna vinda originalmente de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e também do Nordeste, completando o processo de proletarização no Espírito Santo.

Em sua conclusão, Rocha (2000) comenta que seu trabalho buscou mostrar a viabilidade da produção cafeeira na pequena propriedade colonial e que esse foi o traço marcante do movimento imigrantista do Espírito Santo: o desenvolvimento de pequenas propriedades produzindo para o mercado externo, o que a autora considera um fato inédito na história da imigração brasileira.

Saletto (1996b) conclui de seus estudos que a maior parte dos imigrantes do pós-abolição se tornou proprietária de terras. Os brasileiros possuíam 80% das propriedades, mas a relação entre proprietário e não proprietário era de 1/26, o que confirma a maior facilidade de acesso à propriedade de terras para os imigrantes, mas ressalta que a maior parte das terras estava em posse de nacionais.

Para Almada (1993), a população estrangeira, depois de realizadas acomodações de uma região para a outra buscando oportunidades melhores, possivelmente, teve um significativo número de seus descendentes tornando-se proprietários rurais nas áreas cafeeiras estudadas pela autora. O fato dos imigrantes estrangeiros terem ampla oportunidade de acesso à terra contribuiu para a ascensão econômica dessa população na sociedade capixaba. Dessa forma, o melhor poder econômico que essa população alcançou não tem relação com as “origens

étnicas” ou ‘aptidão’ para o trabalho; o fator básico de ascensão econômica foi o acesso à propriedade da terra.

Portanto, é possível concluir que a historiadora Gilda Rocha prioriza o elemento estrangeiro tanto na ocupação do território quanto na substituição do trabalho nas fazendas, sendo importante ressaltar aqui que o recorte temporal da historiadora se encerra em 1896. As historiadoras Nara Salletto e Vilma Paraíso de Almada procuram reforçar a importância do elemento nacional nesse processo e estendem seus estudos até parte do século XX.

As condições de desenvolvimento do Espírito Santo favoreceram a formação da pequena propriedade rural. A partir de dados do IBGE (2006), Rodrigues (2017) demonstra que, no Espírito Santo, a agricultura familiar está presente em cerca de 80% dos estabelecimentos agropecuários. No município de Domingos Martins, onde se encontra o distrito de Aracê²², objeto deste estudo, 86,73% dos estabelecimentos são de agricultura familiar e, desses estabelecimentos, 42% têm área menor que 10 hectares, conforme Censo do IBGE 2006 (RODRIGUEZ). Ainda segundo Rodriguez,

A categoria agricultura familiar é operacionalizada a partir da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. De acordo com essa Lei, é agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais²³; utilizar predominantemente mão de obra da própria família; ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento; dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (RODRIGUEZ, 2017, p. 16).

Para o engenheiro agrônomo Júlio de Oliveira Pinho (1997), Pedra Azul não tinha vocação para as culturas extensivas ou para a grande pecuária. De clima frio, não servia para as culturas tropicais, mas não é ruim para algumas culturas de clima temperado, e o café não se dá na região. De solo pobre, frequentemente degradado e com a topografia muito íngreme, só

²² O distrito de Aracê já foi conhecido como São Rafael e Pedreiras. O Decreto Estadual nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943, deu esta nova denominação ao distrito de Pedreiras (DISTRITOS, acesso em 15 de jul. 2014).

²³ Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município, levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Ainda segundo o site do Embrapa para o município de Domingos Martins, o módulo fiscal é de 18 hectares (EMBRAPA, acesso em 12 de mar. 2018).

em algumas encostas menos inclinadas ou no fundo do vale é possível produzir. O gado também não se agrada do terreno e o pasto que recobre as encostas é fraco e os animais sofrem bastante para se alimentar no inverno. O vento sul e a garoa aumentam o frio, o que é penoso para a criação desabrigada.

A opinião de Pinho (1997) é reforçada por estudos do Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) que descrevem o município de Domingos Martins da seguinte maneira: área de 1.225 quilômetros quadrados, com altitude que varia de 150m a 1909m e temperatura média anual de 19° que pode chegar a 0° em regiões mais altas. Precipitação de chuva anual com média de 1200mm. O solo predominante é o Latossolo Vermelho Amarelo, classificado como fraco e ácido (pH em torno de 4,5). Isso ocorre devido à formação geológica e a topografia acidentada. Soma-se ao fato a utilização de práticas agrícolas inadequadas e insustentáveis, fatores que facilitam o processo de desagregação e enfraquecimento dos solos da região (INCAPER, 2011).

Na compreensão de Pinho (1997), no fim do século XX, apesar de todas as adversidades, na região moravam muitos pequenos agricultores que viviam à custa do que produziam. Não podendo cultivar de forma extensiva e não havendo condições para manter rebanhos de gado, a solução foi plantar intensivamente no fundo dos vales e nas encostas menos íngremes²⁴.

Informes do INCAPER (2011) mostram que o distrito de Aracê se diferencia pela construção de condomínios e hotéis, movimento que ocorreu já no século XXI. Para isso, houve um grande investimento voltado para o turismo, sendo ponto central o monumento da Pedra Azul, maciço rochoso que se destaca na paisagem e está situada no distrito de Aracê. É nessa região mais alta que se encontra a maior parte das cabeceiras dos cursos de água que abastecem a Grande Vitória. A antiga Vila de Pedra Azul cresceu rapidamente, tornando-se uma cidade de pequeno porte, localizada às margens da BR 262, a oeste de Aracê, cerca de 60 quilômetros da sede de Domingos Martins e próxima à divisa do município de Venda Nova do Imigrante (INCAPER, 2011).

A ocupação nessa região já está consolidada na forma de grandes condomínios fechados para classe média alta, clubes exclusivos, hotéis e estâncias climáticas

²⁴ No período em que o livro “A História da Pedra Azul” (PINHO, 1997) foi escrito, o autor afirma que as propriedades já estavam tão subdivididas que não era possível comportar mais agricultores.

típicas de uma região serrana, com clima mais frio e ocupadas sazonalmente por um público consumidor que reside na costa ou até mesmo vindo de outros estados (INCAPER, 2011, p. 9).

No documento de Planejamento e Ações elaborado pela INCAPER para os anos de 2011 a 2013, é possível perceber, também, os muitos problemas que o município enfrenta no segundo decênio do século XXI. Em Aracê, especificamente, registram-se: escassez de água; uso abusivo de agrotóxico; trato agrícola indevido; degradação do solo; prática de queimadas sem liberação; uso de insumos agrícolas agressivos ao meio ambiente; nascentes, margens de rios e topos do morro desprotegidos, entre outros problemas.

Esta dissertação para melhor explicar seus objetivos, que são: demonstrar a ocupação do distrito de Aracê, destacar a formação da população, traçar os caminhos utilizados para acessar a região e, ainda, apresentar um pouco da vida dos primeiros ocupante do distrito, está dividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo do trabalho tem o objetivo de descrever a ocupação que ocorreu por imigrantes que utilizaram a Estrada Imperial São Pedro de Alcântara, no sentido interior-litoral. Esse capítulo apresenta o distrito de Aracê e a importância da Estrada Imperial enquanto rota que permitiu a chegada de descendentes de escravos vindos do Rio de Janeiro e mineiros que aqui encontraram os nativos puris. A partir da historiografia e da entrevista de História Oral, realizada entre os descendentes mais idosos das primeiras famílias a se fixarem na região, narra-se a história desses grupos.

O segundo capítulo se detém na ocupação que ocorreu pela Estrada Imperial São Pedro de Alcântara por imigrantes que utilizaram esse acesso no sentido litoral-interior. Esse capítulo apresenta primeiramente a Colônia de Santa Leopoldina, onde foram instaladas as famílias que posteriormente se deslocariam para o distrito de Aracê. Em seguida, utilizando-se da historiografia, da entrevista com descendentes dos primeiros moradores, de documentos encontrados no APEES, e utilizando a lista de passageiros organizada por Nozoe, Bassanezi e Samara (2003), fez-se o resgate da história dos descendentes de alemães e dos imigrantes cearenses retirantes da seca de 1888.

O terceiro capítulo esclarece sobre a breve ocupação germânica no entorno da Pedra Azul, apresenta a colônia de Rio Novo de onde teriam vindo os imigrantes italianos e seus

descendentes que ocuparam a região e aborda a chegada de capixabas vindos de Castelo, que se ocuparam como mão de obra nas terras dos italianos. Para isso, utilizou-se a historiografia disponível, os testemunhos dos descendentes, o registro dessas famílias no Projeto Imigrante do APEES, e cópias de documentos cedidos pelos entrevistados.

No quarto capítulo foi feita uma análise do censo agrícola de 1920, documento que definiu o encerramento do recorte temporal deste trabalho por conter, em relação às comunidades do distrito de Aracê, todas as famílias que são consideradas pelos entrevistados como fundadoras do distrito. Tentou-se neste estudo entender a formação da população, a partir da lista de proprietários apresentados pelo censo, entendendo a origem da população estrangeira e os nacionais que aparecem na pesquisa. Nesse capítulo, em especial, defronta-se com diferentes grafias usadas para os mesmos sobrenomes (pela família, pelo Projeto Imigrante e pelo Censo de 1920). Diante do fato, convém registrar que foram preservadas as grafias conforme a fonte que está sendo considerada.

O quinto capítulo dedica-se a contar sobre as relações sociais e os enfrentamentos que foram comuns a todos os colonos de Aracê, sejam eles nacionais ou estrangeiros, sendo destacados os seguintes aspectos: a aquisição de terras, a agricultura, o comércio, a herança, a religiosidade, as doenças e os momentos de sociabilidades.

Grande parte das informações contidas nesse trabalho foi obtida a partir das entrevistas de História Oral realizadas no distrito de Aracê com os descendentes das primeiras famílias moradoras. Conforme Meihy (2017), para que o resultado da entrevista se torne um documento confiável, alguns procedimentos são necessários: que as entrevistas sejam parte de um projeto que as justifique, podendo estar ligada a áreas de estudos ou ter propósitos independentes, mas ter sempre como foco o interesse social; que a entrevista seja gravada por meios eletrônicos (gravadoras ou filmadoras); que a relação entre entrevistador e entrevistado seja direta (pessoa-pessoa) e, finalmente, que haja uma definição de uso e destino do material registrado, uma vez que, depois de concluído o trabalho do entrevistador, é necessário o arquivamento das entrevistas para uso posterior (MEIHY, 2017).

Também as questões éticas são importantes no processo de recebimento das memórias. O entrevistado deve ser informado: que nada será publicado sem a sua autorização, e essa permissão deve ocorrer após a leitura da transcrição da entrevista; que o conteúdo poderá ser vetado em parte ou em sua totalidade pelo entrevistado e, por fim, que as entrevistas serão arquivadas e poderão ser usadas posteriormente em outros projetos. Deve ser de entendimento do entrevistador a necessidade de devolução dos resultados aos “protagonistas geradores” ou, dependendo do caso, até mesmo à “comunidade que os provocou” (MEIHY, 2017).

A transcrição da entrevista foi antecedida de um cabeçalho com os dados do entrevistado e da entrevista e, ao final da transcrição, alguns novos questionamentos foram solicitados do entrevistado. Deixou-se também espaço para possíveis observações que o entrevistado quisesse acrescentar e as opções de uso que deveriam ser autorizadas em relação à entrevista dada (ver APÊNDICE A).

Seguindo as orientações propostas por Meihy (2017), foram buscadas as regras necessárias para que o resultado deste trabalho tivesse confiabilidade: as entrevistas foram gravadas e transcritas, os participantes assinaram, previamente, o Termo de Cessão de Direitos Sobre Depoimento Oral e Imagem²⁵, do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório (LEMM) do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O texto resultante das gravações, de igual forma, recebeu assinatura de autorização de uso da totalidade ou de parte, conforme desejo dos participantes que, inclusive, pôde vetá-las integralmente. As transcrições ficarão arquivadas no LEMM, sendo concedidas cópias das mesmas aos entrevistados, assim como informado os meios de acesso ao trabalho completo. Em geral, as narrativas apresentadas nesse trabalho são acompanhadas do nome verdadeiro, e somente em dois casos estão identificados com a primeira letra do nome em maiúsculo e o ano da entrevista. No primeiro caso, a senhora A (A, 2018), não foi encontrada, em tempo hábil, para ler a transcrição, então seu nome foi mantido no anonimato. No segundo caso, a senhora M (M, 2017), estava doente, hospitalizada, e não leu a versão digitada da gravação que já estava de posse dela. Em ambos os casos, porém, já haviam assinado a autorização do LEMM para uso da entrevista.

²⁵ Alguns termos de cessão de direito foram assinados por filhos ou netos, uma vez que os entrevistados, também devido à idade avançada, alegaram problemas de visão que os impedia de darem suas assinaturas. As transcrições das entrevistas foram identificadas em todas as páginas com a impressão digital dos participantes com dificuldades de assinar o nome.

Ainda seguindo as orientações de Meihy (2007), os textos das entrevistas não foram apresentados em sua forma bruta. Ou seja, depois de transcritos exatamente como foram narrados, os enunciados passaram pela fase de textualização na qual foram retiradas as perguntas do entrevistador, os desvios gramaticais, as palavras sem peso semântico, os sons e os ruídos vazios de sentido. Após essa etapa, construiu-se um texto coeso sem que se deixasse perder a essência da narrativa. Primou-se, contudo, por manter algumas peculiaridades da fala que era característica de cada entrevistado.

CAPÍTULO I - OCUPAÇÃO DO DISTRITO DE ARACÊ PELA ESTRADA IMPERIAL EM SEU SENTIDO INTERIOR-LITORAL

1.1 - O DISTRITO DE ARACÊ

A partir dos estudos realizados, entendeu-se que parte da ocupação de Aracê por imigrantes nacionais, estrangeiros e seus descendentes ocorreu utilizando a Estrada Imperial São Pedro de Alcântara. Segundo informações colhidas com os moradores e pela observação das placas indicativas (ILUSTRAÇÃO 4) sobre a trajetória do caminho (INSTITUTO ROTA IMPERIAL, acesso em 23 de jul. 2018), o traçado aproximado da estrada, no distrito de Aracê, passou pelas comunidades de: São Rafael, Córrego Dantas, Cristo Rei, Alto Jucu, Lajinhas, Barcelos e São João de Barcelos. Para melhor visualização incluímos (ILUSTRAÇÃO 5), o Mapa do Município de Domingos Martins que indica o traçado da estrada na cor vinho.

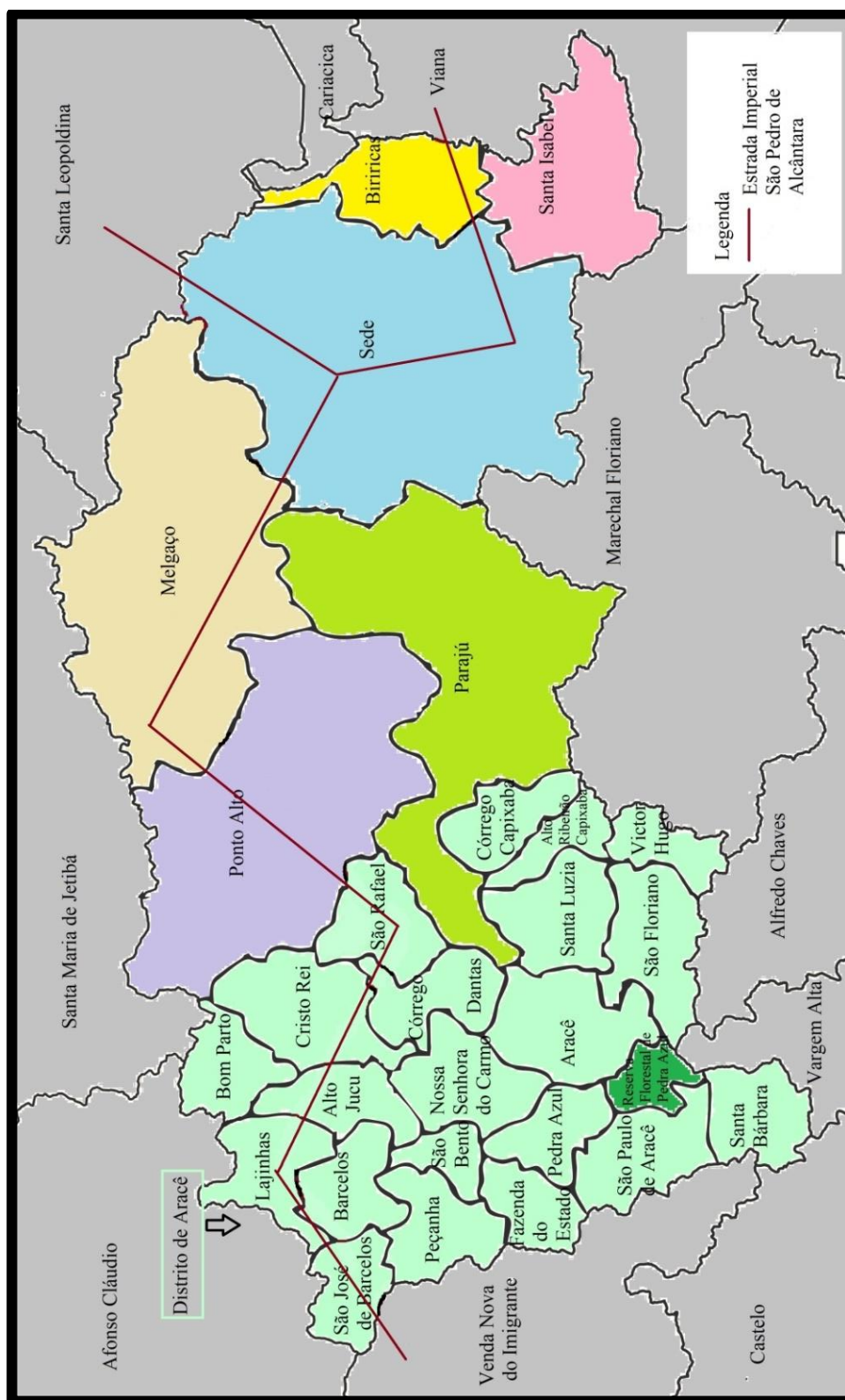
ILUSTRAÇÃO 4 - Foto - Marco do Projeto Rota Imperial



Fonte: acervo nosso

ILUSTRAÇÃO 5 – Mapa - Município de Domingos Martins

Destaques para o distrito de Aracê e suas comunidades e o traçado da Estrada Imperial São Pedro de Alcântara



Fonte: mapa elaborado por Maine Batista e Márcia Regina Batista, 2019

O trabalho de descoberta da origem e do assentamento dos primeiros moradores foi basicamente feito por meio das entrevistas com os descendentes dos primeiros moradores da região. Os áudios das primeiras entrevistas realizadas mostram pesquisadores imbuídos da certeza da ocupação europeia e do desconhecimento da presença e importância relativa aos nacionais na região. Em alguns casos, foi necessário retornar ao entrevistado para certificar-se de informações antes consideradas irrelevantes.

Os imigrantes estrangeiros e descendentes (em especial alemães e italianos) e os cearenses que migraram devido à seca de 1888 possuem algumas fontes documentais que confirmam sua presença na história de Aracê, como nomes na lista de chegada de passageiros dos navios e documentos de posse de terra. Mas os indígenas e os migrados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais que vieram ocupar o distrito de Aracê não apresentaram nenhum documento, ao qual se pudesse ter acesso, que certificasse a movimentação e chegada desses grupos à região. Assim, o contato com os descendentes dessas famílias foi de suma importância para este trabalho.

Como atesta Portelli (1997, p. 27), “as fontes orais dão-nos informação sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é falha ou distorcida. Outro aspecto diz respeito ao conteúdo: a vida diária e a cultura material dessas pessoas e grupos”. A população que ocupou o distrito de Aracê era, em sua maioria, analfabeta, e muitos não possuíam nenhum documento que lhe atestasse a existência. A memória é, em muitos casos, a única forma de resgate do passado dessa população. A cada nova geração, parte da história guardada pelos mais velhos se perde definitivamente. Dessa maneira, o trabalho de resgate oral, tratamento de dados e arquivamento é fundamental, sem o qual há o risco de perpetuar uma história unilateral, ou parcial, contada por algumas poucas famílias que foram capazes de preservar o seu passado pela guarda de documentos antigos e registros das histórias familiares.

A ideia inicial, constituída em projeto de pesquisa, de que as terras próximas ao Quartel de Barcelos eram ocupadas, em sua maioria, por alemães e talvez pomeranos se desfez na realização da primeira entrevista na comunidade de São Rafael. Importante esclarecer que, antes de iniciar o trabalho, foi realizado um conjunto de entrevistas, na comunidade de Aracê²⁶, com o objetivo de conhecer melhor a região, o que permitiria estruturar o trabalho

²⁶ A comunidade de Aracê pertence ao distrito de Aracê.

pretendido. O cenário que se apresentou inicialmente era muito parecido com aquele registrado nos livros e artigos sobre a região. O distrito de Aracê teria sido ocupado por duas frentes: uma, na comunidade de São Rafael e entorno (por alemães e pomeranos e seus descendentes) e, outra, na comunidade de Aracê e imediações (por italianos). Sobre indígenas e nacionais, quase nada foi dito pelos entrevistados. De posse dessas informações, o trabalho de campo foi dividido em duas frentes e iniciado por São Rafael.

ILUSTRAÇÃO 6 – Foto - Comunidade de São Rafael



Fonte: acervo nosso

Assim que realizada a primeira entrevista, com uma descendente de alemães (A), a impressão dos pesquisadores era de que a entrevistada estava absolutamente desinformada, já que a fala dela não condizia com o que se conhecia sobre o assunto até então. Segundo A (2018),

A maioria da população é católica, aqui tem muitas pessoas assim mais morenas, descendente de brasileiro mesmo, sem ser nem italianos e nem alemão. Sempre foi assim. A família de alemão é mais Simmer mesmo, que é branca, o resto todos são pessoas mais morenas. Pomerano tem mais é para o Tijuco Preto²⁷, aqui tem poucas famílias. A maioria das pessoas daqui é da sua cor²⁸, muito pouco mais branco. Os morenos são os Bickel e os Pereiras, o sobrenome é alemão, mas a cor deles não é cor de alemão não. Tem as esposas deles que são as Trabach, já são alemãs (A, 2018).

²⁷ Comunidade do distrito de Ponto Alto, Domingos Martins.

²⁸ A informação refere-se a um dos entrevistados, de cor parda.

Nessa fala, percebe-se que a entrevistada qualifica a população local como formada mais por nacionais pardos, que a presença de pomeranos na região praticamente não existe, já os representantes de descendentes de alemães são poucos. Isso derrubava toda a representação feita anteriormente em relação à ocupação do distrito de Aracê. Era preciso, portanto, repensar o projeto e redefinir quais eram as primeiras famílias a chegar ao distrito para entender a sua real composição. Assim, novas entrevistas foram realizadas, conforme seguem:

As primeiras famílias que vieram para cá que eu me lembro, foi Agostinho Ferreira Lima e Arestiane José Batista, estavam juntos, José Bickel era meu pai e tinha o Alfredo Simmer que também trabalhava junto” (BICKEL, 2018a).

Descobriu-se posteriormente que Rafael Bickel era neto de Joaquim Pereira, um dos primeiros moradores da região e que não aparece entre as famílias citados pelo senhor Rafael. Na segunda entrevista, participou Rafael Bickel em companhia de seu irmão Antônio Bickel, que responderam juntos aos questionamentos.

Os primeiros a chegar aqui em São Rafael, que nos lembramos, papai falava, foi Agostinho Ferreira Lima, o primeiro que veio trabalhar na nossa comunidade. O primeiro, ele era casado com uma tia nossa, tia Maria (BICKEL, 2018b).

Maria Pereira, casada com uma tia nossa, irmã de nossa mãe (BICKEL. A., 2018).

Agostinho Ferreira Lima que a gente sabe falar não tinha irmão com ele não, conheci mais os filhos dele. Nunca ouvi falar que tinha irmão. A gente nem sabe de onde ele veio, a gente sabe que da parte da mulher dele e da parte de minha mãe é do Ceará. Nossos avós vieram do Ceará. Isso tem muita quantidade de anos. Mamãe se tivesse viva tinha uns cento e tantos anos, ela morreu com 94. Depois tinha, nós conhecemos aqui dentro, o Euvídio Costa, o pai daqueles Costas que doaram o terreno da igreja. O pai do Euvídio que doou o terreno. Não sei onde ele nasceu, porque quando a gente nasceu, aqui, era tudo gente antiga aí na roça. Meu pai conheceu eles todos, aqui. Meu pai casou e veio para cá e nascemos aqui, setenta e tantos anos que nós vivemos aqui (BICKEK, 2018b)

O Agostinho não estava em Rapadura não (lugar que morava o pai do entrevistado), não sei de onde que ele veio (BICKEL. A., 2018).

Mas ele que começou aquele cemitério que a gente tem aqui. Tudo (BICKEL, 2018b).

Começou a abrir a área (BICKEL. A., 2018).

Começou a abrir a comunidade. Tudo foi ele que começou. Aí ele se casou com a irmã de minha mãe, que era mulher de meu pai, aí que começou. Ele casou com uma tia nossa. Mais ou menos eles devem se conhecer lá de baixo, porque eles moravam todos lá para baixo, tem muitos anos isso aí. Aí começou igual esse Arestiano João Batista, depois começou a trabalhar junto, tinha um tal de Galerino, que todos eles trabalhavam juntos, depois foi chegando os mais novos, Alfredo Simmer, o Nestor, e foi ajudando. O Simmer veio depois, o primeiro que nós conhecemos aqui foi o Agostinho (BICKEL, 2018b).

O Arestiano, parente do Sino, isso mesmo pai dele, tinha um irmão dele que morava aqui que era o Miguel Batista, irmão do Arestiano, tudo aí, os pais vieram de lá, mas eles nasceram aqui. Nosso avô se chamava Joaquim, Joaquim Pereira, esse veio só, ele e a mulher dele. Pereira? Tem os Pereira aqui, nesse córrego aqui, já era tio nosso, é irmão de mamãe (BICKEL, 2018b).

Segundo os entrevistados, os nacionais teriam chegado primeiro à região e posteriormente os descendentes de alemães. A partir das informações recebidas, as primeiras famílias a ocuparem o distrito de Aracê seriam as seguintes: os Pereiras e os Lima que vieram do Ceará; os Batista que vieram do Rio de Janeiro; os Costa que possivelmente²⁹ teriam vindo de Minas Gerais; os Bickel que eram descendentes de italianos, de alemães e de cearenses, e os Simmer que eram descendentes de alemães. Essa população teria se utilizado da Estrada Imperial São Pedro de Alcântara para ter acesso à região de Aracê.

1.2 - A ESTRADA IMPERIAL SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

A Estrada Imperial São Pedro de Alcântara ligava o litoral do Espírito Santo a Minas Gerais e foi concluída em 1816³⁰. Essa estrada era guarnecida de quartéis de proteção em toda a sua extensão. Um desses quartéis, o de Barcelos, estava localizado no trecho em que a estrada passava no distrito de Aracê.

A Estrada Imperial dava acesso à região, tanto para os imigrantes mineiros e fluminenses que vinham no sentido interior-litoral, quanto para os imigrantes destinados anteriormente à colônia de Santa Leopoldina - alemães e cearenses - que utilizavam a estrada no sentido litoral-interior.

Para melhor visualização da Estrada Imperial, a Ilustração 7 apresenta o mapa, extraído do livro “Tropa e tropeiros: O transporte em lombo de burros em Conceição do Castelo” que mostra o traçado da estrada (GARBELOTTO, 2013, p. 19).

²⁹ Os familiares não concederam entrevista, apenas afirmaram na informalidade que possivelmente seriam oriundos de Minas Gerais.

³⁰ Até 1822 o nome era Estrada Real São Pedro de Alcântara, a partir dessa data foi renomeado para Estrada Imperial São Pedro de Alcântara (LEAL, 2009).

ILUSTRAÇÃO 7 – Mapa - Caminhos do século XIX



Fonte: GARBELOTTO, 2013, adaptado³¹

Até o início do século XIX, a colonização da província do Espírito Santo estava restrita a alguns pontos na faixa litorânea. O ciclo de ouro no Brasil no século XVIII teve efeito de isolamento para o Espírito Santo, ainda que parte das minas ficasse no território que

³¹ O destaque colorido e a legenda foram acrescentados pela autora.

originalmente pertencera a Vasco Fernandes Coutinho. A presença de bons portos no litoral capixaba representava, para o governo português, o perigo de um assalto estrangeiro. A vila de Vitória passou, então, à condição de fortaleza e se decretou a proibição da construção de estradas a Oeste. Todo o comércio com o ouro foi feito pelo Rio de Janeiro (CELIN, 1984). Com o esgotamento das minas de ouro em fins do século XVIII, desaparecendo, portanto, as razões para o policiamento imposto pelo Governo Geral, a ligação com Minas Gerais pôde ser concretizada e a Estrada Real São Pedro de Alcântara construída (ROCHA, 2000).

Era do entendimento dos governantes da província do Espírito Santo que uma ligação com Minas Gerais produziria desenvolvimento para a região centro sul da província. O príncipe Regente D. João emitiu uma instrução, no dia 11 de abril de 1814, que gerou um ofício, na mesma data, ordenando a construção de uma Estrada Real que ligasse a capital do Espírito Santo a Minas Gerais. Era então governador da província do Espírito Santo Francisco Alberto Rubim (LEAL, 2009).

Em 1815, novas instruções estabeleciam a construção de quartéis de soldados na estrada a cada três léguas, bem como seu guarnecimento com homens, armas, ferramentas e mantimentos (LEAL, 2009). No distrito de Aracê, encontrava-se o quartel de Barcelos, na comunidade de São José de Barcelos.

A estrada foi concluída em 28 de agosto de 1816 e, nessa ocasião, o Tenente Coronel Ignácio Pereira Duarte Carneiro comunicou ao Governo do Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim, que estava pronta a Estrada Real que ligava a Capitania a Minas Gerais, possuindo oito quartéis de proteção na parte do Espírito Santo, tendo esse trecho se encontrado com a estrada construída pelo grupo mineiro próximo às margens do Rio Pardo (LEAL, 2009).

Em 4 de dezembro de 1816, D. João assinou uma Carta Régia na qual ordenava a promoção da comunicação entre o Espírito Santo e Minas Gerais e a construção de outras estradas complementares, sempre guarnecidas de tropas. O rei orientou que se examinasse o uso dos rios e isentou de impostos todas as mercadorias que, pela estrada, transitassem por dez anos, assim como os produtos cultivados nessa região. D. João ordenou que se promovesse a mineração nas lavras do Castelo e arredores e que se prestassem contas desses empreendimentos anualmente ao rei. Determinou também que se pacificassem os indígenas,

tratando-os com brandura, mas aos que fossem hostis que se tratasse com severidade (LEAL, 2009).

Logo no início do uso da estrada, segundo Leal (2009), houve constantes reclamações por parte dos mineiros quanto ao porto de chegada, no Rio Santa Maria, situado ao fundo da baía de Vitória, por haver um longo caminho a ser percorrido de canoas até o porto de Vitória. Um novo ramal foi construído em 1817 que, passando por Viana, chegava ao Porto Velho de Itacibá, em Cariacica. Esse caminho se tornou mais usado que o primeiro traçado, mas não se tornou o único, e o caminho antigo continuou em uso (LEAL, 2009).

Os quartéis espaçados pela estrada foram algumas vezes modificados de localização, ou mesmo, desativados definitivamente. Inicialmente, eram eles: Cachoeiro do Rio Santa Maria (Depósito Geral), Bragança, Pinhel, Serpa, Ourém, Barcelos, Vila Viçosa, Monforte, Souzel, Chaves, Santa Cruz e Vila do Príncipe, todos nomes de cidades de Portugal, sendo pouco depois criados os de Borba e o de Melgaço. O Quartel de Borba, por estar muito próximo de Viana, foi posteriormente trasladado para um pouco mais distante. Era junto ao Quartel de Borba que ficava a fazenda pertencente ao construtor da estrada, Ignácio Pereira Duarte Carneiro. As distâncias eram em léguas: de Vitória a Viana, quatro léguas; de Viana a Borba, duas; de Borba a Barcelos, doze; de Barcelos a Vila Viçosa, três; de Vila Viçosa a Monforte, cinco; de Monforte a Souzel, três; de Souzel ao rio Pardo (Chavez), quatro; do rio Pardo ao rio José Pedro (Príncipe), sete; do rio José Pedro ao Manhuaçu, três; do Manhuaçu ao rio Matipó, duas; do rio Matipó a Cachoeira Torta, duas; de Cachoeira Torta ao Quartel do Casca, três; do Quartel do Casca a Ponte Nova, seis; de Ponte Nova a Furquim, sete; do Furquim a S. Caetano, duas; de S. Caetano a S. Sebastião, duas; de S. Sebastião a Ouro Preto, duas, ou a Mariana, uma légua (LEAL, 2009, p. 4).

Uma vez concluída a Estrada do Rubim³², essa passou a ser usada imediatamente, mas as informações documentais sobre os transeuntes e as mercadorias que passaram por ela são escassas. Parte dessa estrada foi utilizada pelos mineiros, ao sul, com a finalidade de localizar terras boas para a abertura de fazendas em terras capixabas. Esses novos fazendeiros e suas famílias instaladas em território do Espírito Santo mantiveram grande fluxo, nesse trecho da estrada, com suas muitas idas e vindas, para o território mineiro (Leal, 2009).

Em 1828, o tráfego na Estrada do Rubim estava quase impossibilitado, conforme ofício de 7 de janeiro de 1831, isso em território capixaba, já que a parte mineira estava em pleno uso. Em 1833, o tenente Coronel Ignácio Pereira Duarte Carneiro, que havia sido o responsável pela construção da estrada, propôs a sua limpeza e reabilitação, o que foi feito com mão de

³² A Estrada Real São Pedro de Alcântara era também conhecida como Estrada do Rubim em virtude de ser o governador da província, à época de sua construção, Francisco Alberto Rubim (LEAL, 2009).

obra de indígenas de Nova Almeida e alemães de origem do Bremem que haviam chegado à região (LEAL, 2009).

A Estrada Imperial São Pedro de Alcântara tinha uso constante entre Ouro Preto e Caparaó. Desse ponto até Viana e no ramal até o Rio Santa Maria, o movimento era escasso. Em 1830, houve um florescimento da busca de ouro nas proximidades do Rio Pardo e do Rio Castelo, o que trouxe um pequeno movimento de mineradores para a estrada (LEAL, 2009).

Em 1850, novamente houve críticas em relação às condições da estrada que estava intransitável no lado do Espírito Santo. A reclamação dessa vez veio do próprio governo de Minas Gerais, que tinha interesse na manutenção da comunicação com Vitória. Com a chegada dos colonos europeus (alemães, austríacos, italianos e outros) ao Espírito Santo, a estrada foi utilizada para o assentamento nas colônias, como Viana, Santa Isabel, Santa Leopoldina e Castelo, garantindo seu uso constante exatamente no trecho que era menos usada até então (LEAL, 2009).

Segundo Leal (2009), a Estrada Imperial São Pedro de Alcântara prestou muitos serviços às duas províncias (Espírito Santo e Minas Gerais) até que, no final do século XIX e início do século XX, com a República e com a expansão ferroviária, especialmente a Estrada de Ferro Leopoldina, a velha estrada foi suplantada. O traçado da Rodovia Federal BR 262 segue de forma quase paralela à antiga estrada desde Vitória até Minas Gerais, em Rio da Casca, e a partir daí por Rodovia Estadual até Ouro Preto.

1.3 - FUNDADORES DO DISTRITO DE ARACÊ

Segundo entrevistas realizadas no distrito de Aracê junto aos descendentes dos primeiros moradores, a região foi ocupada primeiramente por indígenas da tribo dos puris, que ainda estavam na localidade quando da chegada dos primeiros imigrantes (fluminenses, mineiros, cearenses, alemães e italianos). A seguir, tem-se a história de imigrantes que vieram pela Estrada Imperial no sentido interior-litoral.

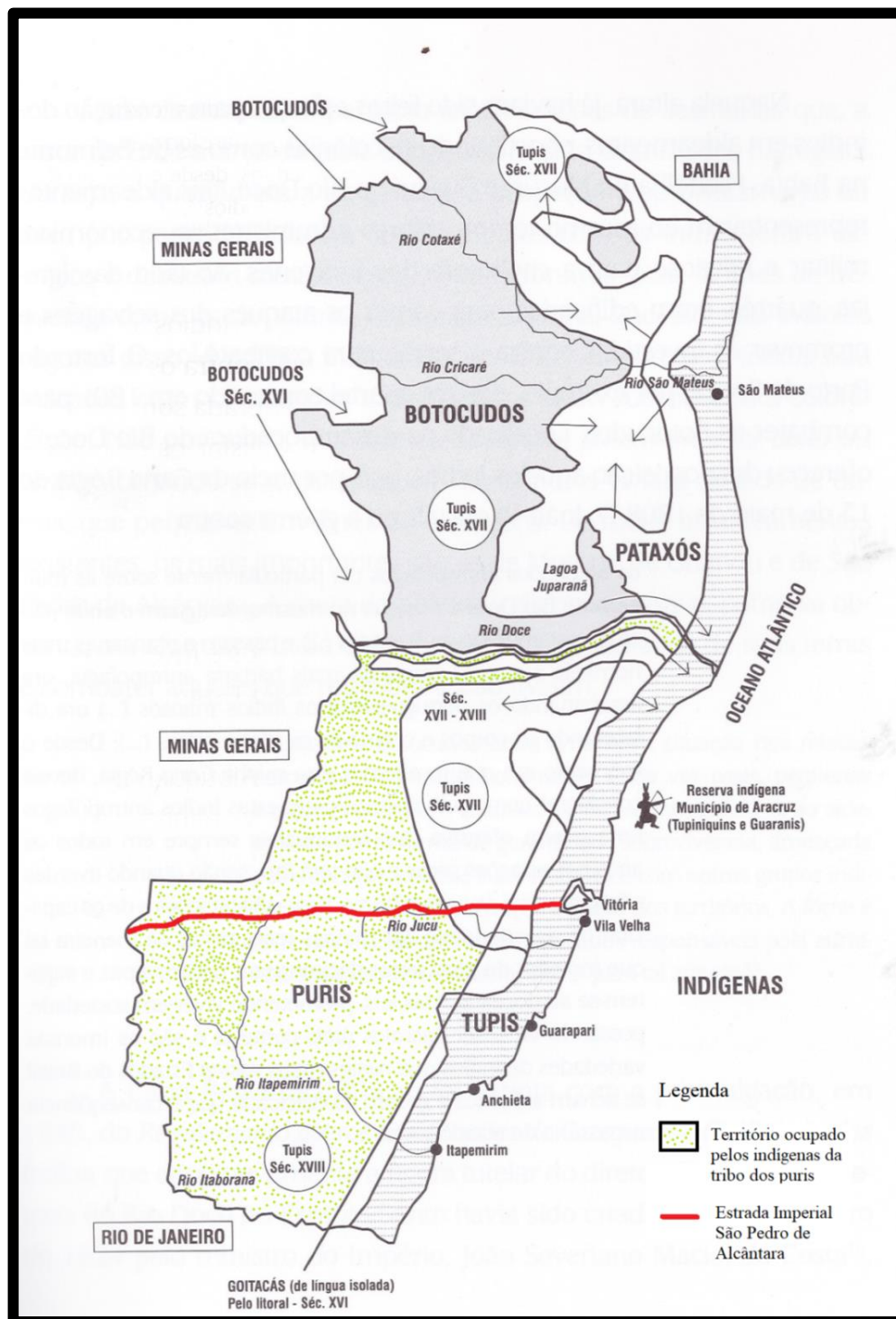
1.3.1 - Nativos - Indígenas da tribo dos puris

Minha bisavó, avó de meu pai, foi pega no laço, ela era índia (COSTA, 2018).

A história da presença dos indígenas no Espírito Santo remonta a um período que vai de 7000 a 6000 anos atrás. Essas populações viviam na região dos rios formadores do Rio Jucu, no município de Domingos Martins, e no vale do Rio Fruteiras, no município de Cachoeiro do Itapemirim e Vargem Alta (PEROTA, 1999).

A Ilustração 8 traz o mapa do livro “Índios botocudos do Espírito Santo no século XIX” (EHRENREICH, 2014, p. 23), que mostra as nações indígenas existentes no estado durante o século XIX. É possível perceber que os puris ocupavam todo o território do município de Domingos Martins, assim como quase todo o território que margeava a Estrada Imperial São Pedro de Alcântara, no trajeto em que a estrada passa pelo Espírito Santo. Os primeiros colonos do distrito de Aracê se encontraram com esses nativos, estabeleceram relações e deixaram a sua descendência entre os moradores dessa região. Para melhor localização, acrescentou-se uma linha vermelha para demarcar o local aproximado por onde passava a Estrada Imperial São Pedro de Alcântara em seu trajeto no Espírito Santo.

ILUSTRAÇÃO 8 - Mapa - Nações indígenas existentes no Espírito Santo durante o século XIX. Destaques³³ para região habitada pelas tribos puris e o traçado da Estrada Imperial São Pedro de Alcântara.



Fonte: EHRENREICH, 2014, p. 23, adaptado

³³ O destaque em verde, que ressalta o território dos indígenas da tribo puris, e o traçado em vermelho, da Estrada Imperial São Pedro de Alcântara, são adaptações nossas.

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, no século XVI, as relações estabelecidas entre indígenas e colonizadores estão ligadas às ideias e práticas de tutela. As aldeias coloniais são uma amostra de como os padres exerciam sobre os indígenas um controle tanto religioso quanto temporal. A justificativa para essa dominação está ligada à concepção de que os aborígenes não eram plenamente civilizados e, dessa maneira, eram incapazes de governarem a si próprios. Esse foi um método muito eficiente, também, para controlar e explorar o trabalho indígena (MOREIRA, 2017).

As leis pombalinas de 1755³⁴ aboliram o cativeiro indígena da América Portuguesa, dando liberdade absoluta aos nativos. A transformação da condição política e jurídica dos indígenas não os tornava apenas livres, mas vassalos do rei. Ainda, segundo as leis de Pombal, garantiu-se, por meio de alvarás: que os casamentos de nativos com outras etnias pudessem ser realizados, que indígenas e seus descendentes fossem equiparados aos demais colonos quanto ao emprego de honrarias, que fosse proibido tratar os nativos de forma pejorativa, que cessasse o poder eclesiástico sobre os indígenas e que as aldeias deveriam ser administradas pelos membros mais importantes da comunidade (MOREIRA, 2017).

Para Costa (2013), não havia só pontos positivos nas leis pombalinas, sendo que quando os jesuítas foram expulsos do Brasil os índios passaram a ser geridos pelo Estado, desde que mantivessem os princípios ideológicos pregados pelos inacianos, o que permitia a inserção dos mesmos na sociedade colonial. Também durante o período pombalino ocorre a alteração de nomes indígenas por nomes portugueses, num processo de ressemantização e consequentemente alteração dos parâmetros culturais. No Espírito Santo, o Aldeamento Reritiba, palavra que em Tupi significa lugar de conchas, é mudado para Benevente. Também nessa ocasião foi proibido o uso de língua nativa.

Desde 1750, antes da expulsão definitiva dos inacianos ocorrida em 1759, já alguns alvarás eram emitidos pela Coroa Portuguesa mudando a relação com os indígenas e diminuindo a influência dos jesuítas. Ao elevar o índio à situação de colono, em 1755, e ao retirar a influência direta dos religiosos, em 1758, essa nova legislação permitia que as

³⁴ As leis pombalinas foram estendidas para todo o Brasil pelo Alvará de 8 de maio de 1758 (MENDONÇA, 2017, p. 31).

relações de mão de obra indígenas ocorressem sem a intervenção dos jesuítas (COSTA, 2013).

Com o estabelecimento da capitania do Espírito Santo como zona de proteção das minas e a consequente proibição de acesso ao interior, observa-se, no século XVIII, a existência de poucos aldeamentos que se originavam de entradas ou de descidas do sertão. A ação se concentrava nos índios já aldeados em Reritiba (posteriormente Benevente) e Reis Magos. Essa limitação de entradas para o interior da capitania favorece a dispersão de índios macro-jê em terras que antes pertenciam aos Tupis (COSTA, 2013).

O Diretório pombalino foi abolido em 1798, surgindo, a partir de então, uma série de medidas com conteúdo explicitamente anti-indígena. A política de D. João VI, em relação aos nativos, foi pautada pela repressão, aplicável em todos os setores de suas vidas. Foi permitido que se tornasse cativo o nativo por dez anos ou enquanto ele se mostrasse feroz e praticasse a antropofagia (guerra justa). Os territórios conquistados, que antes pertenciam aos naturais da terra, passavam a ser considerados terras devolutas e podiam ser distribuídas na forma de sesmarias (MOREIRA, 2017).

A chegada da família real ao Brasil e o esgotamento das minas trouxe novos rumos para administração no âmbito nacional e local. O Espírito Santo deveria ser integrado a Minas Gerais com a construção de estradas nos territórios cobertos de matas e habitados por índios. A guerra justa é reiniciada e o índio volta a ser discutido como um problema social, uma marca de atraso e um entrave para o desenvolvimento (COSTA, 2013).

O interior da capitania do Espírito Santo, nas florestas do Norte (entre os rios Doce e São Mateus) sofreu um processo de destupinização a partir do trabalho dos jesuítas e pelas epidemias que causaram grande mortandade, mas essas regiões nunca apresentaram um vazio demográfico e nem mesmo atingiram níveis populacionais muito baixos. Soma-se a isso, o fato das tribos macro-jê terem ocupado esse território de forma rápida e gradativa.

Apesar da permanência dos índios Tupis e do movimento de ocupação dos macro-jês, a partir de 1790 teve início a construção da historiografia espírito-santense, produzida por membros do poder central, com o objetivo de reafirmar o poder de Portugal e justificar a expansão, criando-se a ideia de vazios de população (COSTA, 2013).

Segundo Moreira (2017), a cronologia da conquista e da colonização do território da capitania do Espírito Santo inicia-se sistematicamente durante a administração de Antônio Pires da Silva Pontes (1800) que tinha, então, ordens expressas da Coroa de permitir a navegação e o povoamento na extensão do Rio Doce. Deveria o governador não poupar esforços para civilizar os indígenas, ainda que fosse vedada a guerra ofensiva ou hostilidades em relação aos nativos nas matas.

Nesse período, em razão de conflitos, alguns indígenas procuraram as autoridades luso-brasileiras para negociar, mas os termos dessa negociação eram desiguais e com tempo limitado de duração. Como exemplo do fato, os indígenas da tribo dos puris, à medida que perdiam território para mineiros e botocudos, procuraram as autoridades da capitania do Espírito Santo com proposta de paz e colaboração. Também há relatos de que os puris procuraram os quartéis da Estrada Imperial São Pedro de Alcântara mostrando o desejo de serem aldeados. Mesmo antes da reorganização do aldeamento Afonsinho, em 1840, ainda que não oficialmente, os puris se tornaram tribo aliada, podendo formar ranchos no Espírito Santo sob a condição de atenderem às autoridades sempre que necessário (MOREIRA, 2017).

Para Teao e Loureiro (2009), nos estudos relativos à história do Brasil, os índios aparecem com mais destaque apenas nos primeiros anos de colonização, e a visão que sobre eles repousa é a de povos nativos passivos, vítimas de inúmeros massacres, extermínios e genocídios causados pela invasão portuguesa. No século XVI, os poucos que sobreviveram foram “engolfados pelo progresso”, sendo aculturados. Essa se trata de uma concepção comum à parcela da sociedade brasileira que, eurocêntrica, sempre diferenciou e marginalizou as populações indígenas.

Os indígenas, ao longo dos 500 anos de colonização, não só não desapareceram como também elaboraram estratégias de resistência e sobrevivência. Essas populações apresentaram nas últimas décadas um considerável crescimento populacional de 3,5% ao ano, que é maior que a média nacional de 1,6%. A partir desses dados, é preciso repensar a ideia atribuída aos índios como povos pacíficos, que foram subjugados e vencidos. Torna-se necessário abrir espaço para uma nova visão que reconstrói os indígenas como “sujeitos ativos no processo colonial, em um contexto de dominação/imposição cultural” (TEAO; LOUREIRO, 2009, p. 22).

A partir de seus estudos, Teao e Loureiro (2009) mostram que novas linhas de pesquisa buscam revelar como os vários povos em situações diferentes elaboraram estratégias de sobrevivência, englobando 500 anos de resistência em relação a povos não índios e em particular com a “civilização” europeia. Nesses estudos, o próprio conceito de resistência é repensado, deixando de se referir somente ao confronto violento que resultava em morte, mas também à resistência cultural do cotidiano materializada em gestos, práticas e atitudes que fragilizavam a hegemonia da dominação (TEAO; LOUREIRO, 2009, grifos das autoras).

A ideia de que os índios estão fadados ao “desaparecimento”, ou em melhor hipótese ao “branqueamento”, foi sedimentada no século XIX e estava ligada à suposta incapacidade desses povos se adaptarem à civilização, sendo possível observar a permanência da ótica do colonizador europeu na historiografia desse período. Com o fim do período colonial, o índio deveria ser integrado à sociedade nacional e sua assimilação era necessária à formação do povo brasileiro. A ideia de assimilação estava tão arraigada ao pensamento, sendo difundida desde o século XVIII, que sua efetivação era tida como natural e certa no século XIX, dependendo apenas do tempo para se concretizar (TEAO; LOUREIRO, 2009, grifos dos autores).

Os antropólogos evitam utilizar o termo “aculturar” porque essa expressão está repleta de preconceito: carrega consigo a ideia de que o índio, ao experimentar mudanças culturais, deixa de ser índio. O conceito de aculturar ainda encobre situações como a dominação econômica, a expropriação de terras, a exploração do trabalho. O termo que emerge para substituir o que não mais representa a situação é “transculturação”, que transmite a ideia do processo de integração feito de forma violenta e da expropriação de terra. Esse conceito também designa a “simbiose de culturas”, “fases do processo de transição de uma cultura para outra”, uma vez que nesses processos não ocorre apenas a assimilação de uma cultura diferente, mas a perda da cultura anterior e o início de novos fenômenos culturais, a neoculturação³⁵ (TEAO; LOUREIRO, 2009, grifos dos autores).

³⁵ Esse processo se daria em três momentos: a desculturação, em que há a perda dos componentes culturais do povo dominado; logo, a incorporação de uma cultura externa imposta e, por fim, uma neoculturação, ou seja, a articulação dos elementos culturais originais junto aos externos adquiridos (ALMEIDA, acesso em 08 de dez. 2018).

A noção de desaparecimento passou a ser compreendida como assimilação, que passou a significar extinção, definindo um momento de desorganização dos grupos indígenas e justificando a expropriação de seus territórios. A concepção conceitual de índio no Brasil ainda se funda na ideia estática do nativo enquanto um ser da selva, desprovido de razão, utilizando tecnologia rudimentar e com instituições menos complexas se observadas a partir do ponto de vista ocidental (TEAO; LOUREIRO, 2009).

Na pesquisa de campo, nas primeiras entrevistas, buscou-se saber sobre a presença dos indígenas, mas não houve relato sobre a existência dos mesmos na região. Já se tinha como certa a ausência dos nativos no distrito até que, em entrevista, Maria Batista da Costa, moradora da comunidade de Barcelos, descendente da família Batista, revelou que a bisavó era indígena:

Minha bisavó, avó de meu pai, foi pega no laço, ela era índia. Meu pai contava que o pai dele falava que eles ficaram vigiando, os índios, ficaram vigiando quatro dias em volta da casa para poder... porque tinha pego a bisavó, ficaram vigiando para poder levar ela de volta e depois de quatro dias eles desistiram, ela foi criada [...]

[...]

Minha avó, a Ernestina, era filha da que foi pega no laço [...]

[...]

Da tribo puri, aqui já, meu pai contava isso para mim, que era a avó dele. Ele falava para mim assim, que ela era feia, muito feia, que ela era índia mesmo. Selvagem. Tinha índio aqui, que eram os puris.

[...]

E nesse campo nativo, tem muita coisa de índio. Eu não sei se tem construção, como é que é, não, mas é até proibido de entrar, é um lugar largado mesmo, proibido de entrar. Tem muita coisa de índio, no chão, é um lugar muito famoso aqui de Barcelos. Não sei quem toma conta, não é a prefeitura, ninguém toma conta, não pode entrar, todo mundo tem medo. A minha amiga já foi lá, professora, ela falou que lá tem muita paz, muita coisa mística. Não sei se é descampado, eu acho que é mato (COSTA, 2018).

Sobre a presença dos indígenas na região, foram encontrados poucos relatos como esse da bisneta dos puris, a senhora Maria. Apesar da violência com que algumas relações entre colonos e indígenas se estabeleceram, como apresentada na transcrição acima, em que uma nativa é capturada “no laço” e submetida aos caprichos dos colonos, os puris deixaram sua descendência na comunidade, uma evidência é a entrevistada bisneta dos índios puris.

A descendente de italianos, Adalcisa Bassani³⁶ Grecco, também lembra a presença de índios na comunidade de Aracê:

Não. Depois apareceu, depois de muitos anos. Num tem de vez em quando a gente vê índio, eles falava assim, olha os índios. Minha avó falava. Aquele tempo era um tempo muito bom, era triste por conta que tinha que trabalhar, precisou derrubar a mata, para poder fazer casa, não é, mas... (GRECCO, 2017).

ILUSTRAÇÃO 9 - Foto - Adalcisa Bassani Grecco



Fonte: Acervo da Família Bassani

É possível concluir que a senhora Adalcisa Bassani Grecco chegou a presenciar os nativos na região, o que significa que eles permaneceram quando iniciada a ocupação pelos colonos, ou retornaram à localidade décadas depois, de modo que esse povo deixou descendência no distrito e esse fato não pode ser ignorado.

³⁶ Grafia Bassani segundo a família, e Bassane segundo o Censo de 1920. Mantidas as duas grafias.

1.3.2 - Fluminenses

Que é da parentagem do Arestiano, que é parte da gente, irmão do meu pai, todos vieram da África, mas foi só o tronco velho, os filhos já foram todos nascidos aí (2018, C).

A população originária do Rio de Janeiro com destino ao distrito de Aracê era constituída de pretos livres e libertos, que deixaram a região onde haviam experimentado de alguma forma, eles próprios ou familiares, a escravidão. Segundo entrevistados, após a abolição, esses fluminenses buscaram outra terra para viver. Entre os primeiros a chegar ao distrito de Aracê, estariam os componentes de uma mesma família: os irmãos Arestiano João Batista, Miguel João Batista, Manoel João Batista e nove irmãs³⁷, além de outras pessoas. Esse grupo teria se deslocado, em tropa, até Alto Jucu, localidade próxima ao Quartel de Barcelos, na Estrada Imperial São Pedro de Alcântara, onde teriam se estabelecido, e onde filhos e netos ocupam as terras até hoje.

Para entender as motivações que levaram os membros dessa família a fazer tão longa viagem, por caminhos difíceis e perigosos, e se estabelecerem numa terra desconhecida por eles, torna-se necessário compreender o escravo no pós-abolição. Costa (2008), a partir de leitura de estudos feitos sobre o negro nos anos posteriores à libertação, por Rebecca Scott (em Cuba), por Thomas Holt (em Jamaica) e por Eric Foner (ao sul dos Estados Unidos), sugere que algumas características que apresentaram semelhanças nas regiões estudadas poderiam ter ocorrido também em outras regiões da América. Entre essas características estava o fato de os libertos buscarem mudar a realidade social em que viviam, tentando participação na vida política e desejavam ter acesso à pequena propriedade (COSTA, 2008).

Ao verem fracassarem esses planos, uma nova estratégia foi a migração. Poder migrar era um dos fatores mais importantes da liberdade. Se para os brancos essa movimentação era vista como sem destino, que levava à ociosidade e à vagabundagem, para os libertos significava ir ao encontro de um lugar onde eles acreditavam que conseguiriam mais liberdade. A migração também podia significar a busca por reunir novamente a família, assim como reafirmar e solidificar os laços entre os parentes. Dessa forma, os ex-escravos e seus descendentes são pessoas que agiam e tentavam mudar a situação de marginalização em que viviam no pós-abolição (COSTA, 2008).

³⁷ Os nomes das irmãs não foram lembrados pelos entrevistados.

A campanha pelo fim da escravidão e o movimento abolicionista ocorrido em anos finais do século XIX, no Brasil, mobilizou muitos setores da sociedade, mas depois de emancipados, em 1888, os libertos foram abandonados à própria sorte. Para esse setor da população, não foram realizadas as reformas sociais que seriam necessárias para a sua integração. O projeto de modernização não alterou o regime de latifúndio e aumentou o racismo e a discriminação (MARINGONI, 2011).

Com a grande quantidade de mão de obra imigrante, o ex-cativo acabou por tornar-se um imenso contingente de mão de obra reserva para a indústria, descartável e sem força política na nova República (MARINGONI, 2011). As grandes fazendas, especialmente as ligadas ao café, ganharam grande contingente de mão de obra europeia, com custo muito baixo, com investimentos do poder público, pois parte da arrecadação fiscal de todo país foi destinada a financiar a imigração principalmente para as regiões sul e sudeste. Nesse contexto, os negros foram deixados à própria sorte (MARINGONI, 2011).

Os libertos tinham o desejo de serem aceitos, ou pelo menos não marginalizados na sociedade. Muitos escravos permaneceram nas fazendas onde eram desejados ou seguiram para lavouras próximas, isso quando estavam em ambiente onde não havia concorrência com os trabalhadores imigrantes europeus. Nas cidades, “negros e mulatos” foram mais facilmente substituídos por imigrantes (RIBEIRO, 2017, grifo da autora).

A questão das relações familiares entre os escravos também é necessária a este estudo, uma vez que o grupo de fluminenses que veio para o distrito de Aracê era quase todo pertencente à mesma família, como é possível confirmar através do fragmento de uma entrevista: “A família toda. Falou assim, a família que... que ficou muitos lá também, os que tiveram coragem de sair” (COSTA, 2018).

Merlo (2008), ao fazer um retrospecto da visão historiográfica em relação à família escrava, em estudos pioneiros, observa que existia a concepção de que a existência da família entre os escravos não era viável. Assim, segundo essa visão, o que ocorria seria um estado de devassidão nas senzalas, onde as relações sexuais apareciam em seu aspecto meramente instintivo em uma promiscuidade generalizada. Esse ponto de vista se baseava em argumentos que sugeriam a inferioridade racial dos pretos e a não possibilidade de se organizar uma família de escravos. Isso seria por culpa do próprio escravo e da falta de incentivo dos

senhores. Também como fator que dificultaria a formação de famílias estaria o alto índice de escravos do sexo masculino até o fim do tráfico internacional, em 1850, e o intenso tráfico interno a partir dessa data. A escravidão teria sido a responsável pela destruição da família e pela condução do escravo a uma situação de “anomia social” (MERLO, 2008).

A família escrava começa a ser repensada, a partir de 1970, por estudiosos norte-americanos e acaba influenciando os pensadores brasileiros. Assim, a família escrava reaparece como promotora da inserção do escravo em comunidade, meio que possibilitava a busca por maior autonomia, com a aquisição de moradia ou de roça própria, e local onde se poderia manter a memória das gerações passadas, preservando uma identidade própria aos escravos (MERLO, 2008).

A composição escrava no Espírito Santo do século XIX mantinha uma relação equitativa entre os sexos que facilitava a união e permitia o crescimento vegetativo. As escravizadas ocupavam grande parte de seu tempo com a maternidade e o cuidado com os filhos. Essa natalidade chegava a movimentar cerca de um quarto do comércio escravista realizado na praça de Vitória (CAMPOS, 2011).

Segundo Merlo (2008), não seria demasiado afirmar que a família escrava era tão estrutural quanto o tráfico, uma vez que, em períodos de crise econômica, quando o tráfico tendia a diminuir, a manutenção ocorria, sobretudo, através do crescimento demográfico dos escravos. Em locais mais afastados do comércio de escravos, como no caso de Vitória, o tráfico tornou-se complementar ao crescimento endógeno.

Sobre os matrimônios entre os escravos, a Igreja Católica instituiu regras acerca da religiosidade dos escravos no Brasil, através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que acolhia as orientações do Concílio de Trento (1545-1563). Esse pensamento permaneceu válido desde 1707, atravessando o século XIX. Assim se estendeu aos cativos os sacramentos desde o Batismo até a Catequese, incluindo também o Matrimônio. Em relação aos casamentos entre cativos, esse não podia ser negado nem dificultado pelos senhores. Esse documento protegia também a vida conjugal dos escravos que não podia ser perturbada por maus tratos, nem pela venda separada dos esposos (CAMPOS; MERLO, 2005).

A partir das primeiras entrevistas com membros do grupo de fluminenses, observou-se que esse era formado por descendentes de africanos que, em sua maioria, já nasceram livres e deixaram a região de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, provavelmente pouco depois da abolição. A família era composta de três irmãos e nove irmãs, além de outras pessoas que não foram identificadas. Sobre a origem africana, a entrevistada Elvira Batista Trabach Lima, narra:

Os pais deles vieram do Ceará, do Ceará não, pera lá, da África, da África, os parentes do meu pai, do Arestiano, os avós deles vieram da África. Quem veio do Ceará foi o Agostinho Ferreira Lima. Que é da parentagem do Arestiano, que é parte da gente, irmão do meu pai, todos vieram da África, mas foi só o tronco velho, os filhos já foram todos nascidos aí. Os pais vieram de lá, os avós deles, eles até falaram que demoraram muito para morrer, precisava dar sol para eles, de tão velhinho que estavam. De lá, da África, que a gente sabe, que eles vieram de lá e a gente conheceu aqui, sempre contava a história deles, os filhos contavam pra gente, era daqui, era daqui. Se você ver minha parentagem, meus primos, como da parte dos Trabach, você não diz que são primos meus, vendo a gente com essa cor, mas é nosso pai e mãe. Minha mãe, o pai dela veio da Alemanha, misturou e ficou a cor assim (LIMA, 2018).

ILUSTRAÇÃO 10 – Foto - Elvira Batista Trabach Lima e Márcia Regina Batista



Fonte: acervo nosso

Pela parte materna, a entrevistada Elvira Lima conta que o avô é de sobrenome Trabach, alemão que chegou pelo Benevente, e a avó, de sobrenome Conceição, ela designa como capixaba do Benevente. Verifica-se assim que, na região do Aracê, localidade próxima à Estrada Imperial, ocorreu forte miscigenação, formando uma população multiétnica. Abaixo, a Ilustração 11 apresenta uma foto dos pais da entrevistada.

ILUSTRAÇÃO 11 – Cópia de foto - Vitória Trabach Batista e Manuel João Batista



Fonte: acervo da família Batista

A maior parte dos fluminenses que se fixaram em Aracê seria, segundo Maria Batista da Costa, descendentes uma mesma família, a de sobrenome Batista. Segundo a entrevistada,

Tem muita mistura aqui, não tem tanto negro assim aqui não. Os mais antigos, você acha lá pelos lados do Cristo Rei, então, não é que é recente, é porque tem muita mistura, eu não me considero assim negra, eu me considero parda, entendeu. Se misturaram muito. Da história mais antiga deles eu não posso te informar mesmo Meus avós eram negros, eu saí de Três Pontões, mas eu vim de São Rafael, meu pai

veio de São Rafael. Meu pai era de família negra, eles vieram de Campos, meu bisavô era negro, ele nasceu livre, mas era negro (COSTA, 2018).

Então eles vieram todos para São Rafael, na época ele tinha uma tropa, os escravos foram livres, não sabiam o que fazer e eles vieram em tropa, vieram em tropa, tomaram parte da Candelária ali em São Rafael, tomaram posse e ficaram com aquilo tudo para eles. Depois foram se dividindo (COSTA, 2018).

Meu bisavô Miguel João Batista, então ficou lá no São Rafael, meu avô saiu de lá e veio para Pontões, ficaram lá. O Arestiano Batista, já ouviu falar dele? As titias, já ouviu falar delas? A Elvira era irmã do meu avô. Eles ficaram lá com a parte da Candelária e meu avô veio para Pontões, então eu não sei muita coisa de lá não. Fomos criados separados (COSTA, 2018)

Dos Batistas, porque o dono deles era Batista, que escravo não tinha nome, então o dono deles era Batista, aí os escravos do Batista. Então os Batistas que eram mais espertos colocaram Baptista que era o nome certo, não era Batista era Baptista mesmo. Meu pai era mais simples, meu avô era mais simples, colocou Batista, não sabia falar, mas os Baptistas lá de São Rafael são todos da família, somos todos da mesma família (COSTA, 2018).

ILUSTRAÇÃO 12 - Foto - Maria Batista Costa e Márcia Regina Batista



Fonte: acervo nosso

Posteriormente, realizou-se uma segunda entrevista com a senhora Elvira Batista Trabach Lima, quando ela se lembrou de mais detalhes sobre a vinda dos primeiros fluminenses para a região de Aracê, acrescentando que esse grupo era formado por mais pessoas, que não só os irmãos Batista, e que, inclusive, estaria entre esses imigrantes uma ex-escrava de nome Cristina, que poderia ter o sobrenome de Pereira e que tinha dois filhos. Segundo Lima,

Os africanos eram os avôs e os bisavôs, os africanos da parte de meu pai, esses vieram da África, não é? Veio mais gente junto com eles, uma tia, Cristina, agora o sobrenome, filha, a gente não tinha, não aprendeu a ler, os mais velhos conversavam pouco com os mais novos, não era toda história que contava, e então eu não apanhei o saber. Mas ela, ali nos... ele se assina por Pereira, se era? Porque ela não foi casada, era o tempo, como é que fala, da escravidão, aquilo, né, ela ganhou dois filhos (LIMA, 2018).

Sobre o local onde ocorreu a escravidão.

Aqui não senhora, aqui eu não sei, ela veio de lá com essa coisa que ela foi escrava, assistiu a escravidão. Ela assistiu a escravidão (LIMA, 2018).

A citada ex-escrava Cristina não era da família Pereira, como narra a entrevistada. Ela teria vindo do Rio de Janeiro com a família Batista, e os Pereira eram cearenses. O que fez a senhora Elvira associar o nome de Cristina ao sobrenome Pereira está ligado ao fato de que Cristina tinha um filho com sobrenome Pereira: “Cristina, ela morou ali e teve dois filhos. Eles tratavam Zito, mas era Miguel, e o Antônio Pereira Pinto, que eles tratavam assim” (LIMA, 2018).

Informações obtidas em entrevista revelam que a família Batista saiu de Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), em tropa, seguindo para Conduru (Cachoeiro do Itapemirim), onde fizeram uma parada. Desse ponto, seguiram viagem utilizando o ramal da Estrada Imperial que ligava Cachoeiro do Itapemirim até Conceição do Castelo e, de lá, usando a Estrada Imperial em seu traçado principal, seguiram viagem até o distrito de Aracê.

Quando da abertura da rota principal da Estrada Real São Pedro de Alcântara, em 4 de dezembro de 1816, D. João VI assinou uma Carta Régia que já previa a abertura de estradas complementares. Com o objetivo de reorganização³⁸ do Aldeamento Afonsinho, em 1845, que se propunha apaziguar os atritos entre os indígenas das tribos dos botocudos e dos puris que viviam às margens da Estrada Imperial, Joaquim Marcelino da Silva (futuro Barão de Itapemirim), reuniu-se com o vice-presidente da província de Minas Gerais. Nesse encontro, além da reorganização do aldeamento, ficou definida a construção de um ramal da Estrada Imperial que partia do Aldeamento Afonsinho para o sul, pelo vale do rio Castelo primeiramente e depois pela margem sul do Rio Itapemirim, chegando a Vila Itapemirim

³⁸ Em 1845, houve a reorganização do aldeamento São Pedro de Alcântara, fundado em 1829, que passou a ser denominado Aldeamento Imperial Afonsinho. A localização do Aldeamento era à margem esquerda do rio Castelo, afluente do rio Itapemirim, em localidades próximas a Estrada Imperial (SIMONATO, 2008).

(LEAL,2009). Esse ramal teria sido usado pela família Batista para alcançar o traçado principal da Estrada Imperial por onde seguiram até chegar a Aracê.

Saletto (1996a) mostra que os homens livres e pobres, assim como os escravos, nos últimos anos da escravidão, partilhavam em comum a ideia de liberdade ligada à autonomia, e esta deveria ser adquirida a partir de um pedaço de terra onde pudessem ter roça própria. O trabalho assalariado podia ser aceito, mas de forma temporária ou esporádica, pois era o meio de obter a própria terra ou o recurso necessário para a sua reprodução (SALETTTO, 1996a).

1.3.3 - Mineiros

Os imigrantes mineiros empreenderam um processo de ocupação ao longo da Estrada Imperial desde meados do século XIX (SIMONATO, 2008) o que leva a crer que a população de Aracê, oriunda de Minas Gerais, esteja ligada ao processo de expansão no qual, encontrando terras devolutas na região, eles tomaram posse, vindo a consolidar a sua compra muito tempo depois, como fizeram os outros moradores³⁹.

Um dos elementos que auxiliou a ocupação da região em torno da Estrada Imperial São Pedro de Alcântara foi o Aldeamento Afonsinho (LEAL, 2009). A organização do Aldeamento favoreceu o surgimento de fazendas na localidade conhecida como Castello, ocorridas entre 1840 e 1850. Essas fazendas eram organizadas com o objetivo de cultivo de café e eram resultado da expansão que levava mineiros e fluminenses a buscar terras no centro-sul do Espírito Santo. Nessas fazendas predominavam grandes extensões territoriais que, em alguns casos, eram compostas por mais de uma fazenda, formando assim latifúndios com imensa quantidade de pés de café, o que podia significar monocultura com objetivo de produção para exportação. Essas fazendas tinham a sua produtividade garantida pelo trabalho do cativo (SIMONATO, 2008).

Na região que é hoje o município de Venda Nova do Imigrante⁴⁰, divisa com o município de Domingos Martins, existiam, antes da ocupação de Aracê, fazendas de café. Segundo

³⁹ Os representantes da família de origem mineira não se mostraram dispostos a dar entrevista.

⁴⁰ Segundo Santos (2014, p. 65), até o ano de 1963, a região de Conceição do Castelo, juntamente com a localidade conhecida após sua emancipação como Venda Nova do Imigrante, pertencia ao município de Castelo, sendo que a localidade de Castelo havia pertencido a Cachoeiro do Itapemirim até o ano de 1928. Após a emancipação política de Conceição do Castelo, em 1963, foi incluído em sua área o recém-criado distrito de

Zandonaide (1992), muitos fazendeiros que haviam prosperado no Rio de Janeiro e Minas Gerais, movidos pelo desejo de buscar terras férteis, seguiram pela Estrada Imperial São Pedro de Alcântara e alcançaram o Alto Castelo e estabeleceram suas fazendas. Os nomes das fazendas na localidade de Conceição do Castelo eram: Ante-Portão, Pensamento, Desengano, Trás Montes e Conquista, Santa Helena, Santa Teresa, Ribeirão, São Quirino e Nogueira, Monte Alverne, Areião, Formosa, Monforte, Viçosa, Pedra Limpa, Santo Antônio, Arapongas, Montevidéu, Água Limpa, Providência, Lavrinhas, Tapera, Bananeiras e Viçosinha. Com o fim da escravidão, no ano de 1888, essas fazendas foram muito afetadas, os escravos se retiraram e muitas foram postas à venda (ZANDONAIDE, 1992).

Encontrou-se registro de legalização de posse de terra, no APEES, referente à fazenda Monforte, solicitação feita pelos proprietários José Antônio da Silva Fernandes, Antônio Custódio Dias e João Olegário da Rocha, herdeiros da viúva Maria Lucia do Rosário. O endereço da fazenda consta Ribeirão Monforte, em Conceição do Castelo e, em documento encontrado (ANEXOS B, C e D), os herdeiros solicitam a legalização do terreno alegando, sob juramento, que a propriedade já havia sido ocupada antes da Lei de Terras de 1850-1854.

Das fazendas citadas anteriormente, faziam parte do que hoje se conhece como Venda Nova do Imigrante as seguintes propriedades: Fazenda de Pindobas, cujo proprietário era João Manuel Antônio Malaquias Davel; Fazenda Providência, de Antônio Ribeiro; Fazenda Lavrinhas, de José e Antônio Vargas; Fazenda Tapera, de José e Antônio Varga; Fazenda Bananeira, de José e Antônio de Vargas e Fazenda Viçosinha, de Francisco Araújo (ZANDONAIDE, 1992).

Algumas fazendas, inclusive as da região de Venda Nova, foram vendidas, a partir de 1892, para os imigrantes italianos que vieram das colônias de Alfredo Chaves e Domingos Martins. Esses imigrantes, que possuíam terras montanhosas e áridas, desejavam se fixar nas terras férteis do Alto Castelo (ZANDONAIDE, 1992).

CAPÍTULO II - OCUPAÇÃO DO DISTRITO DE ARACÊ PELA ESTRADA IMPERIAL NO SENTIDO LITORAL-INTERIOR

2.1 - COLÔNIA DE SANTA LEOPOLDINA

O ponto de partida dos alemães e cearenses que se fixaram no distrito de Aracê foi, à época de sua chegada ao Espírito Santo, a colônia de Santa Leopoldina. Segundo Franceschetto (2014), a Colônia Imperial foi criada em 1856, em princípio com o nome de Santa Maria, localizada às margens do Rio Santa Maria da Vitória, rio que tem a sua foz junto à ilha de Vitória. Essa colônia se tornaria a maior colônia do Império Brasileiro. Sua ocupação inicial se fez a partir de alemães e suíços que estavam descontentes com o sistema de parceria nas fazendas cafeeiras paulistas.

O núcleo da colônia de Santa Leopoldina foi construído em uma área de terras de 500.000 braças quadradas, de propriedade dos fazendeiros José Cláudio de Freitas e Bento de Freitas. O núcleo começou a existir em 1856, mas essas terras só foram desapropriadas de seus antigos donos em 1875 (RÖLKE, 2016).

A colônia de Santa Leopoldina recebeu grandes levas de imigrantes, passando a sua população de 1.235 habitantes em 1867 para 5.000 em 1874 (ROCHA, 2000). Em 1877, já se contava com 11.366 habitantes (RÖLKE, 2016). Ainda que considerada uma das mais importantes da província, essa colônia tinha problemas com o solo fraco, o terreno muito acidentado e o transporte deficiente que encarecia os produtos (CELIM, 1984). Cultivava-se o café com boa produtividade por família e também se produzia milho, feijão, arroz, inhame e cará (RÖLKE, 2016). A Colônia de Santa Leopoldina estava, então, dividida em núcleos: Santa Cruz (Ibiraçu), Timbuí (Santa Teresa) e Porto de Cachoeiro. Estes, por sua vez, dividiam-se em distritos (RÖLKE, 2016).

O núcleo de Timbuí, situado a 10 km do Porto de Cachoeiro, sede da colônia de Santa Leopoldina, foi fundado em 1874 e recebeu, no ano seguinte, 325 tirolezes. A terra imprópria para o cultivo levou muitos colonos a abandonarem a região e se assentarem em terras devolutas nos vales dos rios Santa Maria e Santa Joana. O núcleo de Santa Cruz, localizado às margens do Rio Piraqueçu, foi criado em 1877 e recebeu 134 cearenses no mesmo ano. Posteriormente para esta localidade se dirigiram levas de italianos (ROCHA, 2000).

O desenvolvimento aparece também nas benfeitorias recebidas pela Colônia de Santa Leopoldina. Uma agência do Correio foi instalada no ano de 1878, e o serviço de telégrafo, em 1879. Nesse período, havia também em funcionamento sete casas comerciais, uma farmácia, médico, artesãos, duas escolas, o porto e um rancho. O rancho destinava-se a receber as tropas vindas do interior carregadas de mercadorias, em especial o café, que voltavam para a sua localidade levando produtos que iriam abastecer as vendas e casas comerciais (RÖLKE, 2016).

A presença do porto foi fator que ajudou no desenvolvimento da colônia de Santa Leopoldina. A falta de estradas de boa qualidade forçava que todo o comércio da região central do Espírito Santo fosse feito por meio das tropas de mula desde os centros de produção, seguindo até onde o Rio Santa Maria deixa de ser encachoeirado e, então, por meio de canoas até o Porto de Vitória, seguindo pelos 60 quilômetros em que o rio é navegável (COSTA, 1982).

O fato da migração partindo do núcleo de Santa Teresa ter se ampliado para o norte não impediu que muitos imigrantes alemães se dirigissem para o Oeste, para as terras frias, região com altitude acima de 700 metros. Essa imigração interna ocorreu já com os filhos dos imigrantes. Avançou-se em direção às terras devolutas, ocupando-se terrenos entre 60 e 70 hectares, observando-se sempre que essas terras tivessem acesso a rios ou córregos (RÖLKE, 2016). No caso do distrito de Aracê, os cearenses fizeram este trajeto: saíram da colônia de Santa Leopoldina e rumaram para as terras mais altas, antes mesmo dos descendentes dos imigrantes alemães.

O projeto oficial da Colônia de Santa Leopoldina estava completo por volta do ano de 1880, com a área central da colônia toda ocupada e uma população de cerca de 7.000 habitantes. A colônia se tornou município com o nome de Santa Leopoldina, no ano de 1884. Com a emancipação, surgiu a administração da colônia de Santa Leopoldina. Da área da colônia denominada de “terra fria”, iniciou-se outro processo de imigração interna, dessa vez em direção a “terras quentes” (RÖLKE, 2016).

Segundo Costa (1982), durante cerca de cinquenta anos, o comércio no Porto do Cachoeiro se manteve intenso, trazendo, através das tropas de mula, e levando, de canoa, em direção ao porto de Vitória, mercadorias do Guandu, de Timbuí, de Santa Teresa, de Itaguaçu, de Afonso Cláudio e até de Marechal Hermes (hoje Mutum, Minas Gerais). Essas tropas traziam a

produção dessas regiões e depois retornavam a elas carregadas de toda sorte de mercadorias. Essa região se tornou assim o maior empório comercial do Estado do Espírito Santo à época.

Não havendo indústria nacional, e devido à procedência dos imigrantes estrangeiros, o alto comércio de Santa Leopoldina passou a importar da Europa e principalmente de Hamburgo não apenas ferramentas, mas utensílios domésticos e tecidos. Também eram importados produtos, como: comidas, bebidas e instrumentos musicais, além de artigos de luxo, como: rendas, porcelanas de Sèvres, de Limoges e até de Macau, brinquedos de Leipzig, perfumes franceses, máquinas de costura alemãs (Vesta e Vibratória) e vinhos de Borgonha e de Portugal. Representantes comerciais da Europa se dirigiam primeiro ao Porto de Cachoeiro e somente depois iam a Vitória atender ao comércio da capital (COSTA, 1982).

A construção de estradas, a chegada dos caminhões e a construção da ponte Florentino Avidos, que ligava a ilha de Vitória ao continente, fizeram com que Santa Leopoldina perdesse sua posição elevada e fosse iniciado um processo de retração da região (COSTA, 1982). Entre os ocupantes do distrito de Aracê que vieram de Santa Leopoldina pela Estrada Imperial seguindo em direção às terras mais altas estavam os imigrantes cearenses da família Pereira e Lima e os descendentes de imigrantes alemães, os Simmer e os Bickel.

2.2 - OS CEARENSES

Minha mãe, ela era cearense (BICKEL, 2018a).

A presença de cearenses no distrito de Aracê tem relação direta com as secas que ocorreram no Nordeste brasileiro, nos séculos XIX e XX. O fenômeno da seca é antigo na região e, segundo Nordoto (2016), as notícias de secas no Nordeste remontam desde o tempo do Brasil Colônia. Citando o padre jesuíta Fernão de Cardin, Nordoto (2016) afirma que, no ano de 1583, houve em Pernambuco uma grande seca que provocou tamanha esterilidade que não havia água para mover os engenhos e muitas plantações de cana e mandioca secaram, trazendo grande fome para o sertão. Consta ainda que, nessa seca, cerca de quatro a cinco mil indígenas movidos pela fome teriam descido do sertão e buscado ajuda junto aos brancos (NORDOTO, 2016).

Outro episódio de seca que se tem registro ocorreu no Rio Grande do Norte, nos anos de 1792-1793, causando grande fome e morte, e teria sido testemunhada pelo padre Joaquim José Pereira. Segundo Nordoto (2016), o padre narra que os retirantes, já sem forças, eram durante a noite atacados por um número impressionante de morcegos, e não havia quem os ajudasse a se livrar dos bichos já que todos tinham as suas forças minadas pela fome (NORDOTO, 2016,).

As secas ocorridas na passagem do século XIX para o XX foram as seguintes: de 1877-1879, de 1888-1889, de 1900, de 1915 e de 1919. A saída de trabalhadores da região da seca foi tão grande que preocupou os proprietários rurais que temeram a falta de braços quando as chuvas voltassem. Esses nordestinos embarcavam para regiões distantes, como a Amazônia ou São Paulo. Pelos números oficiais, até fevereiro de 1878, 18.000 pessoas partiram do Ceará somente pelo porto de Fortaleza e, até 1909, cerca de 2.500.000 pessoas saíram dos estados do Norte por esse mesmo porto (CÂNDIDO, 2011).

A saída do sertão não ocorria de maneira tranquila. A retirada dessas pessoas colocava em risco a segurança dos grandes proprietários e suas terras, já que os retirantes iam entrando nas fazendas pelos lugares onde passavam. Notícias da seca de 1877, em Quixeramobim, dão conta de que grupos de infelizes armados invadiram as povoações e as fazendas com o firme intuito de não morrerem de fome. Prestar assistência às vítimas das secas passou a ser mais do que um ato de caridade, mas sim uma medida de controle contra a violência (CÂNDIDO, 2011).

Além da fome, da perda de lavouras e de todos os problemas que acarretava para o homem do campo, a seca era também um drama para os que viviam na cidade. Esses retirantes chegavam famintos, desnutridos e debilitados, e os locais de destino não tinham como acolher tamanho número de pessoas. Famintos, os imigrantes saqueavam lojas e casas em busca de comida. Além do problema da fome, havia frequente ocorrência de doenças, como diarreia e varíola, entre outras (NORDOTO, 2006).

Uma das maneiras encontradas de socorro público aos necessitados das secas do final do século XIX e início do século XX era o recrutamento desses imigrantes como operários em grandes obras públicas. O objetivo, segundo o pensamento das elites, era de evitar o ócio das multidões de flagelados. Esse trabalho era imposto a todos os que estavam em condições de

trabalhar. Os retirantes tinham que se engajar em serviços urbanos ou atuar nas grandes obras de socorro público para, dessa forma, receber o auxílio que era oferecido pelo Governo. Com o trabalho dos retirantes da seca, foram construídas as estradas de ferro de Sobral e Baturité e o açude do Cedro, em Quixadá (CÂNDIDO, 2011).

O engajamento como trabalhadores não era espontâneo e nem pacífico. Vinculado ao recebimento do socorro público, a atividade era intensa e disciplinada, havendo o retirante que se submeter a engenheiros autoritários que muitas vezes eram estrangeiros. Quem se submetia ao trabalho nas obras públicas vivia em um ambiente que lhe era estranho em relação aos códigos de trabalho, e em espaços onde ocorriam grandes conflitos (CÂNDIDO, 2011).

Além destas questões relativas ao trabalho, havia outros problemas, como a falta constante de água e de comida, a moradia que era compartilhada em abarracamentos improvisados e as muitas doenças. Essas eram as características típicas da vida dos trabalhadores das obras públicas, o que justificava a falta de adesão dos retirantes (CÂNDIDO, 2011). Para ilustrar a situação de vida nos abarracamentos, um episódio narrado no livro “A fome”, de Rodolfo Teófilo, um dos fundadores da Academia Cearense de Letras, e citado por Nordoto (2011) traz os seguintes relatos:

A peste e a fome matam mais de 400 por dia! O que te afirmo é que, durante o tempo que estive parado em uma esquina, vi passar 20 cadáveres: e como seguem para a vala! Faz horror! [...] E as crianças que morrem nos abarracamentos, como são conduzidas! Pela manhã os encarregados de sepultá-las vão recolhendo-as em um grande saco: e ensacados os cadáveres, é atado aquele sudário de grossa estopa a um pau e conduzido para a sepultura (TEÓFILO *apud* NORDOTO, p. 167).

Durante a seca de 1888-1889, a preocupação com a debandada de trabalhadores levou os proprietários de terras a requererem mais construções públicas que pudessem fixar os retirantes no Ceará. Já sendo conhecida a estratégia governamental de liberar socorro para trabalhadores de grandes obras, esses retirantes se deslocavam para os locais onde se daria o início de nova construção. Os gêneros a serem distribuídos eram enviados para os depósitos dessas localidades. A condição em que os retirantes chegavam a esses canteiros era lastimável, de maneira que o resultado das tarefas era insatisfatório em relação ao esperado quando se observava a quantidade de trabalhadores. Muitos dos que chegavam aos canteiros estavam incapacitados para qualquer atividade (CÂNDIDO, 2011).

Em 1915, o governo do Ceará criou uma espécie de campo de concentração às margens das grandes cidades e buscou impedir que os retirantes entrassem no meio urbano. Nesses currais, os seres humanos se amontoavam aos milhares e não podiam sair sem autorização dos inspetores, eles eram vigiados todo o tempo por soldados (NORDOTO, 2006).

Souza (2005) esclarece que, no período de secas ocorridas entre 1877 e 1915, a família cearense esteve sob o signo da seca. Quando as secas se aproximavam, o sertanejo logo pensava na possibilidade de emigrar. O processo emigratório familiar, durante os períodos de seca, levou à construção da noção de abalo familiar a partir do distanciamento da noção de família patriarcal. As migrações para as cidades litorâneas e para fora do Ceará, para a região Sudeste, afetava a família no seu aspecto demográfico, sentimental e de economia doméstica. Essas transformações podem ser observadas a partir da reorganização do domicílio, da atuação de uma política que enquadrava os trabalhadores migrantes em uma concepção liberal de trabalho, como uma mão de obra fácil e barata, e ainda da migração como fator desencadeador da prática assistencialista que, estando nas mãos da elite local, fazia com que a mesma se beneficiasse dos recursos econômicos destinados às vítimas da seca (SOUZA, 2005).

Nesse contexto, a família cearense passa a figurar como vítima da estiagem e, com isso, atraía recursos que financiavam a chamada “indústria da seca”⁴¹, reforçando o modelo político assistencialista que facilitava o deslocamento da população e a saída de suas casas rumo a Fortaleza e a sua concentração em cidades litorâneas, como Aracati, Araçá, Baturité e Quixadá. Os períodos de seca acabaram por se tornar “a pedra angular” da construção da identidade regional na medida em que passou a fazer parte da memória do Ceará (SOUZA, 2005).

A seca, seguida da emigração, acabou por desequilibrar a ordem da família. Em Fortaleza se concentrou um grande contingente de viúvas e órfãos que passaram a morar na periferia e eram considerados “inválidos”. Eram mulheres e crianças que, sem a presença do chefe de família, não tinham condições de obter sustento e que também por isso estavam excluídas da

⁴¹ Segundo Matos (2012, p. 4), o discurso da seca e a indústria da seca vê a emergência do conceito de Nordeste, criado pelas elites políticas da região que têm nessa situação a justificativa para (supostamente) conseguir verbas públicas e resolver seus problemas econômicos.

possibilidade de retorno ao sertão. Em 1887, a capital do Ceará tinha 34% dos domicílios chefiados por mulheres (SOUZA, 2005).

Parte dessa população afetada pela seca, sem esperança de solução do problema da fome em sua própria região, encontrou na emigração para o norte e para o sul do Império uma alternativa de sobrevivência. Essas outras regiões para onde os cearenses emigraram estavam, naquele momento, em expansão econômica e, assim, abriram oportunidades de trabalho e acesso à posse de terra. No Ceará, a seca que se apresentou mais severa foi a de 1888-1889, quando cerca de 60 mil pessoas emigraram ou morreram em consequência dela (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003).

A província do Espírito Santo era atrativa para esses retirantes porque possuía terras devolutas e apresentava falta de mão de obra devido às restrições que se impunha à escravidão e também às constantes baixas populacionais que eram provocadas por surtos epidêmicos de febre amarela, varíola e cólera. A mão de obra existente estava concentrada na produção de café, do açúcar, da aguardente e da farinha, o que ocasionava pouca disponibilidade de braços para a produção de gêneros de primeira necessidade. Essas questões levaram os governantes a investirem na imigração internacional e absorver também os retirantes da seca (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003).

Os imigrantes cearenses que estavam entre as primeiras famílias que chegaram ao distrito de Aracê se retiraram do Nordeste na seca de 1888-1889, vindos de navio a vapor, com passagem paga pelo Governo provincial ou imperial. Nesse período de seca, chegaram 1.680 pessoas ao Espírito Santo, oriundas do Ceará, conforme Nozoe, Bassanezi e Samara (2003). Considerando as listas de embarque para o Sul, organizadas por esses mesmos autores, trouxeram emigrantes para o Espírito Santo os seguintes navios: Manaós, Jaguaripe, Pernambuco, Purus, Cometa, Una, Alagoas, Maranhão e São Francisco. Em muitos casos, tem-se o nome dos passageiros sem constar o nome do navio em que viajaram. Nestas listas de embarque⁴², tem-se fonte oficial da chegada dos cearenses da família Lima e da família Pereira.

⁴² A lista se refere a 5.860 portarias de emissão de passagens, com base nas quais embarcaram 31.830 pessoas com destino aos portos localizados ao norte e ao sul da Província do Ceará (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003, p. 30).

Dados encontrados na lista de embarque referentes à família Lima: no livro 469, nº G, 66, consta que Agostinho Ferreira Lima (23 anos) e sua esposa Francisca Maria da Conceição (20 anos) eram imigrantes cearenses refugiados da seca de 1888-1889⁴³ e embarcaram no navio Pernambuco com destino a Vitória. Encabeçava o grupo a mãe de Agostinho, Maria Magdalena da Conceição (46 anos), viúva, e seguiam com ela os outros filhos, Raymunda Maria da Conceição (16 anos) e Francisco (7 anos), sendo que não consta o sobrenome de Francisco (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003).

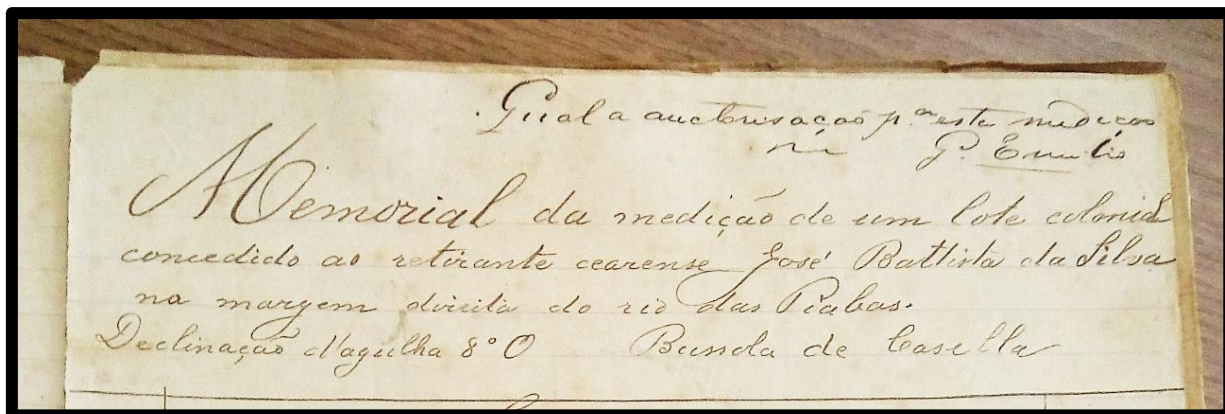
Os imigrantes cearenses que chegavam a Vitória eram encaminhados para várias localidades, inclusive para a colônia de Santa Leopoldina. Na tentativa de localizar a família Lima em Santa Leopoldina e, na busca do caminho percorrido por Agostinho Ferreira Lima, encontrou-se o trajeto de José Batista da Silva (25 anos), que também chegou do Ceará, retirante da seca de 1888-1889, juntamente com sua esposa Francisca Pereira (18 anos), oriundos de Baturité e vindos no navio Pernambuco, com destino a Vitória, conforme livro número 453, nº G, 241, segundo a lista de embarque para o sul (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003). A família Silva foi enviada para Santa Leopoldina onde se estabeleceu e solicitou a compra de terra a que tinha direito por ser retirante cearense.

A compra da propriedade é atestada em documentos de Processo de Terras⁴⁴, em que José Batista da Silva e sua esposa Francisca solicitaram a legalização de propriedade às margens do Rio das Piabas (ANEXOS E e F). Não há data no documento, mas considerando a idade de José, que tinha 25 anos quando chegou ao Espírito Santo, e que está registrado como 30 anos no documento de terras, a solicitação de compra do terreno ocorreu por volta do ano de 1893, cinco anos após a sua chegada ao Espírito Santo. O Rio das Piabas fica localizado em Ibirajú, que era uma extensão da colônia de Santa Leopoldina. Assim, existe a possibilidade de Agostinho ter percorrido caminho semelhante ao seu conterrâneo, ou seja, ter sido enviado para Santa Leopoldina e, não estando de acordo com o lugar, seguiu em busca de terras devolutas de melhor qualidade para se estabelecer. No fragmento do documento (ILUSTRAÇÃO 13) de compra de terra (ANEXO E), abaixo, fica clara a situação de José Battista da Silva enquanto retirante cearense.

⁴³ O Espírito Santo recebeu, durante a seca de 1888-1889, o número de 1.680 imigrantes retirantes da seca oriundos da província do Ceará (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003, p. 16).

⁴⁴ Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

ILUSTRAÇÃO 13 – Fragmento - Documento de compra de terra de José Battista da Silva

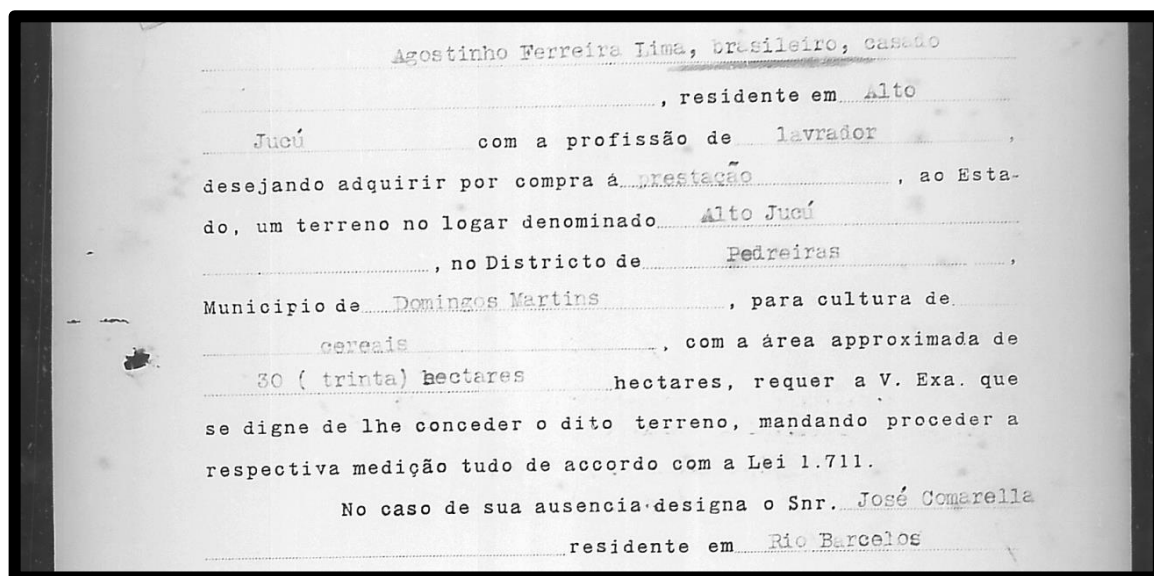


Fonte: Fundo de Agricultura, Série Processos de Terra – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Segundo Saletto (1996a), a propriedade da terra era dada a um número reduzido de brasileiros, em especial nordestinos, que tiveram acesso aos núcleos coloniais. Os nordestinos podiam optar por um núcleo em Santa Leopoldina, que incluía Santa Teresa e Pau Grande.

A estada da família Lima em Santa Leopoldina é um indício. O que se sabe ao certo é que Agostinho se estabeleceu em Aracê, na localidade próxima à Estrada Imperial, e lá permaneceu. Além do testemunho e da presença de seus descendentes na região, ainda se conta com documento oficial, conforme fragmento da Ilustração 14: em ofício enviado ao Secretário de Agricultura, de solicitação de venda de terreno e medição de terra, datado de 1940 (ANEXOS G, H e I), Agostinho Ferreira Lima, lavrador, solicita a compra à prestação de um terreno por ele ocupado no Alto Jucu, distrito de Pedreiras, Domingos Martins, para cultivo de cereais, terreno este medindo aproximadamente 30 hectares.

ILUSTRAÇÃO 14 – Fragmento - Solicitação de compra de terra feita por Agostinho Ferreira Lima



Fonte: Fundo de Agricultura, Série Processos de Terra – APEES

As Ilustrações 15, 16 e 17, seguintes, são três recortes dos documentos de solicitação de compra de terras, nos quais é possível obter outras informações sobre Agostinho Ferreira Lima.

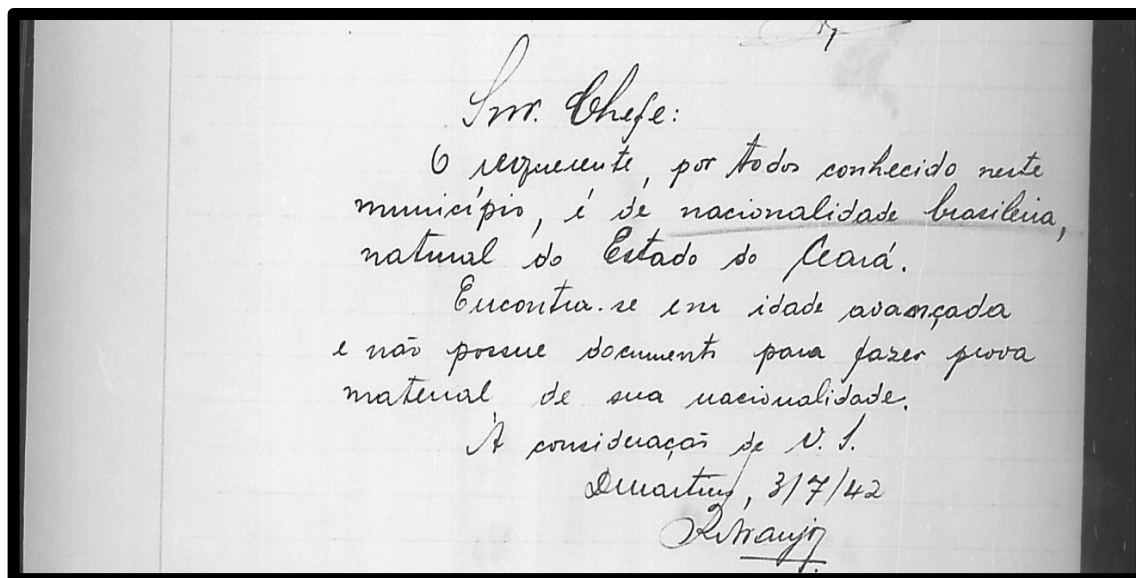
ILUSTRAÇÃO 15 - Fragmento - Documento de solicitação de terra feita por Agostinho Ferreira Lima



Fonte: Fundo de Agricultura, Série Processos de Terra – APEES

Segundo o documento de solicitação de medição de compra da terra, na Ilustração 15 (ANEXO H), é possível observar, em nota escrita a mão, que Agostinho Ferreira Lima não sabia ler nem escrever.

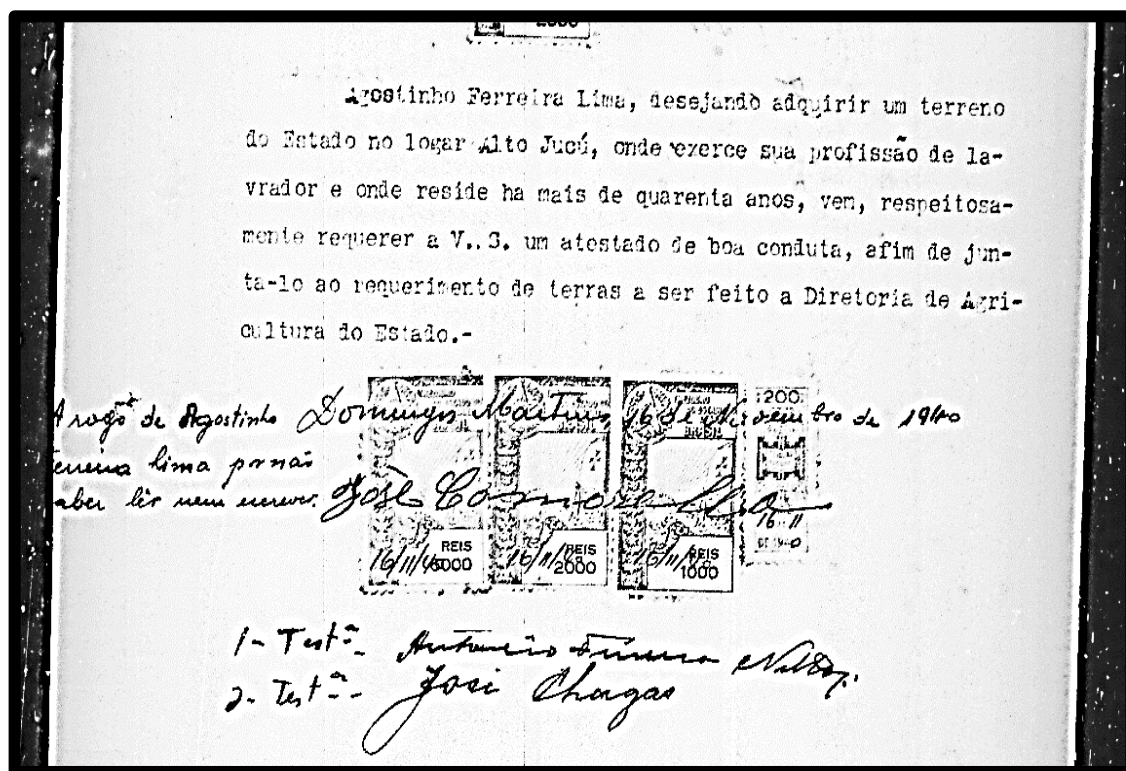
ILUSTRAÇÃO 16 – Fragmento - Documento de solicitação de medição e compra de terra de
Agostinho Ferreira Lima



Fonte: Fundo de Agricultura, Série Processos de Terra – APEES

A observação, escrita a mão, no documento do Departamento Geral de Agricultura Terras e Obras, apresentada na Ilustração 16 (ANEXO H), confirma que Agostinho Ferreira Lima, na época da compra da terra, tinha idade avançada e não possuía documento algum que pudesse comprovar a sua nacionalidade e lhe permitir a compra do terreno. Necessitou, para isso, que lhe atestasse a existência, enquanto nacional, e sua origem cearense o testemunho de outros moradores de Domingos Martins.

ILUSTRAÇÃO 17 – Fragmento - Correspondência ao delegado de polícia de Domingos
Martins, datada de 1940



Fonte: Fundo de Agricultura, Série Processos de Terra – APEES

Da correspondência ao delegado de polícia de Domingos Martins, datada de 1940 (ANEXO D), que solicitava bons antecedentes para o processo de compra do terreno por Agostinho Ferreira Lima, foi recortada a Ilustração 17, que registra que o solicitante ocupava o terreno há mais de 40 anos. Observa-se também que todo o processo foi acompanhado por um representante de nome José Comarella, uma vez que o requerente não sabia ler nem escrever. No processo de compra de terra, a família Comarella aparece como vizinha de Agostinho Ferreira Lima.

Como pressuposto anteriormente, é preciso entender: se Agostinho Ferreira Lima foi enviado para Santa Leopoldina, como o seu conterrâneo José Battista da Silva, onde ele poderia adquirir uma propriedade rural, que motivos teria para buscar terras em outra região? Segundo Raach (2010), é importante observar que muitos imigrantes receberam lotes tão íngremes e com solo tão ácido que não conseguiram produzir café. Dessa forma, a partir de 1890, os imigrantes alemães deixaram a área em torno de Santa Leopoldina e seguiram em busca de outras terras, chegando até São Gabriel da Palha e Nova Venécia (RAACH, 2010). É possível,

pois, deduzir que os cearenses, assim como os alemães, migraram também pela Estrada Imperial em direção a Aracê, procurando terras melhores do que as oferecidas pelo governo.

A chegada dos cearenses moradores do distrito de Aracê é narrada pela senhora Elvira Batista Trabach Lima:

Quem veio do Ceará, é a parte do pai, os avós dele [do filho] que vieram do Ceará. O pai dele e a mãe vieram do Ceará. Eles vieram nascidos de lá. A mãe, como eu, dependendo de filho. Os filhos, esses foram todos nascido aqui, não veio filho com ele de lá não, só vieram como o Agostinho, o avô do meu marido, ele veio de lá tinha a mãe dele na companhia, igual eu estou aqui na companhia do Pedro, ele meu filho, ela minha nora e minha neta essa menina aí. Eles vieram, essa mãe estava na companhia dele, ele trouxe a mãe junto, não é (LIMA, 2108)?

Os avós do meu marido eram Agostinho Ferreira Lima e Francisca, acho que era o nome dela, da mulher. Também esses vieram de lá. Também a família deles toda é daqui, não trouxeram filho não. Veio com a companheira e a mãe dele e os irmãos. Mas acho que é assim, que veio com ele. É isso. Assim, por que não sei se contava, também eles não contavam tudo para gente (LIMA, 2018).

Agostinho Ferreira Lima consta na lista de embarque casado com Francisca Maria da Conceição. A mãe de Agostinho era Maria Magdalena da Conceição e a irmã, Raymunda Maria da Conceição. O fato de os sobrenomes serem parecidos sugere que a esposa de Agostinho era sua parenta ou que esse sobrenome era comum no Ceará. Não se sabe se Francisca chegou a morar em São Rafael, mas é fato que Agostinho se casa, em segunda núpcia, com Maria Pereira. Esse segundo matrimônio é confirmado pelos sobrinhos de Maria Pereira:

Os primeiros a chegarem aqui em São Rafael, que nós lembramos, papai falava, foi Agostinho Ferreira Lima, o primeiro que veio trabalhar na nossa comunidade. O primeiro, ele era casado com uma tia nossa, tia Maria (BICKEL, 2018b).

Maria Pereira, casada com uma tia nossa, irmã de nossa mãe (BICKEL, A., 2018).

Os entrevistados Rafael Bickel e Antônio Bickel são filhos de Benedita Pereira dos Reis, irmã de Maria Pereira, e não fizeram referência à primeira esposa de Agostinho Ferreira Lima. Nessa entrevista, Rafael Bickel informou ainda que o avô também era cearense e se chamava Joaquim Pereira. Na lista de embarque, são encontrados três passageiros com o nome de Joaquim Pereira que viajaram com destino a Vitória, registrados no mesmo livro (453), no mesmo navio (Pernambuco), ainda que oriundos de localidades diferentes (São Francisco de Uruburetama, Pacatuba, Quixeramobim).

O primeiro passageiro, Joaquim Pereira (16 anos), segundo a lista de embarque de passageiros (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003), livro 453, Nº G 251, era natural de São Francisco de Uruburetama, tendo partido da mesma localidade, no navio Pernambuco, com destino a Vitória. Com ele veio o pai, João Pereira Jesus (38 anos), e a mãe, Maria Francisca de Jesus (28 anos), além dos irmãos Cipriano Pereira (12 anos), Manuel (6 anos), Raymundo (4 anos), Rachel (3 anos), Maria (2 anos) e Ricardina (1 ano). Não constam os sobrenomes dos irmãos menores.

O segundo passageiro, Joaquim Pereira (18 anos), conforme a lista de embarque de passageiros (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003), livro 453, Nº G 260, era natural de Pacatuba, tendo partido da mesma localidade, no navio Pernambuco, com destino a Vitória. Estavam com ele o pai, Victoriano Pereira Brito (50 anos), e a mãe, Josefa Maria da Conceição (52 anos), além dos irmãos solteiros Thimoteo de Brito (30 anos), Manoel Brito (14 anos), Vicenzia da Conceição (15 anos) e João (28 anos), este sem sobrenome.

O terceiro passageiro Joaquim Pereira (30 anos), conforme a lista de embarque de passageiros (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003), livro 453, Nº G 263, era natural de Quixeramobim, tendo partido da mesma localidade, no navio Pernambuco, com destino a Vitória. Estavam com ele a esposa, Francisca Maria de Jesus (26 anos), e os filhos Maria (8 anos), Vicente (1 ano) e Raymunda (6 meses), todos os filhos sem registro de sobrenome.

Pelo menos um desses passageiros de nome Joaquim Pereira se dirigiu para o distrito de Aracê, e é narrado em entrevista de Rafael Bickel como o primeiro morador da localidade:

O primeiro morador, Joaquim Pereira, se casou com Raymunda de Jesus. Aí ele comprou esse terreninho que eu moro, papai não tinha terra, aí ele agarrou e deu para ele e ficou morando aí também, porque o meu pai era casado com a filha dele. O nome da filha dele era Benedita Pereira (BICKEL, 2018b).

Joaquim Pereira se casou com outra cearense de nome Raymunda de Jesus. Considerando-se que, nos sobrenomes da lista de cearenses, as mulheres muitas vezes levavam o sobrenome da mãe, era possível concluir que Raymunda, que chegou ao Espírito Santo com 6 meses, filha de Francisca Maria de Jesus, tenha se casado posteriormente com um dos Joaquim Pereira que chegaram solteiros, um com 16 anos e outro com 18 anos. Mas essa possibilidade se desfaz na seguinte entrevista:

Mamãe sempre falava que deu uma seca brava lá, aí chegou foram obrigados a sair. Mamãe sempre falava que a mãe dela segurou o pai no colo e depois casaram os dois. Segurou ele novinho, depois casou os dois. Mamãe sempre falava isso. Veio os dois de lá do Ceará. A minha mãe já nasceu aqui. Nunca ouvi falar que veio mais gente com eles. Só se veio para outro lado, nós nunca conhecemos gente deles não, só mesmo o nosso avô (BICKEL, A., 2018).

Se Raymunda de Jesus segurou o esposo no colo quando o mesmo era ainda pequeno, ela não pode ser a Raymunda que consta na listagem, vinda com seis meses de idade para o Espírito Santo. Nesse caso, ela seria mais jovem que seu esposo. Assim, Raymunda de Jesus passa a figurar como a representante de outra família de cearenses que se estabeleceu no distrito de Aracê. Na lista de passageiros não consta o nome de uma passageira Raymunda de Jesus que tenha sido enviada para Vitória por navio a vapor. Então, é possível que ela tenha chegado em outra data ou utilizando outro meio de transporte.

2.3 - OS ALEMÃES

Vieram da Alemanha e... a mãe dele [do pai] da Itália e alemã minha bisavó (BICKEL, 2018a).

Os alemães que se dirigiram para o distrito de Aracê, em princípio, fixaram-se no traçado da Estrada Imperial São Pedro de Alcântara, próximo ao Quartel de Barcelos. Esses migrantes deixaram sua terra natal, impulsionados por diversos problemas, e se dirigiram para o Espírito Santo em busca de melhores condições para viver.

Chegaram à província do Espírito Santo alemães, prussianos, pomeranos, hanoverianos, poloneses, dentre outras etnias (DADALTO, 2016), tendo sido instalados nas montanhas, região perto de Vitória. Depois vieram os italianos, nacionalidade que se tornará predominante pelo grande número de imigrantes que aqui chegaram. As levas de imigrantes que chegaram entre 1847 e 1888 se fixaram no centro sul do Estado (DADALTO, 2006).

A vinda dos imigrantes europeus e sua instalação como pequenos proprietários na província foi devido ao fato da baixa colonização e da grande quantidade de terras ainda não produtivas no interior da província. Quanto à distribuição da população na província do Espírito Santo, estima-se que, no início do século XIX, a colonização ainda não havia avançado além de uma faixa de quatro léguas, em média, ao longo do litoral. Isso só ao sul do Rio Doce, pois desse

Com intuito de resolver a falta de ação colonizadora no interior da província, no período de 1847 a 1881, foram criadas no Espírito Santo quatro colônias de povoamento. São elas: Santa Izabel, Rio Novo, Santa Leopoldina e Castelo. Apenas a colônia de Rio Novo era de empreendimento particular, devendo ser as demais subvencionadas pelo Estado. Essas colônias tinham por objetivo fixar em pequenas propriedades rurais os imigrantes recém-chegados (ROCHA, 2000).

Ao se pensar nas causas que motivaram a imigração, deve-se considerar que, além das questões nacionais de desejo de povoamento e criação de mão de obra, existiram fatores que impulsionaram a emigração, a saída desses migrantes de sua terra natal. Emigrar era, para o povo germânico e italiano, assim como para outros povos, a tentativa de resolver problemas socioeconômicos e políticos pelos quais passava o país de origem (MARTINUZZO, 2009).

Em meados do século XIX, o Brasil era visto, no cenário mundial, como um enorme império pronto a crescer economicamente, enquanto a Alemanha, formada por pequenos reinos, não oferecia grandes oportunidades porque não possuía uma forte expressão política, uma vez que ainda não estava unificada. Mesmo apresentando fluxos migratórios de intensidades diferentes, durante todo século XIX, vieram para o Brasil muitos imigrantes germânicos (MARTINUZZO, 2009).

Segundo Celim (1984), as famílias de imigrantes que chegavam ao Espírito Santo eram encaminhadas aos núcleos coloniais. A seleção era feita de acordo com a conveniência do Serviço de Medição e Divisão de Terras. Os pontos de desembarque desses imigrantes eram os portos de Vitória, Benevente, Barra do Itapemirim e São Matheus.

As colônias eram, para o imigrante, apenas locais de chegada. Depois, as famílias se dirigiam para outros locais. Os centros irradiadores eram os núcleos Conde d'Eu, em Ibirapu; Santa Teresa, ao norte de Vitória; Rio Novo e Alfredo Chaves, ao sul. Um fator importante que incentivou a expansão territorial foi a busca de melhores terras para o plantio (CELIM, 1984).

O Espírito Santo apresentava, na década de 1840, todos os elementos facilitadores para receber imigrantes para colonização do seu território. Havia muitas terras devolutas disponíveis para o assentamento de imigrantes e o desejo, por parte do Governo provincial, de

ocupar o território e aumentar a população da província. Dessa forma, a partir do movimento migratório, promovia-se o incremento da economia capixaba (ROCHA, 2000).

Foram encontradas, em fontes oficiais (Projeto Imigrantes, do APEES), informações a respeito das famílias dos descendentes de alemães que ocuparam o distrito de Aracê. A família Simmer teria chegado ao Estado em 1858, vinda de Luxemburgo, no navio Fluminense, e teria sido encaminhada para Santa Leopoldina. A família seria composta por Bernard Simmer (chefe), Magdalena Kohlberger (esposa) e os filhos Nicolau Simmer, Willebrand Simmer, Margaretha Simmer e Maria Simmer (FRANCESCHETTO, 2014).

Ainda segundo levantamento do Projeto Imigrante (APEES), a família Bickel partiu da Renânia – Palatinado da comuna de Aldenburg - no navio Ceres, em 1872, com destino a Santa Leopoldina. Vieram Michel Bickel e sua esposa Catharina Bickel, acompanhados de seus filhos Philipe Bickel, Catharina Bickel, Michel Bickel, Mathias Bickel e Margrelha Bickel (FRANCESCHETTO, 2014).

Os imigrantes das famílias Simmer e Bickel, segundo o Projeto Imigrantes (APEES), foram encaminhados para a colônia de Santa Leopoldina. Rafael Bickel narra a vinda de seus antepassados, acrescentando a descendência italiana que não aparece nos registros oficiais e a mãe cearense que veio para o Espírito Santo fugindo da seca:

Meu pai [bisavô por parte de pai] um veio da Itália, a mãe veio da Alemanha e a minha mãe veio, esqueci agora... do Ceará, ela era do Ceará a minha mãe. Vieram primeiro para Rapadura, depois os pais vieram para cá. Rapadura fica de Paraju para baixo. Meus pais moravam lá. E depois lá, casaram, meu bisavô esse que morava lá (BICKEL, 2018a).

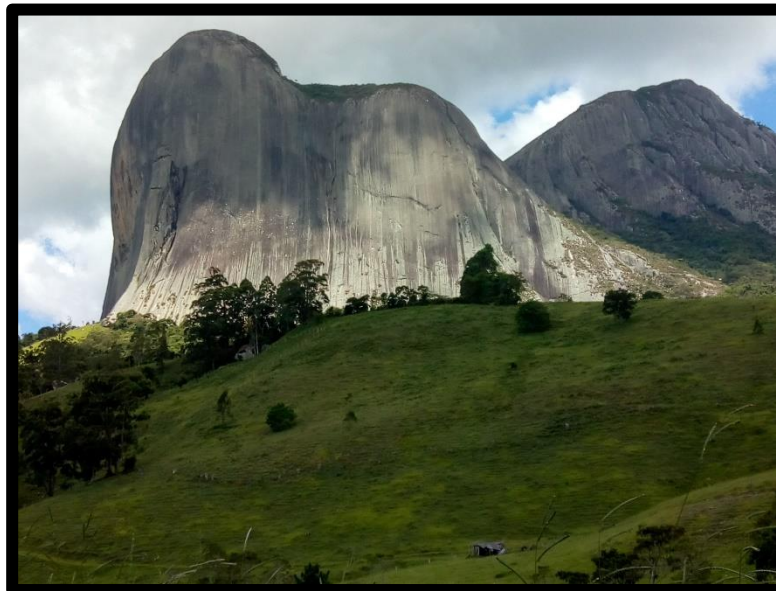
Como outros imigrantes, os descendentes das famílias Bickel e Simmer se movimentaram pela região de Santa Leopoldina e Domingos Martins em busca de terras melhores para plantar e também para assentar seus muitos filhos. Dessa maneira, os seus descendentes chegaram ao distrito de Aracê, onde se estabeleceram e onde ainda se encontram seus filhos e netos.

Neste capítulo, é importante salientar que o retorno aos entrevistados permitiu sanar questões que ficaram em aberto na primeira entrevista, assim como permitiu descobrir o protagonismo de novas famílias cearenses. A análise detida dos documentos de compra de terra, encontrados

no APEES, dando especial atenção às anotações feitas a mão nas bordas das folhas, revelou que Agostinho Ferreira Lima chegou à região antes de 1900, já que no documento de 1940 afirma-se que o mesmo está em suas terras há mais de quarenta anos. Considerando que Joaquim Pereira chegou em data anterior à de Agostinho Lima, é possível temporizar a chegada desses cearenses, ao distrito de Aracê, entre depois de 1888(data de chegada dos mesmos ao Espírito Santo) e antes de 1900.

CAPÍTULO III – OCUPAÇÃO NO ENTORNO DA PEDRA AZUL

ILUSTRAÇÃO 19 – Foto - Rochedo Pedra Azul



Fonte: acervo nosso

Os italianos que chegaram ao Brasil no final do século XIX e início do XX emigraram de seu país por uma série de causas internas que, de maneira muito simplificada, pode assim ser colocada: na questão demográfica, relevância da diminuição do índice de mortalidade e estabilização do índice de natalidade após 1870 e, na ordem econômica, ressalta-se a grande depressão agrícola dos anos de 1880, que provocou uma crise no abastecimento de alimentos (TRENTO, 1989). Considerando ainda que a questão da emigração tem relações mais complexas, Castiglione (2011) afirma que

O estudo do processo migratório requer como etapa essencial, a compreensão dos fatores que motivam os migrantes e impulsionam os fluxos migratórios. Numerosos estudos empíricos mostram a força do motivo econômico como causa da migração tanto quando se considera o movimento em nível mais abrangente, envolvendo os contextos relacionados ao movimento, como quando se consideram as razões individuais e dos grupos. Ao nível macro, as migrações traduzem o comportamento das populações face às disparidades de oportunidades socioeconômicas entre regiões. Ao nível dos indivíduos e dos grupos a motivação é basicamente a aspiração por um melhor nível de vida. As causas da migração não são universais; múltiplos fatores atuam como incentivos na tomada de decisão a migrar: políticos, religiosos, sociais, culturais, assim como outras razões que motivam os movimentos individuais e de grupos (CASTIGLIONE, 2011, p. 6).

Em relação aos imigrantes italianos que vieram para o Espírito Santo, ainda segundo Castiglione (2011), as causas que levaram a sua saída do estado de origem são: a crise da

sociedade, a falta de trabalho, a miséria e o excesso populacional. A possibilidade de aquisição de terra ofereceu ao imigrante a esperança de realizar seu grande sonho que era trabalhar em suas próprias terras (CASTIGLIONE, 2011). A autora ilustra sua fala apresentando o resultado de pesquisa realizada no ano de 1889, pela *Direzione Generale Della Statistica*, segundo a qual houve

[...] no ano de 1888, uma motivação atrativa: ‘o desejo de melhorar o nível de vida’, foi apontada por 39,8% do total pesquisado como sendo o estímulo principal da migração; uma causa expulsora: ‘a miséria’, foi indicada como a segunda em importância, citada por 36,9% do total dos ‘Comuni’ considerados [...]” (CASTIGLIONE, 2011, p. 6).

De modo geral, o século XIX encontrou a Europa passando por problemas dos mais diversos: quedas na produção das colheitas, exploração e miséria dos operários, limitação da liberdade de expressão etc. (MARTINUZZO, 2009). Segundo tabela apresentada por Franceschetto (2014), entre os anos de 1812 até 1900, entraram no estado do Espírito Santo 46.885 imigrantes, sendo a última década (1891 a 1900) o período que ocorreu o maior número de entradas: 23.093 imigrantes.

3.1 COLÔNIA DE RIO NOVO

Os italianos que ocuparam a região do entorno da Pedra Azul chegaram vindos do Benevente e se instalaram na ainda Colônia de Rio Novo. Outros chegaram após a emancipação, quando a região já era conhecida somente como Alfredo Chaves. Nessa localidade, eles se instalaram e permaneceram algum tempo antes de se dirigirem para Aracê.

A colônia de Rio Novo não foi um empreendimento do Governo, como as colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina. De início, era um empreendimento particular, fundado no Rio de Janeiro, por Caetano Dias da Silva, com o nome de Associação Colonial Agrícola de Rio Novo, e poderia explorar as terras devolutas à margem do Rio Itapemirim. A colônia de Rio Novo começou a ser demarcada no ano de 1855 (RÖLKE, 2016).

O major Caetano Dias da Silva comprou do Governo Geral 20 léguas de terras situadas nos municípios de Itapemirim e Benevente. Parte dessas terras estava incrustada em uma sesmária que havia sido concedida no séc. XVIII aos índios do Benevente. Essa questão da posse de terras foi resolvida pelo presidente José Maurício Fernandes Pereira de Barros

alegando que, já vivendo os índios como outros nacionais, as terras não aproveitadas pelos mesmos deveriam ser revertidas para outros nacionais (ROCHA, 2000).

Para atrair imigrantes para a colônia de Rio Novo, utilizou-se de propaganda na Europa. Rölke (2016) aponta a descrição que o então embaixador da Confederação Helvética, Tschudi⁴⁶, faz das promessas aos imigrantes através dos folhetos:

Todos receberiam milho, feijão e arroz, até a sua primeira colheita própria. Todas as famílias receberiam porcos e todo tipo de aves para procriação. Além destas facilidades, oferecia-se ainda colocar à disposição dos imigrantes os engenhos da fazenda para a industrialização da cana-de-açúcar. Também os moinhos já existentes na fazenda estariam disponíveis para a moagem do milho, da mandioca e do café. Acenava-se ainda com instalações já prontas para limpar o café. Prometia-se transporte para levar os produtos para os portos de exportação. Dizia-se que havia serrarias, para possibilitar o beneficiamento da madeira. Até instalações para o fabrico de óleo de rícino e fábrica de farinha de mandioca eram prometidas. Além destes benefícios, também estariam à disposição dos imigrantes padres e pastores para a devida assistência religiosa. No final do folheto, havia uma indicação calçada em números, o quanto uma família composta de quatro pessoas poderia ganhar durante um ano de trabalho. Havia a promessa de um ganho anual de 2:000\$000 (RÖLKE, 2016, p. 230).

No ano de 1856, chegaram à colônia os primeiros imigrantes, num total de 12 famílias vindas da Suíça. Nada encontraram do que se prometia aos imigrantes que viessem para a colônia de Rio Novo, apenas terrenos cobertos de matas que deveriam ser derrubadas. Das 90 pessoas que compunham as 12 primeiras famílias, 20 haviam morrido até março de 1860, 25 estavam doentes e uma havia abandonado a colônia, restando apenas 44 pessoas saudáveis (RÖLKE, 2016).

Por contrato com a Associação, o Governo Imperial obrigou-se a subvencionar até 3.600 colonos em um prazo de cinco anos. Durante sua curta existência, a Associação foi contemplada com vários favores dos cofres públicos. Ainda assim, o empreendimento não logrou êxito, sendo encampado pelo Governo Imperial em 1861 (ROCHA, 2000).

Na década de 1870, quando aumentou a entrada de imigrantes no Espírito Santo, a colônia de Rio Novo se expandiu territorialmente. Ao núcleo inicial (primeiro território) foi acrescentado mais quatro territórios. O segundo território, às margens do Benevente, recebeu os primeiros

⁴⁶ Natural de Glarus, na Suíça, Johann Jakob Von Tschudi esteve pela primeira vez na América do Sul entre 1838 e 1843, quando permaneceu no Peru. De 1857 a 1859, esteve pela primeira vez no Brasil, país ao qual retornaria em 1860, na qualidade de embaixador da Confederação Helvética. Aqui permaneceu até 1868 (DREHER, 2012, p. 1).

povoamentos em 1875, sendo estes 230 tirolezes. O terceiro, que ocupava terras em Itapemirim e Benevente, recebeu sua primeira leva de imigrantes em 1878, composta de 773 italianos, e pouco depois chegaram 264 cearenses. O quarto território, também situado no Benevente, foi povoado por austríacos em 1875. O quinto território, em terras do Benevente e Guarapari, foi fundado em 1876. A colônia de Rio Novo foi emancipada em 1880 (ROCHA, 2000).

O sexto território, o núcleo de Castelo⁴⁷, foi fundado para abrigar imigrantes que, ignorando a suspensão dos favores concedidos pelo Regulamento de 1867, já haviam deixado a Europa com destino ao Brasil. Foi estabelecido às margens do Alto Benevente e seus afluentes, tendo como sede a povoação de Alfredo Chaves, que também funcionava como sede do segundo, quarto e quinto territórios da colônia de Rio Novo (ROCHA, 2000). A comissão técnica desse núcleo foi estabelecida em janeiro de 1880 e, no mesmo mês, recebeu 417 italianos e, meses depois, mais 333 italianos e 26 alemães. Sua emancipação se deu pelo decreto nº 8.122, de 28 de maio de 1881 (ROCHA, 2000).

3.2 - A COMUNIDADE DE ARACÊ

Segundo Pinho (1997), os primeiros moradores da comunidade de Aracê foram os pomeranos, que teriam chegado à região subindo o Rio Braço Norte, e desbravado e ocupado os primeiros lotes de terra. Os pomeranos ficaram na região até a chegada dos italianos vindos do Benevente.

Os descendentes dos primeiros imigrantes da região do entorno da Pedra Azul ainda mantêm a lembrança da presença de germânicos, anteriores à chegada dos italianos. Na lembrança de Valdir Antônio Uliana, tem-se o registro de que

A história da parte dos germânicos, ela está muito perdida. Eles vão seguindo pelo rio Jucu até mais ou menos São Rafael, que ali era um forte, forte São Rafael. Acho que era São Rafael e depois Lajinha, lá em Barcelos [...]
[...]

⁴⁷ Com a emancipação do Núcleo Colonial de Rio Novo, em 6 de março de 1880, criou-se o Núcleo Colonial do Castelo nas terras devolutas à margem do alto Benevente, emancipado, por razões econômicas, em maio de 1881 como Colônia do Castelo, que compreendia diversas seções que hoje pertencem aos municípios de Alfredo Chaves (Carolina, Matilde, São João, Urânia, Maravilha, Alexandrina, Cachoeirinha, Iracema e Deserto), Marechal Floriano (Araguaia e Vítor Hugo) e Vargem Alta (Guiomar e Virgínia, atual Jaciguá) (PAULA, 2013, p. 51).

Quando você desce ali, depois do cemitério, no Célio Bravim, aquele morro ali, onde ele planta, ali tinha o cemitério dos alemães. Não era um cemitério católico, era cemitério dos pomeranos. Ou era pomerano ou era alemão, tem muito essas histórias deles ali. Isso é uma coisa que precisa ser levantada [...] (ULIANA. V., 2018a).

Já o senhor Cirilo Olívio Girarde faz os seguintes registros sobre a presença dos pomeranos na região:

A família está por volta de 115 anos já. Ele chegou ao Brasil em 1890, depois morou uns dez anos lá e então veio para cá na base de 1900 mais ou menos. O antigo era Domenico Girarde, ele veio da Itália, subiu pelo Benevente e ocupou uma região onde hoje é Vargem Alta, na divisa quase com Domingos Martins. Antigo Cachoeiro do Itapemirim. O filho dele, que é o Angelim Girarde, que foi o que veio para essa região, comprou uma posse de um pomerano. Os pomeranos chegaram a ocupar essa área toda aqui. Tem muita história, documento naquela época se perdia. Os antigos pomeranos eram da família Kister⁴⁸, o sobrenome. Toda essa região da Pedra Azul foi ocupada, primeiro, por pomerano (GIRARDE, 2018).

[...]

Vieram os Módulo que compraram essa parte de lá que era de três irmãos alemães, família Huver⁴⁹, compraram a propriedade e vieram para lá. Depois meu bisavô e avô compraram essa propriedade da família Kister e vieram para cá (GIRARDE, 2018).

ILUSTRAÇÃO 20 - Foto - Márcia Regina Batista e Cirilo Olívio Girarde



Fonte: acervo nosso.

⁴⁸ A transcrição do sobrenome procurou ser fiel à pronúncia utilizada pelo entrevistado. Encontrou-se, na Lista de passageiros do Projeto Imigrante (FRANCESCHETTO, 2014): família Küster (com e sem acento), com 38 membros, vindos da Pomerânia (comuna de Rützenhagen ou sem nome de comuna), que seguiram para Santa Leopoldina e Rio Jucu - Santa Isabel entre os anos de 1859 e 1873, além de um Küster vindo da Wesphalia (sem informação da comuna), que seguiu para Santa Isabel em 1935.

⁴⁹ A transcrição do sobrenome procurou ser fiel à pronúncia utilizada pelo entrevistado. Encontrou-se, na lista de passageiros do Projeto Imigrante (FRANCESCHETTO, 2014), uma família com seis pessoas (chefe, esposa, três filhos e uma filha) de sobrenome Huwer, vindos da Prússia em 1858 (não consta nem a comuna, nem o navio em que vieram) e destinados ao rio Jucu, em Santa Isabel.

Depois dessa primeira ocupação germânica, da qual se sabe pouco, esses imigrantes teriam vendido as terras para os italianos, sendo os Grecco os primeiros compradores, segundo a comunidade. As primeiras famílias italianas, segundo dados das entrevistas realizadas com a comunidade foram:

Para a senhora Adelcisa Bassani Grecco,

As famílias que tinha eram... deixa eu ver, tinha Bravin, Bassani, mas todos moravam assim, só abria um cantinho para poder morar, fazer a casa. A primeira igreja é ali onde está agora, a primeira foi formada lá. Naquele tempo não existia igreja, eles falavam. Nós sentávamos lá no chão com a minha avó, a bisavó, então ela contava tudo para nós, que ela adorava, ela contava tudo é assim, assim (GRECCO, 2017).

Para o entrevistado Nivaldo Grecco,

Os primeiros imigrantes foram os meus avôs, Espício Grecco, a avó Luiza Canal, eles eram italianos. O primeiro lugar que eles chegaram foi Matilde e de Matilde vieram para Aracê. Era terra sobrando que tinha. Só tinha estrada de cavaleiro para vir para cá. Do que eu me lembro aqui tinha umas quatro famílias, os Grecco, os Bassani, os Módulo e os Polli, que eu conhecia, só (GRECCO, 2018).

Os Girarde, os Girarde e os Módulo. Os Girarde estão lá na Pedra Azul, lá perto da pedra, e ali os Módulo, os Módulo estão ali até hoje. Ali é tudo dos Módulo (GRECCO, 2018).

Segundo Afonso Uliana e Linda Peterly Uliana,

Lá tinha⁵⁰, mas aqui quase não se via não. Mas também pouca família que morava aqui. Era o Grecco, que vieram morar aqui, que era ele o dono. Ele e o irmão dele, o Vando, que morava aqui para o lado de lá, e Bassani era a família que tinha aqui. O Peterly, Antônio Peterly (ULIANA, 2018).

Meus pais (ULIANA. L., 2018).

Depois lá tinha o Marco Módulo, Antônio Módulo, ali onde é justamente a Pedra Azul (ULIANA, 2018).

⁵⁰ Em afirmação à presença de cearenses em São Rafael.

ILUSTRAÇÃO 21 – Foto – Márcia Regina Batista, Linda Uliana Peterle e Afonso Uliana



Fonte: acervo nosso

São considerados os primeiros grupos familiares de moradores da região do entorno da Pedra Azul, segundo dados levantados na própria comunidade: os Grecco, os Canal, os Bravim, os Uliana, os Peterly, os Módulo, os Girarde e os Bassani.

A família Grecco, segundo o Projeto Imigrante (FRANCESCHETTO, 2014), veio da Itália e constam três pessoas com esse sobrenome: Aniello Grecco, que veio sozinho, sem local de saída, com 32 anos, no navio Rio de Janeiro, chegou em 20 de março de 1893, e foi enviado para Cachoeiro do Itapemirim; Giovanni Battista Grecco, que veio no navio Napoli, em 18 de fevereiro de 1893, sendo enviado para Cachoeiro de Itapemirim; Dante Grecco, 51 anos, que veio só, da Emilia-Romagna, da comuna de Miranda, e chegou a Vitória antes de 1938.

A família Canal, segundo o Projeto Imigrante (FRANCESCHETTO, 2014), chegaram em número de 32 pessoas entre os anos de 1880 e 1897, vindos de Friuli Veneza Giulia (comuna de Polcenigo e Pordenone), do Vêneto (Sarmede, Pieve di Soligo, Treviso, Cappella Maggiore e Sardeme), alguns sem identificação de origem, sendo enviados para Vitória e Benevente.

A Família Bravin aparece em Franceschetto (2014), com o número de 76 imigrantes que partiram da Itália, da região de Friuli Veneza Giulia (comuna de Pocenigo, Údine, Pordenone), de Vêneto (Treviso), e alguns sem local de origem, e vieram para o Espírito Santo entre os anos de 1880 e 1929, sendo que todos os nomes dos imigrantes que constavam foram enviados para o Benevente.

Já a Família Uliana, segundo Franceschetto (2014), dirigiu para o Espírito Santo com 20 membros, entre os anos de 1888 e 1921, oriundos do Vêneto (comuna de Cappella Marggiori, Treviso, Fregona), sendo encaminhados para a Santa Leopoldina, Benevente e Alfredo Chaves.

Entre os membros da família Peterle, oriundos da Lombardia (comuna de Cremona) e Vêneto (Farra D'Alpargo, Mozzecane), alguns sem identificação de origem, vieram para o estado em número de 34 imigrantes, entre os anos de 1879 e 1895, e foram encaminhados para Itapemirim, Benevente e Itabapoana (FRANCESCHETTO, 2014).

Da família Módulo, segundo Franceschetto (2014), vieram para o Espírito Santo, entre os anos de 1877 e 1891, 12 representantes, oriundos do Vêneto (comuna de Vittorio Vêneto, Conegliano, Vazzolla) e da Friuli Venezia Giulia (comuna de Polcenigo). Um membro foi enviado para Santa Cruz e os demais, para o Benevente.

Consta, no livro do Projeto Imigrante (FRANCESCHETTO, 2014), que Domenico Girarde veio só, aos 55 anos de idade, sem anotação de origem, no navio Ravenna, chegando a Vitória em 1907. Entre os de sobrenome Girarde, vieram no total 13 pessoas chegadas entre os anos de 1888 e 1907.

Da família Bassani, de acordo com Franceschetto (2014), vieram para o Espírito 23 pessoas entre os anos de 1877 e 1951, originárias da Lombardia (comuna de San Marino Siccomaro, Vigevano), do Vêneto (comuna de Belluno, Seren del Grappa), de Abruzzo (comuna de Pollutri) e do Piemonte (Tortona), alguns sem local de origem. Esses foram encaminhados para Santa Leopoldina, Santa Cruz, Itabapoana, São Matheus, Rio Doce, Cachoeiro do Itapemirim e Vitória.

De acordo com informações colhidas em entrevista realizada com um descendente da família Girarde, outro grupo teria chegado à região, esse formado por capixabas descendentes dos escravos oriundos das fazendas localizadas na região de Castelo, que teriam permanecido na localidade na condição de trabalhadores nas terras dos Girarde: “E⁵¹ era o único que dava emprego a preto, descendente de escravo, ele dava. Esses descendentes vinham geralmente da Fazenda do Centro, que tinha uma fazenda de escravos aqui do Centro” (GIRARDE, 2018).

3.3 - ROTAS DE CHEGADA À COMUNIDADE DE ARACÊ

Os caminhos utilizados pelos primeiros moradores italianos a chegar à região ainda permanecem na memória de seus descendentes. Em relação à primeira rota, a entrevistada Maria Bassani Bleidorn relata que

Para Araguaia eles passavam aqui, entrava ali na Machado, como fala ali? De cavalo sim, tinha aquela estrada que passava ali, me deixa ver como é que fala... Passava aqui na Machado, descia aqui por Santa Luzia, ia... eu não sei, eu sei que passava por ali, não passava por essa estrada para ir para Campinho (BLEIDORN, 2017).

ILUSTRAÇÃO 22 – Foto – Maria Bassani Bleidorne



Fonte: acervo da família

⁵¹ Referindo-se a Angelim Girarde, avô do entrevistado.

Na entrevista da senhora M., o caminho é assim narrado:

Meu Deus, como eu vou te dizer, ali, passava ali por Santa Maria, tudo por dentro, naquelas picadas, nada na BR, ficava mais lá para dentro de Araguaia, Santa Maria, vinha subindo de Marechal Floriano, não era na BR não, era tudo na mata mesmo, tudo picada, não tinha estrada (M., 2017).

Para o senhor Valdir Antônio Uliana,

A maioria chegou pelo Benevente, eles chegavam obrigatoriamente por Vitória, faziam à quarentena em Vila Velha, na pensão do imigrante, depois eles seguiram para lá. Outros vieram e fizeram a quarentena no Rio de Janeiro, depois vinham em outros navios para cá. Por exemplo, a minha família, você vai encontrar no Arquivo Público, ela veio no navio Andrea, o navio Andrea não veio da Itália, veio do Rio de Janeiro para cá. Vieram em outro transatlântico, fizeram a quarentena no Rio de Janeiro e vinham nesse navio até aqui. Eles chegaram, muitos, por Vitória, a base era em Vitória, Alfredo Chaves, depois eles vieram pelo Benevente, lá foi feito uma colônia para os imigrantes italianos. As terras eram ruins e pequenas, eles davam uma gleba de terra lá, sei lá, cinco ou 10 hectares, e ao redor, nas proximidades, tinha terras e terras disponíveis. Eles sofreram muito por causa da agricultura. Café, na época não era muito propícia à região. Eles também tinham dificuldades como escoamento do café, por que eles não tinham estradas. Eles começaram a levar pela estrada de ferro. O primeiro transporte eram tropas de burro, na nossa região, ali na Pedra Azul tinha um acampamento mais ou menos perto dos Módulos, um rancho, em Vitor Hugo tinha outro, depois de Araguaia (ULIANA. V., 2018a).

ILUSTRAÇÃO 23 - Foto - Valdir Antônio Uliana



Fonte: Acervo da Família Uliana

Em relação à segunda rota, a entrevista com Cirilo Olívio Girarde revela que

O primeiro caminho que vinha de Matilde, subia [...] vazava aqui em Castelinho, São Paulinho de Aracê, mais tarde abriram aqui que descia por Vitor Hugo, que é Araguaia, que na época tinha linha de trem. Já Tinha a Vitória ao Rio, a Leopoldina (GIRARDE, 2018).

Sobre o caminho que os italianos que usavam para ir para Venda Nova.

Também, tanto que, meu avô morava nessa outra propriedade, que era longe, que saía para Venda Nova, muitos se hospedavam na casa do meu avô. Porque não dava tempo chegar, ficava lá (GIRARDE, 2018).

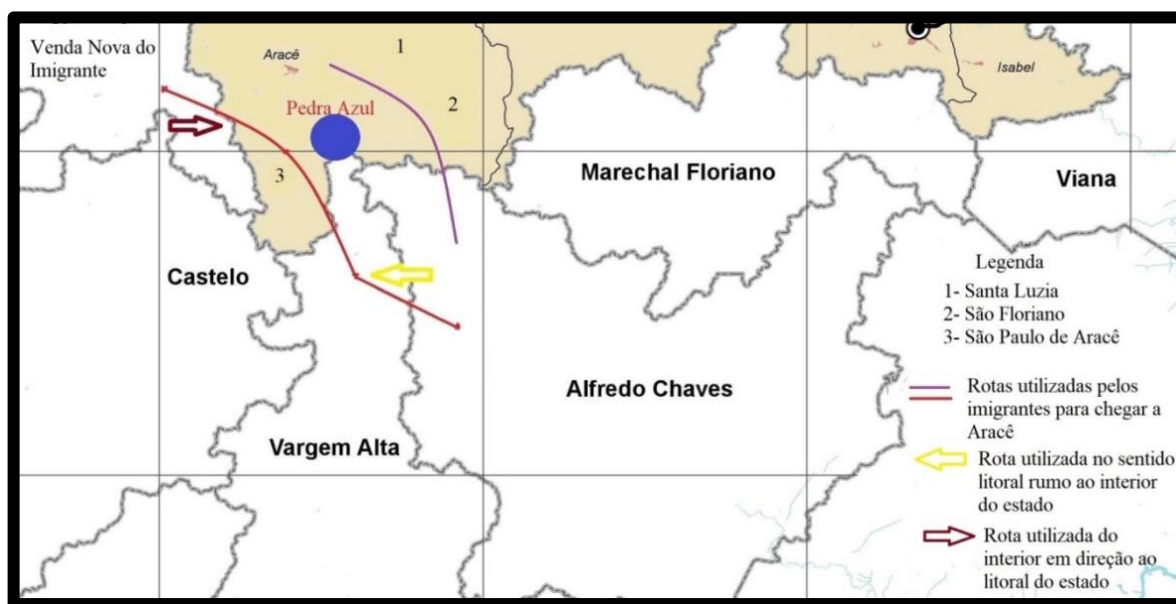
A partir da fala do senhor Cirilo Olívio Girarde, a respeito de trabalhadores contratados por seu avô, descobriu-se uma terceira rota de imigrantes.

Aí ele comprou terras, porque era barato, chegou a ter aqui em volta uns 500 alqueires de terra. E era o único que dava emprego a preto, descendente de escravo, ele dava. Esses descendentes vinham geralmente da Fazenda do Centro, que tem uma fazenda de escravos aqui do Centro. Ficaram abandonados, então ele dava trabalho, que ninguém dos outros, os compadres dele abusavam até (GIRARDE, 2018).

A Ilustração 24 apresenta um mapa que permite a visualização das rotas utilizadas para o acesso à comunidade de Aracê, conforme indicação dos entrevistados.

ILUSTRAÇÃO 24 – Fragmento da Ilustração 1 (mapa do município de Domingos Martins)

Destaque para as rotas de chegada à comunidade de Aracê.



Fonte: INCAPER, 2017, adaptado⁵²

⁵² Ao mapa original da Incaper - Geobases 2017 foram acrescentadas as rotas de chegada dos primeiros moradores.

A partir desses relatos, observou-se que foram utilizados dois caminhos para se chegar à região do entorno da Pedra Azul para quem vinha de Alfredo Chaves: O primeiro, passava por Vitor Hugo, Santa Luzia, chegando a Aracê. O segundo, por sua vez, fazia trajeto semelhante ao utilizado pelos imigrantes italianos que foram para Venda Nova, saindo de Alfredo Chaves, passando por Vargem Alta e chegando à comunidade de São Paulo de Aracê. A terceira rota foi usada por capixabas que vinham de Castelo em busca de trabalho. Esses eram livres ou libertos que teriam seguido pela Estrada Imperial no sentido interior-litoral e, na altura de Venda Nova, deixado o traçado original da Estrada Imperial e seguido pelas trilhas abertas pelos italianos, alcançando as imediações da Pedra Azul, onde se tornaram mão de obra livre.

3.4 - PRIMEIROS TEMPOS

Segundo as lembranças das dificuldades enfrentadas pelos familiares nos primeiros tempos, relata Adelcisa Bassani Grecco:

Eles entraram no navio para vir para o Brasil, então quando estava quase chegando ao Brasil dava uma ventania e o navio voltava para o mesmo lugar, eles tornavam a voltar, quando estava quase chegando o navio voltava para trás (GRECCO, 2017).

Chegaram aqui e era tudo mato, derrubaram um pedacinho, abriram um lugarzinho assim, a mata pura, então eles fizeram um barraco ali nessa mata e ficaram até que eles abriram mais, derrubaram a mata e tudo, para abrir para eles poderem morar (GRECCO, 2017).

Ali eles comia, deixe eu ver, o que ela falou que eles comiam. Vou lembrar. Comia o quê, meu Deus? Eles falavam um nome diferente, italiano, sou capaz de lembrar, coisa que eles comiam, mas coisa que a gente não conhece. Comida diferente que ainda nós falávamos assim: “Vovó, mas como que vocês faziam, comia, cozinhava, o que vocês faziam?” “É, nós catávamos uma lenhazinha assim, seca, na mata”. E eles tinham aquela coisa que botava e pendurava a panela, fazia a comida aí (GRECCO, 2017).

Sobre a ajuda para o deslocamento, Adelcisa B. Grecco relata:

Não! Porque não tinha ninguém para ajudar. Foi triste aquela vez, não é? Vieram todos para cá. Primeiro vieram os meus avôs, depois então começou a vir mais gente, Bravim, Uliana. Mas daí eles vinham da Itália, só que vinham separados (GRECCO, 2017).

Sobre falar a língua italiana, Grecco responde:

Eu? Aham! Cantava. Só que agora não lembro nada, esqueci. Minha mãe falava português, ela era do Brasil. Não tinha escola e eles só falavam italiano e o italiano que eles falavam era muito diferente do que é agora. Diferente. Pera lá! Pera lá! Mântua (GRECCO, 2017).

Sobre produção e venda:

Isso é o que eu não sei. Acho que não, porque ia vender para quem? Acho que naquele tempo só fazia para comer. Eles plantavam... pera lá, eles plantavam coisinha assim, só para comer (GRECCO, 2017).

Sobre a criação de animais:

Não! Logo que chegaram não, mas depois que eles abriram e fizeram casa, aí que eles tiveram galinha, porco. Depois foram sempre aumentando, ali, lembrando de coisa que precisava, até que eles formaram uma casa, eles começaram trabalhar que nem nós trabalhamos agora, plantar as coisas. Lá na Itália eles trabalhavam, eles tinham casa própria, seis meses eles ficavam dentro de casa, sem fazer nada, sem fazer nada não, eles, minha avó falava assim “filar” tecido. Então ficava seis meses lá dentro, preso, só saía, quebrava o gelo para poder pegar água e corria para dentro e fechava a casa toda, no inverno. Aí eles ficavam seis meses só fazendo isso, filando. Me parecia que faziam fazenda (GRECCO, 2017).

Nas palavras de senhor Valdir Antônio Uliana, tem-se os registros de surgimento de atividades profissionais diversas:

[...] mas eles eram pessoas extremamente habilidosas, por exemplo, meu avô ele deu mais para letrado, praticamente ele se auto alfabetizou, lendo, pesquisando. Os irmãos dele, ele tinha um que era marceneiro, que fez aqueles altares das igrejas, todas, ali para cima. A de São Sebastião foi feita por ele, o da Nossa Senhora do Carmo, no Alto Jucu, ele também. Na Fazenda do Estado, também tem altar dele, consta que ele fez um órgão para uma igreja luterana lá em Afonso Cláudio, para aquelas regiões. Ele era marceneiro habilidoso. O irmão dele, o tio Angelim, era um ferreiro, era o ferreiro da turma, o cara que trabalhava as ferramentas, essas coisas assim. Todos eram ótimos músicos, tocavam a concertina, tocava sanfona, eles eram pessoas hábeis. Isso ajudou muito a eles. Meu avô pelo outro lado, Vitório Peterli, ele era o lado médico, ele tinha um livro que veio da Itália, não sei com quem está esse livro, tinha uma série de receita de remédios, então ele era o médico da região, ele é pai da minha mãe, ele que tratava todas as pessoas doentes da região (ULIANA. V., 2018a).

Sobre o comércio de troca, a entrevistada M afirmou que

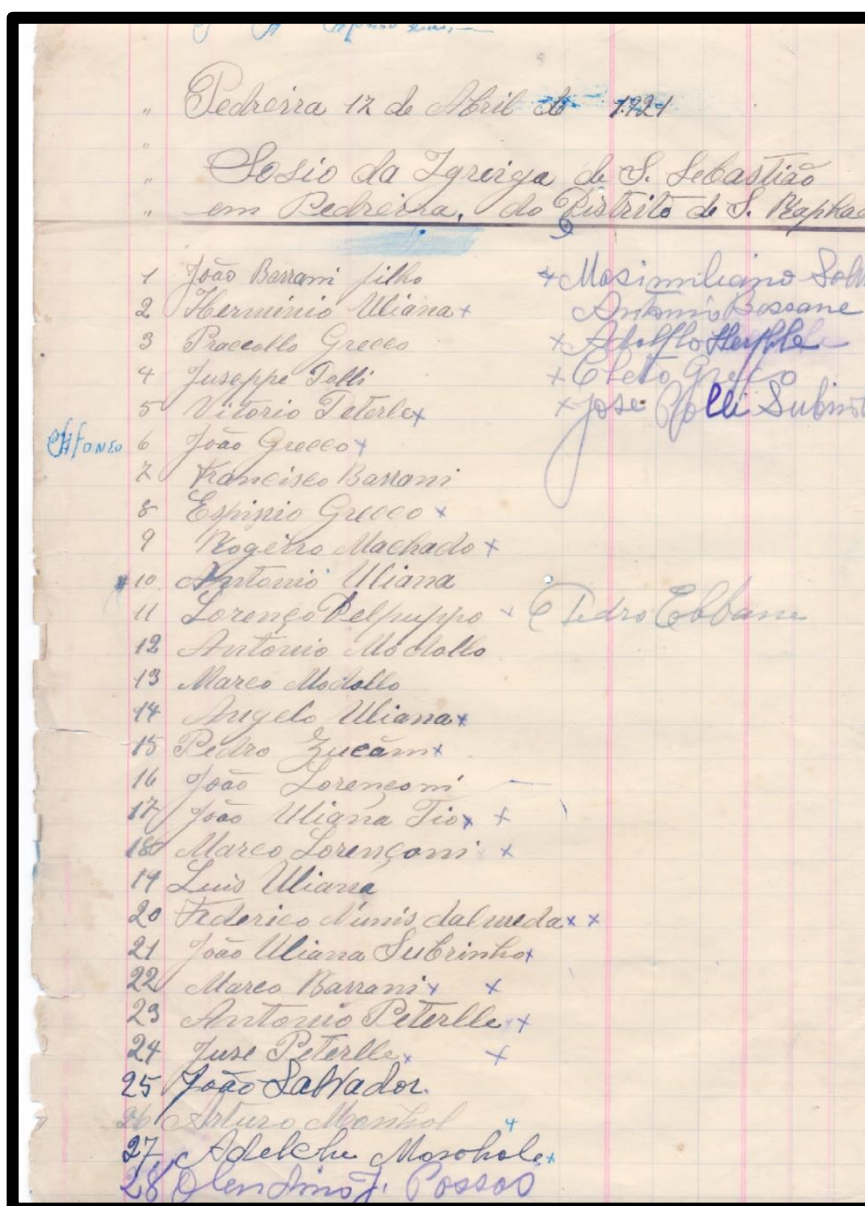
Para conseguir os mantimentos eles trocavam. Uns plantavam milho, feijão, criava porco, galinha e outro tinha outra coisa. Depois abriram uma venda, que eles falavam era do seu Ermínio Uliana, que era irmão do meu avô paterno. Então começaram uma venda, trazia carne que ele ia buscar em Araguaia, nem sei, uns tecidos. Sei que ele buscava qualquer coisa: açúcar, sal, as coisas mais necessárias. Ia com uma tropa buscar em Araguaia. Lá não usava dinheiro, então fazia a troca, ele apanhava o milho e o feijão e trocava (M, 2017).

Os imigrantes italianos que ocuparam a comunidade de Aracê ficaram localizados em princípio em Alfredo Chaves e, depois de alguns anos, já com descendentes, iniciaram um movimento de busca por localidades melhores e chegaram ao distrito. O comércio desde o início era realizado com Araguaia, localidade que eles já conheciam.

3.5 - OS NACIONAIS NA COMUNIDADE DE ARACÊ

Na busca pelos nacionais que estavam presentes no processo de formação da comunidade de Aracê, chegou-se à página do Livro de Contabilidade da Igreja de São Sebastião, que relaciona os primeiros sócios, com data de 17 de abril de 1921.

ILUSTRAÇÃO 25 – Documento - Sócios da Igreja de São Sebastião (1921)



Fonte: Acervo particular de Valdir Antônio Uliana

O citado documento que, segundo Uliana (2018b), foi escrito por Olendino J. Passos, que figura como o último nome da lista, traz registro de duas famílias de nacionais que já estavam presentes na época e que permanecem na região até hoje: os Machado e os Passos. Também se pode observar que o distrito é nomeado como São Rafael, que era a parte mais importante do distrito e onde foi a primeira sede do cartório, fundado em 1925⁵³, por Olendino J. Passos.

⁵³ Segundo informação da entrevistada M. (2017).

Segundo o Censo de 1920, os nacionais proprietários na comunidade de Aracê (Pedreiras) eram: Botelho, Sampaio, Machado, Cruz, Freitas e Assumpção. A partir do documento dos sócios da Igreja, podemos acrescentar a família Passos. Existem outros nacionais que estavam na região do entorno da Pedra Azul, revelados pelo representante da família Girarde, o senhor Cirilo Olívio Girarde, desses não conseguimos saber a quantidade, nem os nomes e não encontramos nenhum documento que prove a presença dos mesmos na região. Segundo senhor Cirilo:

E [Angelim Girarde] era o único que dava emprego a preto, descendente de escravo, ele dava. Esses descendentes vinham geralmente da Fazenda do Centro, que tem uma fazenda de escravos aqui do Centro. Ficaram abandonados, então ele dava trabalho, que ninguém dos outros, os compadres dele abusavam até. Eles não chamavam de pretos, chamavam de brasileiros: “Compadre você tem coragem de dar emprego aos brasileiros, sabe que são tudo gente ruim”. Mas ele dava. Foi fazendo pasto, foi tendo gado de leite, gado de corte (GIRARDE, 2018).

Os nacionais que estavam presentes durante o período de ocupação da comunidade de Aracê trabalhando na fazenda da família Girarde seriam descendentes de escravos, e oriundos de antigas fazendas escravocratas que margeavam a Rota Imperial São Pedro de Alcântara. Em destaque na lembrança do entrevistado está a Fazenda do Centro⁵⁴.

Olendino J. Passos foi personagem importante da história do distrito de Aracê por ser o dono do Cartório, cuja sede era, inicialmente, em São Rafael, depois foi deslocada para a comunidade de Aracê e, em 1977, fixou-se na vila de Pedra Azul, como conta a senhora M.:

[...] naquela época quando começou o cartório eu não conhecia o seu Olendino, conheci muitos anos depois. Ele veio para a fazenda Santa Maria, ficava depois de Aracê, uns oito quilômetros para dentro, veio de São Rafael e ficou nessa fazenda do Dido Fontes. Era ali no Cerro Azul. Ficou ali muitos anos, depois em 1963 veio para a fazenda do Bassani, ali no Gentil Módulo, nesses Bassani aqui perto do Cemitério. Ali tem umas casinhas, uns galpões, ele ficou de 1963 até 1977 [o cartório], em 1975 seu Olendino faleceu. Em 1977 eu construí no alto, aqui em cima onde hoje é o Ângelo Cosmo, o Cartório. O dono desse loteamento doou o lote, então construí ali com muita dificuldade, sozinha já, construí lá (M, 2017).

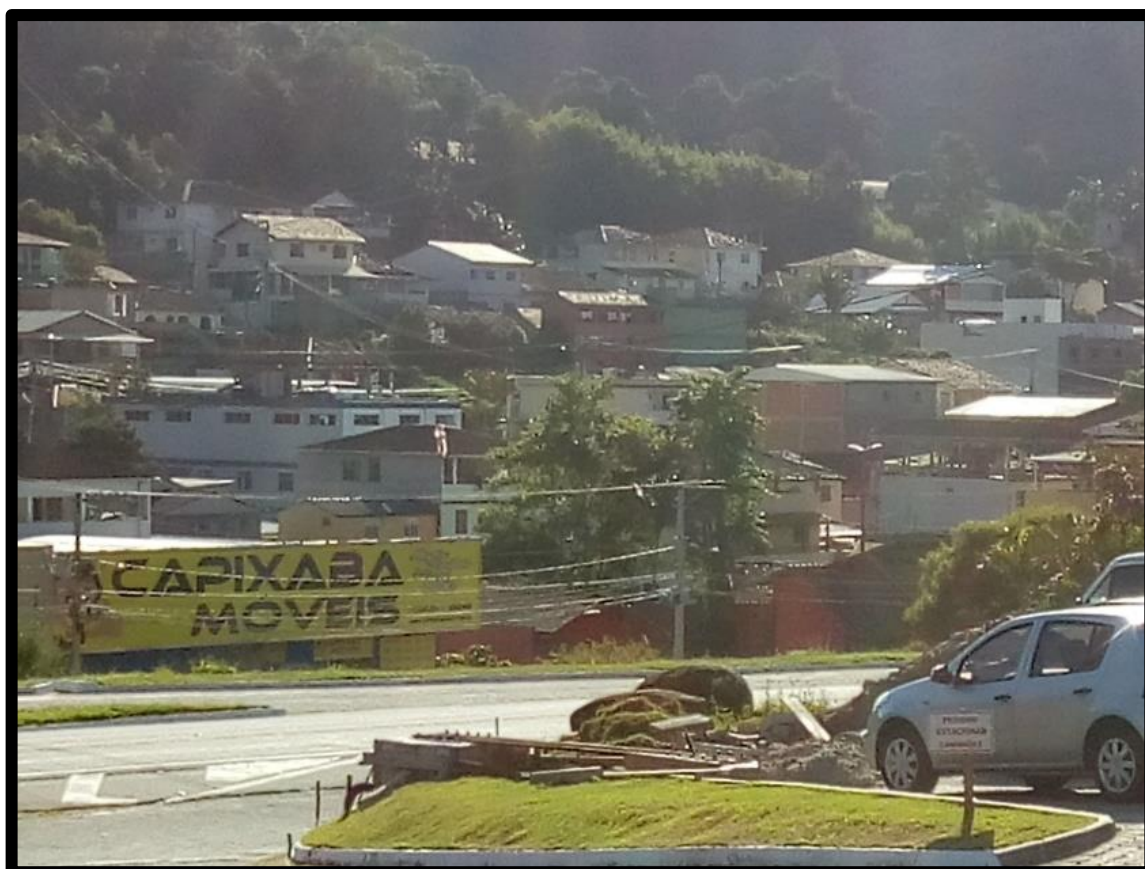
Eu já estava viúva, com ajuda dos meus irmãos, meus pais. Além de eles me ajudarem, também me ajudou financeiramente para construir, porque eu não tinha condições. Então foi construindo o cartório lá no morro, ficou ali até 1986, aí eu vim para cá (M, 2017).

Motivos do deslocamento do cartório para Pedra Azul:

⁵⁴ A Fazenda do Centro, localizada em Castelo, foi fundada em 1845, por Antônio Vieira Machado da Cunha, com 3.202 alqueires, produzia café e, no auge da produção, chegou a ter 600 escravos (PAULA, 2013).

Porque estava fora, as pessoas estavam achando dificuldade de ir à fazenda Bassani, eles achavam que aqui seria melhor. O dono do loteamento tinha apenas fundado isso aqui, ele fazia questão que fosse aqui, porque ficaria mais centralizado. Em 1977 ele já tinha lote para vender. O loteamento pertencia a Laurindo Módulo. A terceira casa foi a nossa. O Cartório começou em 1925. A família de Olendino Passos era do Rio de Janeiro. A fazenda Santa Helena já existia e tinha escritura, porque foi o Olendino Passos que passou para o Dido Fontes (M, 2017).

ILUSTRAÇÃO 26 – Foto – Vila de Pedra Azul



Fonte: acervo nosso

No distrito de Aracê, no período estudado, encontravam-se nacionais proprietários de terras, proprietário de cartório e pessoas exercendo atividades comerciais como tropeiros, além de mão de obra livre no trabalho da agricultura, sendo muitos deles descendentes de escravos.

CAPÍTULO IV – O CENSO DE 1920

4.1 - LEVANTAMENTO DA COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE ARACÊ A PARTIR DO RECENSEAMENTO AGRÍCOLA DO BRASIL DE 1920, ESPÍRITO SANTO – SANTA IZABEL

Este trabalho tem como recorte inicial o ano de 1888, data a partir da qual chegaram ao distrito de Aracê os primeiros moradores, e tem como marco final o ano de 1920, data em que houve um recenseamento das propriedades rurais, levantando seus respectivos proprietários. Nessa listagem, encontram-se todos os sobrenomes que são considerados pela comunidade como os primeiros moradores.

A partir desse documento, utilizando localidades cujos nomes são mencionados pelos entrevistados ou comunidades que aparecem no mapa atual do distrito, fez-se levantamento das propriedades que aparecem nas seguintes unidades: Victor Hugo, Alto Victor Hugo, Baixo Victor Hugo, Pedreiras, Jucu, Alto Jucu, Ribeirão Capixaba, São Rafael, Candelária, Barcelos, Laginha, Volta Peçanha. No município de Santa Isabel, foram constatadas 1.448 propriedades e, no distrito de Aracê, encontradas 280 propriedades.

O levantamento das informações contidas no Censo de 1920 permitiu encontrar os sobrenomes dos moradores que eram proprietários no distrito de Aracê no ano do citado censo. Restava, então, descobrir a origem dos sobrenomes. Assim, o primeiro passo foi utilizar o Projeto Imigrante, do APEES (FRANCESCHETTO, 2014) para encontrar a origem dos sobrenomes que constavam na lista. Lamentavelmente, o APEES não possui lista organizada dos nacionais que chegaram ao estado, vindos do Norte (atual Nordeste) do Brasil, o que permitiria encontrar possíveis outros retirantes das secas ocorridas no final do século XIX e início do século XX que se fixaram no distrito de Aracê.

O segundo passo foi submeter os sobrenomes, que ainda não tinham definição de origem, aos listados no site da Prefeitura Municipal de Domingos Martins. Ao fim dessa investigação, ainda restava uma grande quantidade de sobrenomes sem identificação de origem, o que levou a fazer uma pesquisa junto a alguns moradores na vila de Pedra Azul para tentar definir a nacionalidade de alguns sobrenomes. Essa averiguação só foi possível dado o fato que, no

distrito, ainda moram as famílias antigas e essas mantêm grande relação entre si, quer seja de trabalho, amizade ou de parentesco.

O trabalho até esse momento se baseava no contato da comunidade cujas informações levavam a documentos. A partir desse momento, inverteu a ordem: o documento impulsionou o retorno à comunidade. A pesquisa elaborada (APÊNDICE B) foi realizada com oito pessoas na vila de Pedra Azul, que é o centro comercial do distrito. A partir de uma lista de sobrenomes, o entrevistado deveria dizer a nacionalidade, caso soubesse. Ainda havia outra questão: os sobrenomes de origem portuguesa podiam se referir tanto aos imigrantes portugueses quanto a nacionais. Assim, foram acrescentadas duas perguntas: Quais moradores da região eram de descendência portuguesa? Quais eram de descendência espanhola? Em relação aos espanhóis, optou-se por realizar essa pergunta já que alguns sobrenomes aparentavam essa origem.

A quem perguntar? Diante dessa questão, decidiu-se buscar pessoas que tivessem contato com grande parte dos moradores do distrito. Assim, na vila de Pedra Azul, local para onde converge boa parte dos moradores do distrito, buscou-se entrevistar funcionários do cartório, trabalhadores do comércio, taxistas, professores e mecânicos. Só foram considerados os sobrenomes cujas opções receberam pelo menos três respostas iguais referentes a uma mesma nacionalidade.

Abaixo, o resultado do levantamento nas três instâncias em que foram pesquisadas.

4.1.1 - Sobrenomes de origem portuguesa

Durante o século XIX, entraram no Espírito Santo 2.079 imigrantes portugueses. Entre 1912 e 1969, foram 3.427, lembrando que a entrada de portugueses no Espírito Santo inicia-se em 1535 (FRANCESCHETTO, 2014).

São estes os sobrenomes de origem portuguesa dos proprietários de terras do distrito de Aracê (Censo de 1920), que constam no Projeto Imigrante (FRANCESCHETTO, 2014): Almeida, Alves, Amorim, Araújo, Baptista, Barcelos, Barros, Botelho, Cardoso, Carvalho, Christo, Coelho, Conceição, Corrêa, Costa, Coutinho, Cruz, Dias, Elias, Ferreira, Firmino, Freitas, Jacinto, Leite, Lima, Machado, Mariano, Marques, Martins, Mello, Mendonça, Mesquita,

Moreira, Nascimento, Neves, Nunes, Oliveira, Pereira, Pimentel, Pinto, Ribeiro, Rocha, Rosário, Sampaio, Santos, Souza, Silva, Silveira, Soares, Vaz, Vieira, Vicente, Victoria, Xavier.

A enquete feita entre alguns moradores da Vila de Pedra Azul tinha como um dos objetivos definir o quais eram sobrenomes oriundos da imigração portuguesa no século XIX e assim separa-los dos sobrenomes dos nacionais. Foram reconhecidos como de imigrantes portugueses os sobrenomes: Aroso, Pinho, Monteiro, Teixeira, Oliveira, Lemos. Somente o sobrenome Oliveira foi encontrado no censo de 1920.

Como não houve nenhuma lembrança de imigração espanhola entre os moradores do distrito de Aracê, considerou-se como nacionais os de sobrenome: Assumpção, Cosme, Fernandes, Garcia, Passos.

4.1.2 - Sobrenomes de origem alemã

Segundo o Projeto Imigrante, entraram no Espírito Santo, no século XIX, 4.012 alemães. Durante o recorte de 1846-1957, foram 4.866 (FRANCESCHETTO, 2014). São sobrenomes de origem alemã: Bautz, Bickel, Braun, Broedel (grafia Broedels), Discher, Endlich, Gava, Ginsberg, Haese, Heller, Hoffmann, Huver (grafia Huwer), Kempim (Pomerânia), Klippel, Krause, Krohling, Lauer, Lemek (grafia Lemke), Marianne, Mund (Pomerânia), Neitzel, Otto, Pagung, Prechold (grafia Prechedon), Rhein, Schneider, Schultz, Schwarz, Simmer, Schwanbach (grafia Schwambach), Stein, Tesch, Velten, Ross, Klein (Alemanha e Hungria).

Segundo o site da Prefeitura de Domingos Martins, são de origem alemã também: Effegen e Trabach.

São sobrenomes alemães, segundo pesquisa realizada no distrito de Aracê: Bleidorn (confirmado pela família), Brautz (grafia Bautz), Broescholdt, Brudel (grafia Broedel), Buger, Elker, Guinzberg, Heberst, Huver, Kieffer, Knid (grafia Knidel), Kuist, Persch e Potim.

4.1.3 - Sobrenomes de origem italiana

Entraram no Espírito Santo 36, 666 italianos, no século XIX foram 34,925, segundo o Projeto Imigrante (FRANCESCHETTO, 2014). São de origem italiana os sobrenomes: Ball (grafia Balla e Balli), Bassane (grafia Bassani), Bello, Borlott (grafia Borloto), Brambila, Bravin, Camillo, Carlette, Coco (grafia Cocco), Daré (grafia Da Rè), Ebani, Canal, Cesate, Corbani (grafia Curbano), Daros, De Polli, Ebane, Gerard (grafia Girarde), Grecco, Lorenzoni, Magnani, Módolo (grafia Módulo), Peterle, Primo, Reboli, Regiani, Roberto, Uliana, Salvador, Valle, Venturim, Tonoli e Zaninho (grafia Zanin).

Segundo o site da prefeitura de Domingos Martins, são também de ascendência italiana⁵⁵: Piansolli (grafia Pianzoli), Ribette e Taquette.

Segundo a enquete realizada no distrito de Aracê, são italianos os seguintes sobrenomes: Bessame, Dazílio, Dordenando, Doré (grafia Daré), Ganho (grafia Gagno), Massette, Mayolle (grafia Mognol ou Maioli), Poto, Pizoli (grafia Pizzol), Pollito (grafia Polleto), Ronque (grafia Ronche).

4.1.4 - Outras nacionalidades

Sobrenomes de outras localidades ou pertencentes a mais de uma nacionalidade, segundo o Projeto Imigrante (FRANCESCHETTO, 2014): Assumpção (Portugal e Espanha), Bernardo (Portugal, Itália e Áustria), Boecker (grafia Boeke, Holanda), Cosme (Porto Rico, Estados Unidos), Fernandes (Portugal e Espanha), Garcia (México, Venezuela e Espanha), Guinsberg (grafia Ginsberg, Suíça), Helmer (Áustria), Passos (Espanha), Reis (Portugal, Alemanha e Espanha), Thomaz (Português, Itália e Prússia), Vidal (Portugal, Espanha e Itália).

4.1.5 - Sobrenomes cuja origem não foi identificada

Barros, Belzemann, Berud, Borguignon, Bortoque, Bretame, Castão, Chagas, Cyriaco, Dinard, Ewald, Fernando, Gilles, Griger, Kaik, Kreolinhg Klitzke, Kuiffer, Loyola, Lovolo, Lube, Luttig, Miltemper, Moy, Pellingri, Schuwanbach, Vitória, Walger e Zumali.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.domingosmartins.es.gov.br/conheca-domingos>>. Acesso em 07 de nov. 2018.

4.2 – ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DO CENSO DE 1920

Na Tabela 2 com resultado do levantamento do Censo 1920, feita por comunidade do distrito de Aracê (levantamento completo APÊNDICE C), só foi considerado último sobrenome do proprietário.

TABELA 2 – Levantamento da população do distrito de Aracê no Censo (1920)

Legenda

A – Alemão/pomerano

I – Italiano

N - Nacional

NI – Nacionalidade Indeterminada

VN – Várias Nacionalidades

Comunidade	Nº Propr.	A	I	N	NI	NV	Outros
Victor Hugo	35	7	10	14	4	0	0
Alto Victor Hugo	3	0	2	1	0	0	0
Baixo Victor Hugo	2	0	1	0	1	0	0
Pedreiras	49	2	32	8	6	0	1 Holanda
Jucu	8	6	0	2	0	0	0
Alto Jucu	65	24	5	25	10	1	0
Ribeirão Capixaba	53	22	6	17	2	1	4 Suíça 1 Portugal
São Rafael	40	11	2	19	2	2	3 Holanda 1 Portugal
Candelária	3	2	0	1	0	0	0
Barcelos	10	0	2	6	0	0	2 Áustria
Laginha	4	0	1	2	0	1	0
Volta Peçanha	8	5	1	1	1	0	0
12 comunidades	280 propriedades	79 A	62 I	96 N	26 NI	5 NV	4 Holanda 2 Áustria 4 Suíça 2 Portugal

O levantamento dos sobrenomes/proprietários, constantes no Censo de 1920, mostrou que nessa data já estavam presentes todas as famílias que, segundo os moradores do distrito de Aracê, são as fundadoras: os Batistas, os Pereira, os Lima, os Costa, os Bickel, os Simmer, os Grecco, os Bassani, os Canal, os Bravim, os Girarde, os Uliana, os Peterly e os Módulo. Também a partir desse levantamento, pode-se perceber que, no ano de 1920, no distrito de Aracê, das 280 propriedades encontradas no Censo, 79 estavam em mãos de pessoas com sobrenome de origem alemã, 62 em nome de pessoas com sobrenome de origem italiana, 96

com pessoas de sobrenomes considerados nacionais, 26 com sobrenomes cuja nacionalidade não foi possível identificar, cinco com sobrenomes que podem pertencer a mais de uma nacionalidade, quatro de origem holandesa, duas de origem austríaca, quatro de origem suíça, e duas de origem portuguesa.

Somente a comunidade de Aracê, listada no Censo como Pedreiras, e a comunidade de Alto Victor Hugo (essa com três propriedades apenas) mostram predominância de proprietários italianos. Os alemães são maioria em quatro comunidades e os nacionais, em cinco comunidades. A família Huver, que estaria entre os primeiros ocupantes germânicos e que teria vendido as terras e se mudado da região após a chegada dos italianos, aparece como proprietária, no distrito de Aracê, inclusive na comunidade de Pedreira, no ano de 1920. Os Küster aparecem como moradores de outras localidades de Santa Isabel (Soído, Chapéu, Melgaço, Marechal Floriano, Costa Pereira, Sapucaia).

Observando-se o levantamento, o resultado é que a maior parte dos sobrenomes dos proprietários, 184, é estrangeira, e a menor, 96, é nacional. Isso daria uma proporção de aproximadamente 1,9/1 (para cada 1,9 propriedades em mãos de descendentes de estrangeiros, teria uma propriedade em nome de nacional). Esse resultado demonstra que, apesar da maior parte das propriedades estarem nas mãos de pessoas de origem estrangeira, os nacionais estavam presentes na região ocupando esse espaço como proprietários.

CAPÍTULO V - MODO DE VIVER E ENFRENTAMENTOS DAS PRIMEIRAS FAMÍLIAS DO DISTRITO DE ARACÊ

5.1 - AQUISIÇÃO DE TERRAS

As primeiras famílias que chegaram ao distrito de Aracê, nas proximidades da Estrada Imperial: fluminenses, mineiros, cearenses e descendentes de alemães, tomaram posse das terras devolutas e nelas construíram suas vidas. Sobre a legalização de posse destas terras, apenas foi localizada a documentação de compra de propriedade por Agostinho Ferreira Lima, que era cearense, como demonstram documentos (ANEXOS G, H e I). Depois de algum tempo, a terra passou a ser comercializada, em princípio, com preço bem reduzido, como revelam os entrevistados.

Eu não sei não, senhora, oh! Onde eu sei que eles tinham sítio é onde o vovô Agostinho, que é avô do meu marido, ele era dono de tudo aqui, tudo, tudo, desse sítio pra trás, essa vizinhança, esse sítio que a gente tá era dele, mas para baixo onde tem a família dele aí morando ainda, morando por ali, isso era tudo dele. Outro também, avô que era dos Mendonça, essa outra gente, avô da parte do meu marido. Bom Parto, lá uma área grande era deles, que terra era baratinho ele comprava, eu não sei dizer nem quantos hectares de terra essas pessoas tinham (LIMA, 2018).

Trocava, pegava aí um animal que podia faltar um pé aí, mas os três pulavam, se os três pulavam. É isso mesmo, trocava numa área de terra (LIMA, 2018).

Outro entrevistado reforça a ideia de que o preço da terra era baixo.

Quando estava lá em cima, nós tínhamos uma vaquinha só, uma vaquinha, mas a fraqueza era tão grande antigamente, que um homem chegou, morava lá em Pontões, acho que ele bateu no irmão do outro lá, aí ele chegou lá em casa no domingo de noite e disse que estava com medo dele matar o outro. Mas estava mesmo com medo do outro matar ele, isso sim, vendeu, vendeu e combinaram. Papai deu duas éguas, uma mulinha nova, uma mula na hora de amansar, um potro na hora de amansar também e um cavalo, cinco cabeças de animal, aí voltou o resto em dinheiro, nós fomos para o quitumbo, papai chamou ele para quitumbo, fizemos 50 sacos de farinha, tocado, pisado do pé para cortar a mandioca, se você nunca viu isso nunca vai ver, para acabar de pagar isso aqui (ROSÁRIO, 2018).

O senhor Gomercindo do Rosário se refere à compra do terreno onde ele reside atualmente, na comunidade de São Roque. A família dele está entre as primeiras a chegar à região e a primeira propriedade era localizada na comunidade São Rafael. A compra da nova propriedade ocorreu sem se desfazer da anterior e foi realizada através da troca por animais e sacas de farinha que o comprador ajudou a fazer.

ILUSTRAÇÃO 27 – Foto – Gomercindo do Rosário e Márcia Regina Batista



Fonte: acervo nosso

O senhor Antônio Bickel faz alusão ao preço da terra e também às relações de confiança entre vendedor e comprador. Ao referir-se à compra de uma propriedade que o pai realizou, diz que o mesmo só tinha como garantia a própria palavra:

Antigamente não tinha esse negócio de escritura, para comprar um terreno igual a esse aqui não precisava passar nada, dava uma égua, uns arreios, você comprava um terreno, papai mesmo comprou aqui, em troca não tinha nada, só a palavra (BICKEL, A., 2018).

[...]

Nesse lugar mesmo, foi à base de uma égua e um novinho nesse terreno. Uns 45 hectares (BICKEL, A., 2018).

A senhora M também esclarece sobre a forma de aquisição de terras:

A maioria não media, 99% não media. Ocupava e demarcava da forma que era, mas não media não. Até hoje ainda existem muitos proprietários por aqui que não tem escritura. Tem o direito de posse, porque eles moram há tantos anos, são posseiros. Os que têm documento foram legitimando através do estado. Até então tinham os topógrafos, eles faziam o requerimento, iam à sede da comarca e seu... um senhor lá que eu esqueci o nome, ele fazia um requerimento, e através desse requerimento o topógrafo media as terras. Depois ia ao cartório, até então eles conseguiam a legitimação, o registro está no 4º ofício de Vitória. Quando eu comecei a me entender por gente, 14, 15, 20 anos já, as pessoas faziam isso, em 1955, 1960 por aí, as pessoas começaram a legalizar (M, 2017).

As terras do distrito de Aracê eram terras devolutas que foram ocupadas e legalizadas muito tempo depois da posse. Muitas propriedades mudaram de dono sem a devida legalização. No início, a comercialização se dava a preços irrisórios, mas foi adquirindo valor à medida que as terras devolutas da região foram acabando.

5.2 - AGRICULTURA

Quanto à produção agrícola, já foi dito que o café se tornou, na maior parte das pequenas propriedades da região de montanha do Espírito Santo, o produto destinado à troca e a solução econômica para trazer a moeda para as famílias. Os imigrantes produziam quase tudo o que necessitavam para a sua sobrevivência em suas pequenas propriedades, comprando no mercado poucas coisas. Mas o distrito de Aracê não seguiu esse modelo. Durante muito tempo não houve produção de café nessa localidade, cabendo às famílias a produção, para a troca, principalmente da farinha e do feijão. O não plantio do café pode estar ligado a vários fatores, como a terra de baixa qualidade, o relevo acidentado e o frio.

Em entrevista, foram obtidas as seguintes respostas acerca da cultura do café e do tipo de produção praticada pelos primeiros moradores das proximidades da Estrada Imperial:

Café? Tinha não!⁵⁶ Que tem primeiro... as mudinhas de fora, de uns parentes nosso, ninguém via café. Era frio e o pessoal não tinha esse plantio aqui não. Mandioca, todo mundo cuidava de mandioca. Depois o pessoal foi largando, largando, um plantou café, o outro viu que estava bom, e foi todo mundo plantando (BICKEL, 2018b).

Que a gente apanha café, não existia café naquela época, que o pessoal vivia aqui era de farinha. Farinha, todo mundo tinha quitumbo, todo mundo plantava mandioca. Esse café entrou, eu vou fazer 80, começou a chegar esse café, a primeira mudinha que plantamos, foram 500 mudinhas, eu me lembro, quase ninguém mais tinha café (BICKEL, 2018b).

Isso tá com uns 60 anos (BICKEL. A., 2018)⁵⁷.

A farinha, naquela época, podia dar 500 sacas, 1.000 sacas, ficava com nada, vendia tudo (BICKEL, 2018b).

Pegava, ia para Vitória, Cachoeiro, Castelo (BICKEL. A., 2018).

Nós com o quitumbo aí, enchia o caminhão de farinha, nós tinha quitumbo, tinha uns dez quitumbos aqui dentro, todo mundo fazia farinha, todo mundo vendia farinha. Ia para Vitória, tudo, era caminhão mais caminhão, era o que vivia era a farinha, só via morro de mandioca de baixo no alto, aí depois o pessoal começou a

⁵⁶ A data do início da produção do café não é precisa, mas todos os entrevistados pontuam essa produção na segunda metade do século XX.

⁵⁷ Dois irmãos participaram da mesma entrevista.

mudar, plantar mudinha de café, aí outro começou a plantar outra coisa, aí foi. Coma a farinha não fazia nada não, trabalhava, trabalhava e não via nada não (BICKEL, 2018b).

Nas lembranças da senhora Elvira Batista Trabach Lima, as produções são as seguintes:

Plantava milho, plantava feijão, plantava banana, essa tal de banana prata é muito antiga aqui, pé de banana mesmo nesse sítio que é da gente, já achou aqui que os moradores dessas famílias que plantaram (LIMA, 2018).

Vieram, a gente soube que eles chegaram aí, abriram isso e foram trabalhar, foram trabalhar, isso era mata purinha, não tinha uma estrada para nada, sabe onde o Agostinho, o vovô Gostinho a gente trata, Agostinho, que era o avô de meu marido, ele ia levar o milho no moinho para moer, então por causa da água, né, assim a pedra na água, ia em Castelo, ia abrindo a picada no facão, ele contou isso para nós (LIMA, 2018).

Abriram essas picadas daqui a Castelo de facão para poder passar, então levavam esse milho lá, que eu acho que com cinco dias que esse produto estava pronto, não sei... isso eu esqueci, mas pra comer o mais, socava no pilão, pra poder se virar aqui porque não tinha nada. Esse milho não era para vender, era pra tratar da família em casa, pra comer. Fazia fubá, fazia a canjica, desse milho (LIMA, 2018).

Longe. Tem tempo que a gente não viaja para aqueles lados, nem conheço Castelo, mas eu já fui lá um dia, eu sei que é longe, agora cortar, pra fazer picada no meio do trem brabo aí, pra sair lá, com a vasilha de milho nas costas, diz que era meio saco que eles levavam, mas não podia não, 40 quilos, ele levava de milho, pra esses moinho em Castelo, então cinco dias esse produto chegava, estava pronto para apanhar, pra comer, agora os que ficavam em casa pra aguentar isso, ia pro pilão mesmo, de madeira (LIMA, 2018).

Como os pais e avôs da senhora Elvira Batista Trabach Lima eram tropeiros, é possível que essa viagem até Castelo para moer o milho possa estar misturada à lembrança da viagem da tropa.

As lembranças dos italianos em relação à produção agrícola e aos beneficiamentos em muitos aspectos se assemelham ao modo encontrado entre os nacionais e descendentes de alemães. Assim, na lembrança do senhor Nivaldo Antônio Grecco e da sua esposa Natália Maria da Conceição Trabach Ferreira,

Plantava milho, feijão, mandioca. Aqui nesse lugar mesmo, era só mandioca. Nesses morros aí era só mandioca (GRECCO, 2018).

Sobre o trabalho de fazer a farinha:

Eles faziam o quitumbo (GRECCO, 2018).

O tal do quitumbo que tinha do outro lado (FERREIRA, 2018).

Era do Bleidorn (GRECCO, 2018).

Era o Ermínio que fazia. Fazia a farinha, a gente comprava farinha dele ali, era o pai dele que tinha (FERREIRA, 2018).

Sobre o nome do pai do Hermínio:

Franz (GRECCO, 2018).

Francisco Bleidorn. Era gostoso, hoje eu lembro e tenho saudade, comer aquela farinha torradinha (FERREIRA, 2018).

Meu bisavô fazia também, no Aracê (GRECCO, 2018).

ILUSTRAÇÃO 28 – Foto - Natália Maria da Conceição Trabach Ferreira, Márcia Regina Batista e Nivaldo Antônio Grecco



Fonte: acervo nosso

Para o senhor Valdir Antônio Uliana, as questões na agricultura podem ser colocadas desta forma:

A questão climática influenciou muito, os cafés ali eram de baixa qualidade, a qualidade das mudas que eles deviam ter não era adaptada ao clima, sem pesquisa

nenhuma, pegavam mudas de outra região e tentavam plantar, não foi à frente. Em São Rafael a agricultura forte era a mandioca. Produziam farinha de mandioca, feijão, milho. Por quê? Com o milho eles faziam a subsistência deles, a polenta, e a dos animais. O feijão era alimento e sobrava para comercializar e a farinha de mandioca era o produto de venda. Eu lembro que o meu avô tinha um comércio, uma venda, para comprar era o feijão e a farinha, o milho não vinha, não chegava ao comércio, ficava no paiol. Porque eles cuidavam dos porcos, das galinhas, de toda a subsistência, era com o milho. O próprio fubá para a polenta, que era a alimentação básica, não tinha trigo, não existia trigo, ninguém conhecia. Eram broa de milho, essas coisas, o trigo era um artigo de luxo, assim uma vez ou outra alguém comprava. O milho foi levado para a Europa logo depois da descoberta da América. Já devia ter na Europa, por que eles chegaram com a cultura do milho e da polenta (ULIANA. V., 2018).

O entrevistado Cirilo O. Girarde informa sobre a maneira de produzir de sua família:

Meu avô fez uma vida melhor, entre aspas, do que os outros, porque quando ele veio para cá, ele trabalhava muito. Primeiro porque você sabe que os alemães não devastavam muito, abriam só aquela área, italiano não, italiano era de vir meter o sarrafo e em pouco tempo limpou tudo, derrubava mesmo. Então ele fez uma vida, fazia o queijo, sempre fez o queijo, era só aquele parmesão, não era frescal não, era curado. Começou a criar muitos porcos na época, plantava muito milho e vender milho para quem, não se vendia, o milho era para criar porcos, galinha, polenta, que italiano era a base de polenta também. Cada vinte dias, um mês, ele matava oito a dez porcos, fazia a linguiça, a banha e o toucinho. Então botava na tropa um cargueiro e ia para Matilde, ponto de comércio, primeiro ponto de comércio era Matilde. Eram quinze horas de cavalo, de tropa, geralmente, picada, aí botava no trem e ia a Vitória vender, que fazia o tal do “réis”, que até 1930 era o réis que funcionava. Aí ele comprou terras, porque era barato, chegou a ter aqui em volta uns 500 alqueires de terra (GIRARDE, 2018).

A produção agrícola do distrito de Aracê em muito se assemelhava a que ocorria nas colônias. Produzia-se quase tudo o que se precisava para a subsistência e um produto para a venda no mercado para obter o dinheiro. Diferentemente de grande parte do Estado do Espírito Santo, não foi o café o produto de venda, mas a farinha e o feijão. Dentre os entrevistados, apenas um acrescentou a venda do toucinho, da banha e da linguiça.

5.3 - COMÉRCIO

Os fluminenses, segundo as entrevistas realizadas com os seus descendentes, já realizavam comércio através de tropas, antes de vir para o distrito de Aracê e continuaram exercendo essa atividade após se estabelecerem na localidade. Segundo a entrevistada Maria Batista Costa: “Então eles vieram todos para São Rafael, na época eles tinham uma tropa, os escravos foram livres, não sabiam o que fazer e eles vieram em tropa [...]” (COSTA, 2018).

A continuidade da atividade de tropeiro é constatada em outra entrevista, da senhora Elvira Batista Trabach Lima:

Mas acho que isso só pode ser aqui, não havia estrada pra condução nenhuma, era de cavaleiro, o meu pai era tropeiro, o Manoel João Batista (LIMA, 2018).

Manuel João Batista, aí ele tinha tropa, eles rodavam isso aqui, Manuel Angelino ele tinha tropa. Eu sei que eles tinham tropa, ela, ela trabalhava aí em Afonso Claudio, essa região pra cá do Araguaia até Marechal Floriano, batia essa carga lá. Vinha de Afonso Claudio ainda fazendo parada nesse meio, como Lajinha. A gente tinha coisa que eles bateram rancho lá para chegar, dali vinha para Araguaia, isso mesmo, vinha para Araguaia. Ia, eu não sei como, se de uma marcha só, chegavam em Marechal Floriano, a chegada deles era Marechal Floriano, lá era onde eles batiam essa carga (LIMA, 2018).

Rafael Bickel, descendente de alemão, italiano e cearense, dá mais informação sobre o comércio da região, apresentando a rota que seguia para Domingos Martins, a sede:

Aqui meu pai comprava sempre em Rapadura, lá onde ele nasceu, ia comprar lá. Depois as coisas foram crescendo e já passou a comprar aqui, ali em Nossa Senhora do Carmo, já tinha um ali, o Manuel Uliana, outro lá em Lajinha também que morava lá, era tudo longe, ele morava lá, comprava lá (BICKEL, 2018a).

Descia, aqui, Lajinha todo mundo que vendia para a casa, o lote de burro levava para Domingos Martins para lá. Lombo de burro (BICKEL, 2018a).

Entre os italianos, a dinâmica da comercialização era a mesma, mas os locais escolhidos para vender os produtos, nos primeiros tempos de ocupação eram diferentes. Conforme a entrevista de Maria Bassani Bleidorn,

Tinha o Afonso Uliana, eles carregavam milho, feijão, farinha, tudo, levava para a tal de Araguaia. Tudo ia para Araguaia. Eu tinha 10, 11 anos quando a tropa era ali, eu lembro um pouquinho. Eles faziam isso há muito tempo. Trazia sal, açúcar, querosene, esses trem, e trazia para o Afonso Uliana, ali perto da igreja (BLEIDORN, 2017).

O meu pai, Carlos Bassani, tinha tropa, o tio Constante e tio Antônio, que eram irmãos dele, trabalhavam juntos. Da tropa deles eu não lembro muito, lembro mais da tropa dos Uliana. Um monte de burrinho com as cangaia e as bolsas. Eles não iam daqui até Araguaia de uma vez só, porque os burros não aguentavam. Eles faziam até a metade da estrada, dormiam lá nos barracos, tiravam as cangaia, soltavam os animais no pasto e dormiam em cima do couro. Levava mais de um dia para chegar lá (BLEIDORN, 2017).

Assim descreve o comércio a entrevistada Adelcisa Bassani Grecco:

Isso. Feijão. Eles tinham os burros, os animais, você sabe o que é cangaia? Tinha aquilo, borça, você sabe o que é? Enchiam os sacos, enchiam aquelas bolsas,

pendurava nos burros, que tinham cangaia, você sabe o que é? O feijão ia para Araguaia. Um comerciozinho pequeno, comprava assim o que levava, feijão (GRECCO, 2017).

Não! Carne não. Não tinha para levar. Aí eles começaram a levar criação, galinha, porco, foi tudo ali, eles tinha com o que comer. Não vendia não, era para comer. Feijão também, milho também, começou a trabalhar assim (GRECCO, 2017).

Café não. Ninguém. A minha avó nunca falou isso do café e nem tomava café. Eles vieram tomar aqui no Brasil, lá na Itália não tomava café, então o café deles era um copo de vinho. Todo dia de manhã tomava um copo de vinho. Começaram a tomar café aqui no Brasil, mas foi difícil deles acostumarem. Eles gostaram sempre de vinho. Plantavam uva, plantaram fruta, foram construindo, não é? Plantando, colhendo, vendendo (GRECCO, 2017).

[Entrevistador: Eles fizeram vinho aqui no Brasil?]

Hum! Deixa eu ver! Sim. Eles botavam os cachos de uva num barril. Você sabe o que é barril? Botava os cachos de uva ali e deixava, agora não sei quantos dias, depois eles tiravam e colocavam num saco próprio para coar, depois eles botavam num litro e deixava aí. Era o vinho (GRECCO, 2017).

[Entrevistador: E o trigo para fazer o pão?]

Não sei. Minha avó nunca falou. Ela falou que eles tomavam um copo de vinho, agora o que eles comiam de manhã... acho que talvez falou, mas não lembro (GRECCO, 2017).

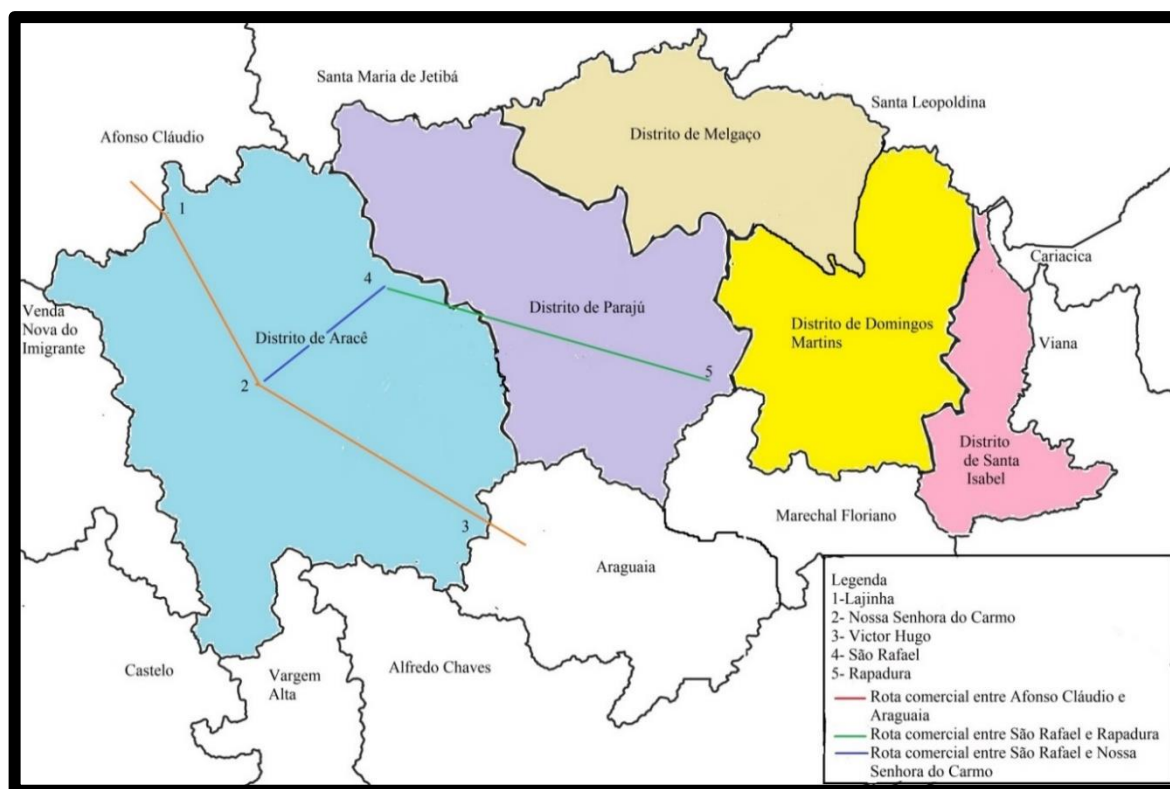
Sobre o itinerário das tropas, esclarece o entrevistado Valdir Antônio Uliana:

Passavam. Ou vinham por ali ou iam para Castelo. A maioria das tropas de Venda Nova ia para Castelo. Os que vinham ali eram de Afonso Cláudio. Vinham para ali, arranchavam no primeiro dia e no segundo dia arranchavam em Vitor Hugo, no terceiro dia chegava a Araguaia. Papai, por exemplo, trabalhou muito tempo na tropa, ali com meu avô. Saía de Pedra Azul, vinha até Vitor Hugo e iam para Araguaia, dois dias de viagem porque os animais tinham que descansar (ULIANA. V., 2018).

A partir dos relatos, foi elaborado um mapa (ILUSTRAÇÃO 29 – Mapa - Rotas comerciais do distrito de Aracê), contendo a rota narrada por Rafael Bickel, que lembra que as relações comerciais eram realizadas entre a comunidade São Rafael e a comunidade de Rapadura e, depois, passou a ser com a comunidade de Nossa Senhora do Carmo. O senhor Valdir Antônio Uliana e a senhora Elvira Batista Trabach Lima recordam de trajeto semelhante do comércio realizado com tropas que, vindas de Afonso Cláudio, atravessavam o distrito de Aracê e seguiam para Araguaia, onde desde 1902 já havia estação de trem (APEES, 2019).

Araguaia e Marechal Floriano vão se tornar um só município com o nome de Marechal Floriano em 1991 (SANTOS et al, 1992). Assim, a rota apresentada pela senhora Elvira e pelo senhor Valdir se refere ao mesmo trajeto com chegada à estação de trem.

ILUSTRAÇÃO 29 – Mapa - Rotas comerciais do distrito de Aracê



Fonte: Mapa elaborado por Maine Batista e Márcia Regina Batista

Para a confecção da Ilustração 29 (Mapa – Rotas comerciais do distrito de Aracê), foram utilizadas informações constantes no mapa intitulado “Limites e divisão política”, extraído do livro “História, Geografia e organização social e política do município de Domingos Martins” (SANTOS et al, 1992). O mapa apresenta a divisão política do distrito de Aracê em 1990.

5.4 - HERANÇA

Segundo Nara Saletto (1996a), os imigrantes e seus descendentes encontraram maneiras próprias de passar a sua herança. Os filhos mais novos herdavam a propriedade dos pais, enquanto os outros filhos recebiam as propriedades formadas durante a vida do pai. As filhas não recebiam terras. Os alemães costumavam passar as novas terras quando os filhos se casavam. Já entre os italianos, as terras compradas permaneciam em nome do pai e era dividida em ocasião de sua morte. Esse modo de divisão de herança é confirmado em algumas entrevistas. A senhora Ozília Trabach Bickel afirma que não recebeu nenhuma propriedade de herança.

Do meu pai! Nada! Nada, nada, nada. Foi tudo para os meninos homem. Depois que meu pai morreu, ele morreu lá aonde nós fomos nascidos mesmo. Eles venderam tudo, foi até para Filinto, para o Arlindo Filinto que eles venderam. Aí eles falaram que quando vendessem então dividiria um pouco, aí eles não dividiram não. Também nós nem estamos querendo questão, porque nesse tempo era todo mundo bobo. Ninguém ligava para nada, porque hoje em dia ninguém faz isso mais, pode ser rico e tudo, mas ninguém faz. Aí veio aqui conversou, a [...] [dona do cartório] que assinava tudo, ela veio junto, se nós déssemos a palavra que podia vender, e podia assinar aí falou: O senhor pode ficar, mais só se ela der a palavra, e era uma lugarzada, Nossa Senhora, quem comprou ficou rico, rico, naquele lugar, só nas pedras. Quebrando as pedras levando e vendendo e vendendo, aquelas pedras que faziam gosto, mas nós não temos nada (BICKEL. O., 2018).

Sobre o dote, acrescenta a mesma entrevistada: “Umas coisinhas, coitadinho, porque ele não tinha, né, uns trezininhos de cama, uns lençolinhos, pouca coisa. Começamos a girar a vida aqui mesmo depois que eu casei, foi depois” (BICKEL. O., 2018).

ILUSTRAÇÃO 30 – Foto - Ozília Trabach Bickel e Márcia Regina Batista



Fonte: Acervo nosso

Outra entrevistada, Elvira Batista Trabach Lima, reforça a ideia de que as mulheres não tinham direito à herança:

Eu não recebi herança nenhuma, irmão meu eu não sei dizer. Parece que irmão homem recebeu, os dois. Então esses que moravam na terra de meu pai, moravam lá dentro e tem uma irmã também que é doente, é a mais nova de tudo, ela é solteirona,

então ela mora com eles, moram dentro do terreno que era de meu pai (LIMA, 2018).

Já em conversa com o entrevistado Gomercindo do Rosário, ele discorda que as mulheres não tinham direito à herança e narra alguns acontecimentos nos quais as mulheres tiveram sim direito a terra:

Não! Ele comprou, ele comprou isso aqui, quando ele comprou esse aqui ele deu aquele lá pra o outro irmão meu, Manoel Batista, deu aquele lá. E o Manoel Batista o que ele fez, vendeu lá para os Bicker. Foi para o Simmas, Alfredo Simmas, esse passou para o Zé Bicker. Vendeu lá e comprou um sítio aqui, pertinho. A mulher dele, ele casou com a filha de Antônio Arosa Sales. Aí ele agarrou, quando ele casou o homem deu um terreno à mulher dele, ficou tudo junto. Ficou com dois terrenos junto, o de cima e o de baixo (ROSÁRIO, 2018).

[Entrevistador: Mas ele deu um terreno para a sua cunhada, na época não dava terreno para as filhas quando casava?]

Não, não, aqui toda a vida tinha parte sim porque herdava. Da terra que meu pai me deu, tinha uma... uma... minha... eu ganhei, dei um pedacinho de terra para ela também, só que eu dei pouco, ficou magoada comigo, queria mais, dei para ela e queria mais, se eu gastei para fazer a casa para eles e eles queriam mais. Garrou, botou fora, perdeu tudo, ela morreu, quando ela morreu perdeu tudo o que tinha, vendeu, barganhou, acabou tudo o que ele tinha. Então sempre vai ganhar, se o terreno for medido, minha filha, todos eles têm parte. Todos eles têm parte (ROSÁRIO, 2018).

O terreno for medido, se o terreno for medido, pode fazer o que for, a parte dela ela tem. Não! Se for medido tem parte! Se o terreno for medido. E o caso foi medido tinha a parte dela, se não for medido pode dar para quem quiser. Eu, meu pai me deu, ficou todo mundo colocado, eu fiquei com a melhor parte, mas ficou meu pai e minha mãe e duas irmãs, ficamos em cinco, papai morreu, mas morreu com qualidade (ROSÁRIO, 2018).

O entrevistado Rafael Bickel revela também um caso em que a mulher recebe terra como herança.

Papai veio com minha mãe, eles moravam lá, para baixo de Paraju, lá em Rapadura, aí o pai de minha mãe tinha comprado um terreninho aqui, nem papai nem mamãe tinha terra, aí o pai de minha mãe doou o terreninho. José Bickel casou com essa mãe nossa, o pai dela deu terra para ele, mudou para cá e nós nascemos todos aí (BICKEL, 2018a).

Mesmo narrando um fato em que a mulher recebe herança, Rafael Bickel observou que, em muitos casos, a mulher não tinha direito à terra: “Herança era difícil pai dividir com filha, mas com os filhos repartia tudo, mas dos anos para cá, então divide com todos, mas as meninas, mulher, era difícil ganhar herança” (BICKEL, 2018b).

Entre os descendentes de italianos, sucedia processo semelhante ao ocorrido entre os descendentes de imigrantes alemães em que a herança era dada em especial para os filhos homens. A senhora Linda Peterly Uliana e o senhor Afonso Uliana oferecem mais informação sobre a questão. A filha, Terezinha Lindaura Uliana, estava presente quando da entrevista e complementou a informação:

Os homens recebiam a herança (ULIANA, L., 2018).

As mulheres, não. Meus pais foram os primeiros que passaram de maneira igual para homens e mulheres. Quem era mulher ganhava dote, uma maquininha de costura, e às vezes, um dinheirinho quando casava. Os homens ficavam com as terras e os cavalos, porque não tinha carro na época. Depois foi mudando (ULIANA, T., 2018).

Quando tivemos os filhos, começamos a conversar. Eu falei: “Olha! A lei é essa, só os homens, mas nós, seja filho homem ou mulher, a herança é igual para todos”. E foi o que fizemos. Deram parabéns para a gente porque dividimos. Falavam assim, fizeram tudo certinho, tanto homem quanto mulher. Graças a Deus não faltou nada para ninguém (ULIANA, L., 2018).

Mas papai, para fazer nota da herança para as mulheres, moças... [interrompido] (ULIANA, 2018)

A gente tem livro aqui, não sei se o Valdir já levou, está anotado lá: Vai se casar fulana Uliana Girarde e vai levar como herança..., tudo anotadinho. Tudo assinado (ULIANA, T., 2018).

Quatro lençóis, dois cobertores, aquela história que horror, quatro tecidos para fazer vestido, eu me lembro, eu vi (ULIANA, L., 2018).

As entrevistadas Ozília Trabach Bickel e Elvira Batista Trabach Lima que são, também, descendentes de alemães afirmam que não tiveram direito a terras. Já na terceira e na quarta entrevistas, realizadas com o senhor Gomercindo do Rosário e com o senhor Rafael Bickel, os entrevistados citam casos nos quais as mulheres foram contempladas com a posse de terra. Entre os descendentes de italianos, nos primeiros anos de ocupação, também as mulheres ficavam excluídas desse direito. Ao que parece, a herança feminina era mais facilmente recebida quando a família paterna era formada por imigrantes nacionais.

5.5 - RELIGIOSIDADE

Durante o Império, a religião oficial do Brasil era a Católica Apostólica Romana, sendo que a Constituição do Império (1824) determinava que as outras religiões seriam permitidas em cultos domésticos ou em locais apropriados, desde que esses não apresentassem nenhuma característica externa que denunciasses sua prática. A partir da Proclamação da República (1889), o Estado brasileiro passa a ser laico (RAASCH, 2010).

Nas comunidades de São Rafael, Cristo Rei, Alto Jucu, Corrêgo Dantas e Barcelos, comunidades que, a princípio, foram as primeiras a serem ocupadas por imigrantes e onde foram realizadas as entrevistas para este estudo, existe a predominância da Igreja Católica, sendo esta frequentada por descendentes de alemães e nacionais. Próximo a essa região, em localidades como Tijuco Preto, a fé luterana é bem expressiva, mas não parece haver atrito entre as duas localidades por causas religiosas, como é possível conferir no relato de um entrevistado:

Os alemães que vieram já eram católicos. Essa igreja é nova, é de 1956, nós fizemos ela, agora as outras era uma casinha de tábuas no morro e tiramos de lá e trouxemos para baixo, fizemos uma e acabamos com aquela e fizemos essa. Luterano só para o lado do Tijuco⁵⁸ tem muito. Aqui não. Aqui tem quase nenhum (BICKEL, 2018a).

A gente pode dizer que quase junto, vem pra cá, vão pra lá. Tem festa no Tijuco vamos lá, tem festa vem para cá (BICKEL, 2018a).

A entrevistada A. traz um pouco mais de informações sobre a construção das sucessivas igrejas católicas até chegar à atual.

Segundo as informações que eu tenho, quando se formou a primeira igreja, ela era feita de estuque, carregaram a areia e o barro de longe para construir a igreja. Depois já desmancharam (A, 2018).

José Bickel, Arestiano Batista, já são todos falecidos hoje e seu Anestor Simmer, já falecido, foram os que começaram a construir a primeira igreja da comunidade de São Rafael (A, 2018).

Eu não posso te informar de onde vieram, se eles já nasceram... se eram moradores daqui, sei que eles foram os que primeiro construíram. Construíram outra igreja, na época não existia estrada, pegaram as coisas ou nas costas ou através de animal, burro, da tropa, puxava o material para construir a outra igreja. Essa foi construída mais com pedra, com entulho também e as madeiras que usavam. Aí depois já passou para seu Simmer, já falecido, seu Alfredo Simmer e os filhos de seu José Bichel, também já falecido, que continuavam trabalhando na igreja e construíram essa outra e depois também já ficou ruim e construíram outra e já foram outros filhos mais novos. Essa outra igreja é essa que se mantém até hoje (A, 2018).

⁵⁸ Tijuco Preto, comunidade do distrito de Ponto Alto, município de Domingos Martins.

ILUSTRAÇÃO 31 – Foto - Igreja de São Rafael



Fonte: acervo nosso

A igreja de São Rafael foi por muito tempo a única para atender aos moradores da localidade. Assim a descreve a senhora Elvira Batista Trabach Lima:

Já é antiga, já é antiga, meus pais levavam a gente lá, a gente não aguentava andar, ele carregava a gente no colo, quando tinha uma missa, a missa era muito cedinho, quando a gente chegava lá, a missa já estava começada, saía daqui de madrugada dentro daquela mata, para a gente chegar lá era um medo que a gente passava, mas nós íamos na missa lá em São Rafael. Acho que dava mais de hora (LIMA, 2018).

Também sobre a igreja, ficaram os relatos dos casamentos, inclusive entre católicos e luteranos:

Os padres, a primeira paróquia aqui era Santa Isabel, eles vinham lá de Santa Isabel, a cavalo, andavam tudo isso aqui a cavalo. Os padres vinham, faziam os papéis, ia de volta para Santa Isabel e ficava marcava o dia. Então o padre vinha e fazia os casamentos, não é igual hoje. Casava 4, 5, 10, o que tivesse casava tudo. Uns roubavam antes de casar. As moças namoravam, namoravam, quando o pai de manhã cedo, quando acordava, cadê elas. Depois o padre fazia os papéis e depois casava. Fazia um barulho danado. Era obrigada a casar. Aqui é católico, mais de 100 anos que aqui é católico. Luterano, Tijuco Preto, aqui tem uns gatos pingados, que casou às vezes com um luterano. Aqui dentro é católico mesmo (BICKEL. A., 2018).

Tinha algum, que às vezes, quem era católico virava luterano e luterano virava católico, trocava (BICKEL, 2018b).

Tem uma turma de Trabach, que morava no Ribeirão, é de outros Trabach. Nós somos casados com os Trabach do Jucu. São Trabach que não são nem parentes. Uma turma para lá e uma turma para cá. Aí morava lá no Jucu, nos casamos com nossas mulheres e viemos para cá. Era católico também, tudo ali era católico (BICKEL, 2018b).

Em entrevista com os descendentes de italianos, Adalcisa Bassani Grecco também faz relatos sobre a igreja:

A igreja São José cabia umas quatro ou cinco pessoas, capelinha pequeninha. Vinha gente de fora, tinha celebração dia de domingo. Quando o padre vinha era a cavalo. Porque o pessoal ia rezar todo domingo, igual aqui, não é? (GRECCO, 2017)

[Genro: Naquela época passava quatro, cinco até seis meses para o padre vir.]

Passava mais (GRECCO, 2017).

[Filha: Onde mãe casou?]

São Floriano (GRECCO, 2017).

O entrevistado Valdir Antônio Uliana possui arquivos sobre a história da Igreja de São Sebastião, e relata:

Meu avô era uma pessoa muito organizada. Eu tenho aqui os livros da igreja, da comunidade, isso aqui era tipo um registro que meu avô ia escrevendo. Aqui era uma contabilidade que ele recolhia dinheiro dos imigrantes para depois mandar para Santo Antônio de Pádua. Mandava porque os imigrantes normalmente, quando eles vieram, eles passavam em Pádua para serem consagrados ao santo que eles clamavam (trecho sem compreensão) aí eles continuaram o costume aqui de receber o dinheiro. Recebeu tanto de cada um. Meu avô recolhia isso, mandava para o Rio de Janeiro e era remetido para lá (Itália)⁵⁹ (ULIANA, 2017).

As igrejas são o seguinte, eles tinham a primeira igreja, as famílias faziam a sua igreja ali. Lá embaixo tinha a igreja de São José, ali onde tem as cabras. Onde tem o queijo, onde tem o negócio, na BR, entra ali na Josy e na Maria, ali era São Jorge, tinha uma igreja de São Jorge. Nos Bravim, próximo ao lago, era Nossa Senhora da Conceição. Cada um tinha uma igreja, sua com comunidadezinha. A primeira igreja que congregou todo mundo foi à igreja de São Sebastião, essa que está aí é a terceira construção, no mesmo lugar (ULIANA, 2017).

No centenário da comunidade São Sebastião do Aracê, foi produzido um pequeno livro, escrito por Valdir Antônio Uliana, contando os cem anos de história da igreja. Segundo Uliana V. (2018), as famílias italianas que vieram para a região de Pedreiras eram muito

⁵⁹ Observação nossa

católicas e mantinham o costume de rezar diariamente. Assim, os moradores começaram a erguer, em suas propriedades, pequenas capelinhas e dedicar esses santuários aos seus santos de devoção.

Na propriedade de Jorge Uliana, havia uma capela dedicada a São Jorge; na propriedade de Pedro Bravim, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, e nas terras de José Poli se ergueu uma em homenagem a São José. Em algumas ocasiões, as famílias se encontravam para rezar umas nas capelas das outras, e já se percebia a necessidade de construir uma igreja que unisse toda a comunidade. Ainda segundo Uliana V. (2018), consta que, nos livros da Paróquia de Santa Isabel, em 16 de agosto de 1915, o padre Andre Franzen, batizou os sete primeiros moradores da localidade de Pedreiras. A partir dessa época, padre e missionários passaram a fazer visitas mais frequentes à comunidade.

Em 1918, a febre espanhola chegou à região, vinda com os soldados que foram servir o exército por ocasião da Primeira Guerra Mundial, o que levou à morte muitos moradores. Durante as visitas de consolo feitas pelos padres, São Sebastião passou a ser invocado por ser o Santo protetor contra a peste. Agradecidos com o fim da doença, decidiu-se erguer a igreja e dedicá-la a São Sebastião (ULIANA, V., 2018).

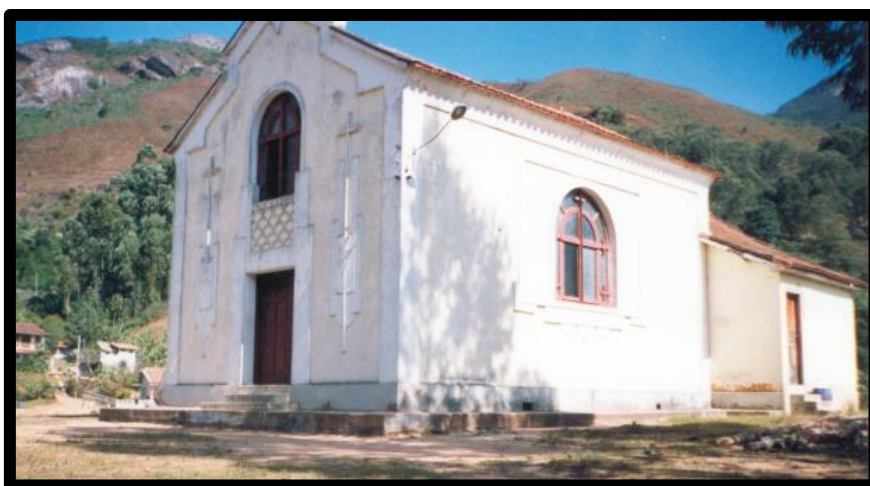
ILUSTRAÇÃO 32 - Foto - Primeira igreja da comunidade de Aracê



Fonte: acervo Valdir Antônio Uliana

Depois de algum tempo, foi necessária a construção de outra igreja, no mesmo lugar da primeira. A segunda Igreja teve a sua construção iniciada em 1948. O altar da segunda igreja, que permanece na terceira construção, é obra de Joanim Uliana.

ILUSTRAÇÃO 33 – Fotos – Segunda igreja construída na comunidade de Aracê e altar



Fonte: acervo de Valdir Antônio Uliana

A terceira igreja da comunidade de Aracê foi construída em 1996 e mantém o altar da segunda igreja até hoje.

ILUSTRAÇÃO 34 - Foto – Terceira igreja da comunidade de Aracê



Fonte: acervo nosso

A religiosidade tem papel importante na vida da população do distrito Aracê desde sua fundação. A história das igrejas que iniciavam pequenas e com estrutura mais simples, evoluindo para construções elaboradas, está presente em muitas narrativas. A proximidade com comunidades de fé luterana, como exemplo, Tijuco Preto, segundo as narrativas, sempre ocorreu de forma pacífica, sendo lembrados inclusive casamentos entre pessoas de denominações religiosas diferentes.

5.6 – DOENÇAS

As primeiras gerações que ocuparam o distrito de Aracê, na região que margeava a Estrada Imperial, sofreram com várias doenças. Entre as epidemias que permaneceram na lembrança dos moradores estão: a febre amarela, a varíola, a gripe espanhola, a febre tifoide e a lepra. Essas doenças lembram sofrimento e muitas mortes.

Uma das mais importantes transformações ocorridas no século XX foi a transição demográfica. Melhores condições de vida resultaram em maior duração de vida e em modificação do padrão de mortalidade. Ao reduzir as taxas de mortalidade, observa-se também a mudança no perfil da mortalidade, que deixa de ser motivada por doenças infecciosas, passando a predominar as doenças crônico-degenerativas e também as mortes violentas. A passagem da sociedade de agrária para urbano-industrial se reflete na evolução da estrutura familiar, que deixa de ser numerosa e passa a ser nuclear (CASTIGLIONE, 2009).

O século XIX encontrou o Espírito Santo com pouco mais de 20.000 habitantes. A chegada de imigrantes europeus na segunda metade do século XIX e a elevada taxa de fecundidade dos seus descendentes fizeram, com que a população apresentasse as maiores taxas de crescimento da história: entre os anos de 1856 e 1872: 3,27%; entre 1872 e 1890: 2,84%; entre 1890 e 1900: 4,43%; e entre 1900 e 1920: 3,97% (CASTIGLIONE, 2009).

Segundo Saletto (1996a) e Almada (1993), também contribuiu para o crescimento populacional a imigração interna, em especial de mineiros, fluminenses e nordestinos. Para Castiglione (2012), o processo de queda de mortalidade começa a ocorrer no Brasil a partir do início do século XX, e o declínio da natalidade a partir de 1960.

Tendo como referência o levantamento feito com entrevistados (ver APÊNDICE A), quando perguntados sobre qual a idade e a causa da morte dos pais, observou-se que os óbitos ocorreram entre 75 e 102 anos, sendo: seis pessoas na faixa dos 70 anos, dez pessoas na faixa dos 80 anos, quatro pessoas na faixa dos 90 anos e uma pessoa acima de 100 anos. As causas das mortes: idade avançada, derrame, câncer, acidentes (queimadura de gasolina e queda), morte súbita, hérnia, insuficiência renal, Acidente Vascular Cerebral (AVC), infarto, enfisema e úlcera.

No século XIX, as epidemias de febre amarela, varíola, malária, cólera e outras doenças se espalharam pelo Brasil sem exceção, trazendo medo e causando a morte de muitas pessoas. Esses surtos tiveram como desencadeadores a presença militar e comercial inglesa no Oriente, o surgimento da navegação a vapor, as mudanças climáticas e as mutações de embriões, assim como a maior urbanização e aglomeração urbana vivida na Europa (FRANCO, 2015).

Muitas doenças atormentavam a população, como febres intermitentes, coqueluche, sarampo e diarreias, mas nada disso era comparável aos sofrimentos causados pela febre amarela, pela varíola e pelo cólera, na segunda metade do século XIX. As mortes ocorriam mais devido à falta de assistência médica, falta de alimentação adequada, esgotamento físico, do que pela gravidade da doença (FRANCO, 2015).

A febre amarela teria chegado ao Brasil em 1849, supostamente vinda de Nova Orleans. A varíola teria penetrado no continente americano com os conquistadores espanhóis, em 1520, e chegado ao Brasil em 1666. Os sintomas da varíola seriam: mal intenso, prostração, dor lombar, cefaleia e febre, e duravam de dois a cinco dias, depois surgiam as erupções na pele que deixavam marcas, daí a doença ser conhecida por bexiga (FRANCO, 2015).

O século XX foi cenário de uma pandemia aterradora. A gripe espanhola teria chegado ao Brasil por volta do mês de setembro de 1918, em tripulantes do navio inglês Damerara, que estava vindo de Lisboa. Os tripulantes doentes desembarcaram no Recife, em Salvador e no Rio de Janeiro, espalhando o vírus pelas cidades. Nesse mesmo mês, o navio brasileiro de missão médica chegou ao porto de Recife com soldados doentes. A doença se espalhou de norte a sul do Brasil. Se inicialmente o problema se concentrava em cidades litorâneas, logo a doença atacou todas as localidades brasileiras (FRANCO; LOPES; FRANCO, 2016).

Em princípio, a gripe espanhola chamava menos atenção que o cólera, a tuberculose ou o tifo, que também estavam presentes durante a Grande Guerra. A doença só despertou a atenção do Governo brasileiro quando a esquadra médica enviada para dar apoio aos aliados, que estava no porto de Dacar, teve seus tripulantes acometidos pela doença (SILVEIRA *apud* FRANCO; NASCIMENTO; SILVEIRA, 2015).

Inicialmente, conforme Serres (*apud* FRANCO; NASCIMENTO; SILVEIRA, 2015), no Brasil, a lepra era caso para ser cuidado por filantropia leiga ou religiosa, segundo bibliografia do período colonial. No século XIX, o poder público começou a atuar de maneira tímida em relação a essa doença construindo alguns lazaredos. Decretada a sua notificação compulsória, exigia-se o isolamento domiciliar do doente, enquanto não houvesse Colônias estabelecidas. Em 1935, foi elaborado um plano nacional de combate à lepra que previa a hospitalização de todos os pacientes, o que dependia da construção de hospitais de isolamento. No início do século XX, o tratamento da lepra era feito com a chalmoogra, que era distribuída pela saúde pública, mas não chegava a todos os doentes, que acabavam procurando formas leigas de se tratar (SERRES *apud* FRANCO; NASCIMENTO; SILVEIRA, 2015).

No século XIX, um dos poucos diagnósticos feitos no Brasil da febre tifoide ocorreu em 1851, realizado pelo médico dinamarquês Teodoro H. Langgaard (1813-1883). Tempos depois, os médicos paulistas começaram a identificar essa doença como um tipo de malária (febres tifo-maláricas, febres remitentes etc.). Essa doença também ficou conhecida como febre paulista por fazer grandes estragos na capital desse estado (BENCHIMOL; SÁ; RONALD, 2004).

A febre tifoide, causada pela bactéria *Salmonella typhi*, é uma doença que tem relação direta com problemas sociais e econômicos de uma população. Essa doença, também conhecida como “a doença das mãos sujas” é infecciosa aguda. Os sintomas são febre alta e prolongada, cefaleia, aumento do baço, dor abdominal, diarreia ou obstipação. Pode haver perfuração do intestino, toxemia e levar a óbito (ARRUDA, 1997).

Sobre as doenças que mais marcaram a vida dos primeiros moradores do distrito de Aracê, seguem-se relatos do entrevistado Rafael Bickel:

Febre amarela? Não! Eu só ouvi mamãe falar naquele tempo da febre amarela, no nosso tempo não voltou, não voltou mais. Contava que quem ela pegava, morria. Quanta gente morreu de febre amarela. Deixava separado, deixar separado, pegava e matava mesmo (BICKEL, 2018a).

Nós temos (falando mais baixo) um irmão morto, mas não foi da febre não, foi de outro problema. Morreu muita gente de febre amarela, morreu (BICKEL, 2018a).

A presença da febre amarela e o relato da gripe espanhola e da varíola aparecem misturados na entrevista da senhora Elvira Batista Trabach Lima:

Ouvi falar. Ouvi falar na febre amarela, aí meu pai mesmo ele tinha uma tal espanhola que eu não sei. Pois é, essa aí eu não conheci, graças a Deus, mas meu pai fez promessas para essas doenças (LIMA, 2018).

[Fala da nora: Pegou na mãe da senhora]

Pegou, a espanhola pegou minha mãe e teve mais pessoa aqui que não é de longe, e ali dos Filinto, a mãe deles deu aquilo, mas aquela diz que estava com bexiga, eu não sei como era, ela ficou com o rosto, com a pele toda mascaradinho e tem outra pessoa também nesse Córrego Dantas, Córrego de Brejo que a gente tratava aí, o pai dela também teve a doença, o rosto era todo mascaradinho [...] bexiga é isso aí (LIMA, 2018).

E então essas pessoas, as que escaparam minha filha, vou contar para vocês o que eu vi, falar que escapou, que minha mãe que contava, escapou o Antônio Dias, a mãe dos Filinto, mas quase que morreram, e essas outras doenças todas, febre amarela foi coisa que deu por aí. Matou gente (LIMA, 2018).

No tempo da minha mãe, ela tinha a gente pequenininha, né, então eu fui desmamada com três meses porque bateu essa febre nela, ela não pode mais amamentar (LIMA, 2018).

A presença da lepra na comunidade foi obtida numa segunda entrevista com o senhor Rafael Bickel que, na ocasião, estava em companhia de seu irmão, Antônio Bickel, que participou da entrevista:

Naquela época a doença mais perigosa que falava era a lepra, a febre amarela. Quando dava lepra numa pessoa, ela era separada, quase ninguém ia lá tratar com medo de pegar, depois foi desaparecendo (BICKEL, 2018b).

Teve uma vez que fecharam as estradas para ninguém passar, fazia rancho mesmo. Porque pegava mesmo, porque não tinha médico, hospital, não tinha nada. Doença triste. Teve caso de lepra aqui, de primeiro tinha (BICKEL, A., 2018).

Eu ouvi falar, não sei como era tratada, na roça. Quando pegava lepra, até para visitar era difícil (BICKEL, 2018b).

ILUSTRAÇÃO 35 - Foto - Rafael Bickel, Márcia Regina Batista e Antônio Bickel



Fonte: acervo nosso

Dentre as formas de tratamento das doenças, segundo relatos da entrevistada Maria Batista da Costa, as primeiras famílias permaneceram durante algum tempo recorrendo aos conhecimentos dos indígenas:

Da minha bisavó eu não lembro o nome, porque eu nunca tive curiosidade. Meu pai me contava que eles curavam as febres com coisa de índio. Minha avó furava um buraco no chão, botava fogo, quando tinha um doente com febre, botava fogo lá dentro do buraco, depois eles tiravam o fogo e deixava a terra quente, botava o doente dentro do buraco, tampava de folha, deixava duas a três horas, depois eles já vinham com as cobertas, enrolava e deixava dentro do quarto, era isso o tratamento do índio (COSTA, 2018).

Entre os italianos também estão guardadas na memória tentativas de cura utilizadas pela comunidade, já que os mesmos não tinham acesso a rede de saúde.

Eu sei que a febre amarela matou muita gente, dos tais dos Gerardi, morreu uns cinco ou seis, gente deles, e pegou na minha tia Ana. Pegou em todos. O que curou os que ficaram vivos foi o chá de Macaé. Eles deram chá de Macaé para eles e eles se salvaram. A tia Ana teve. A tia Ana, quem ficou foi... meu Deus... tia Vitória, tia Verônica, todas passaram essa febre. Chá de Macaé que curou elas, assim o pai falava (BLEIDORN, 2017).

Senhor Valdir Antônio Uliana, fala sobre a gripe espanhola:

Eles chamam de febre espanhola, porque veio em 1918. A febre amarela eu não lembro não, a espanhola eu sei que teve da Primeira Guerra. Alguns foram para a Itália, soldados, e voltaram, o meu bisavô, o Pedro Uliana, na certidão de óbito dele tem a causa mortis por influenza espanhola (ULIANA, 2017).

Para comprovar a presença da febre espanhola na região, o entrevistado Valdir Antônio Uliana cedeu cópia do documento de óbito de seu bisavô Pedro Uliana, italiano, morador de Pedreiras (ANEXO J). Abaixo, fragmento com destaque para a causa de morte.

ILUSTRAÇÃO 36 – Fragmentos de documento - Certidão de Óbito de Pedro Uliana

CERTIDAO DE OBITO

CERTIFICO que, sob No. 32 a fls. 80 do livro No. 1 de Registro de Óbitos, encontra-se o assento de Pedro Uliana, falecido aos 29 de dezembro de 19 18 às 02:00 horas, em Pedreira deste distrito, do sexo não consta, de cor não consta, de profissão lavrador, com cinquenta (50) anos de idade, estado civil casado com Antonia Passarella.

Foi declarante Jacomo Uliana sendo o atestado médico firmado Influenza Espanhola que dá como causa de morte Influenza Espanhola. O sepultamento foi feito no cemitério de Santo Floriano do mesmo lugar deste Distrito.

Fonte: acervo particular de Valdir Antônio Uliana

O entrevistado Cirilo Olívio Girarde se lembra da febre tifoide que acometeu seus familiares:

Acho que foi por volta de 1930, toda a minha família aqui morreu um irmão e três irmãs em três meses. Meu avô, ele ficou entre a vida e a morte, ele pesava uns cento e vinte quilos, se reduziu a 40 quilos, pele e osso. Ele ficou quarenta dias entre a vida e a morte. Ele falava, ele contava, ele pegava assim e cruzava os dedos assim na perna, ficou pele e osso. Não morreu por milagre. Aí ele deu uma melhorada, daí uns cinquenta, sessenta dias, como ele precisava fazer roça, foi trabalhar e recaiu, ficou morre não morre. Minha avó teve meu pai também, e teve essa febre também, ela acabou se salvando também. O meu pai foi salvo por uma família negra que morava com ele, que a mulher estava com neném, e deu de mamar ao meu pai, que foi o que salvou, se não ele teria morrido. Ele devia estar na faixa de um ano, um

ano e pouco, porque mamava. Até menos. Tinha morrido. Mas morreu muita gente aqui na região, muita gente. Tinha uns curandeiros que passava, dava uns chás. Hoje em dia é difícil, imagine naquela época. Os que morreram, um era Vitório, irmão do meu avô, uma era Terezinha, Cristina e tinha uma tal de Vitoreta que era criada do meu avô. Dos Girarde morreram três. Era febre amarela, a febre espanhola não chegou a atingir aqui não. Não, febre amarela não, vou lembrar (GIRARDE, 2018).

Meu bisavô não veio como imigrante, ele veio como explorador. O sogro dele já morava aqui na região, escreveu para lá dizendo que se ele quisesse vir para o Brasil aqui tinha muito espaço para crescer. Ele veio em função disso. Tanto é que depois de estar aqui cinco anos ele voltou na Itália para receber uma herança que tinha lá, ele foi lá apanhar. Meu pai teria hoje 100 anos. O nome da febre era tifoide (GIRARDE, 2018).

[Entrevistador: Então, quando ele nasceu foi em 1918, na época da gripe espanhola?]

Mas foi febre tifoide, não era a espanhola não, era a tifoide. Tanto é que eu peguei, você imagine, há uns vinte anos atrás eu acabei pegando a febre tifoide, uma coisa rara. Os médicos que me trataram, eu fui pescar no rio Jucu, de peneira, eles acham que eu peguei ali, é um mosquito que transmite. Peguei aquilo, na época levava uns oito dias para sair o resultado. Eu em oito dias emagreci oito quilos. Tanta febre e dor de cabeça que te dá. Muito mesmo. Fez o exame, quando acusou, o médico amigo da gente aplicou logo o medicamento, primeira aplicação que deu já cessou a febre, aí eu fiquei uns oito dias internado (GIRARDE, 2018).

As moléstias que atingiram o distrito de Aracê, em 1918, são vistas como diferentes doenças na narrativa dos entrevistados: uns as chamam de febre amarela, outros de espanhola e ainda de febre tifoide. O certo é que essas epidemias que ocorreram no distrito de Aracê deixaram profundas marcas na lembrança de sua população.

5.7 - VIDA SOCIAL

Sobre as relações sociais entre os moradores das proximidades de São Rafael, tem-se os relatos da entrevistada Elvira Batista Trabach Lima:

Forró, toda vida teve. Fazia fogueira, chamava a vizinhança, passava uma noite conversando. Às vezes fazia uma broa de milho, um doce de jacatitá colhido na mata, que é um tipo de mamãozinho, fazia o doce do miolo da madeira. O povo comia o doce com broa de milho e ficava até duas horas da manhã (LIMA, 2018).

O senhor Gomercindo do Rosário guarda as seguintes lembranças sobre a interação social das primeiras famílias:

Havia mais união. Morava longe, mas podia confiar. Fazia mutirão para plantar mandioca ou outra coisa, umas vinte pessoas. Havia forró depois do mutirão, comia lá e depois dançava. Broa de fubá e café, dançava a noite toda, sem cachaça (ROSÁRIO, 2018).

Nas memórias do entrevistado Antônio Bickel, os eventos e demais atividades promovidas pela Igreja têm relevância no convívio social:

Todo ano fazia festa na igreja, do padroeiro São Rafael e de Nossa Senhora da Penha. Mutirão para construção da igreja, mutirão para construção da estrada de Paraju (BICKEL, A., 2018).

Entre os moradores da comunidade de Aracê, têm-se as seguintes lembranças: Para a entrevistada Adelcisa Bassani Grecco, a diversão era praticamente os encontros e festas na igreja. Sobre diversão, ela narra:

[...] Nada. Não tinha ninguém para visitar. Era eles só, não é? Depois que começou a chegar os outros. Cada um no seu canto (GRECCO, 2017).

[Entrevistador: E como fazia para namorar?]

Eu sei que meus avós e bisavós vieram casados de lá. Minha avó era muito mais nova do que eu, eu falo assim, minha avó morreu tão nova. Eu tenho 92. Quando ela chegou aqui ela já era casada, ela tinha o Vando Grecco, o Espício Grecco, deixa eu ver quem mais, tem mulher, mas..., não..., acho que os outros já nasceram aqui no Brasil (GRECCO, 2017).

As festas, era como aqui, festa de São Paulo, que é o padroeiro até hoje. Festa de São Sebastião. Era umas festas que o povo ia muito, não tinha muita coisa, eram poucas festas que tinha, cada comunidade tinha a sua festa. O povo ia (GRECCO, 2017).

A entrevistada Maria Bassani Bleidorn lembra também dos leilões promovidos pela Igreja:

Era assim a festa, café, pão, tinha leilão de porco, galinha, de tudo. A cantoria era diferente de agora, não era a cantoria de hoje, era em outra língua, acho que era em latim. Só tinha a festa de São Sebastião (BLEIDORN, 2018).

O entrevistado Cirilo Olívio Girarde fala sobre os mutirões que reuniam os moradores para a realização de benfeitorias na comunidade:

Fazia mutirão, essa rodovia mesmo quem abriu foi o meu avô, Angelo Girarde. Era feita mais a base de mutirão e no enxadão. O nome dessa estrada é Angelo Girarde em homenagem ao meu avô. São sete quilômetros. Ele foi o primeiro que comprou um carrinho, uma camionetinha na época, para trazer esse carro em casa, tiveram que fazer um caminho. Foi o primeiro carro da região, primeira energia elétrica gerada por gerador, foi meu avô quem fez. Primeiro rádio, o rádio era novidade. Também tinha de sábado à tarde juntava algum vizinho para vir assistir (GIRARDE, 2018).

As opções de diversão para a população não eram muito variadas, mas são contadas com nostalgia. Os relatos das festas na igreja, dos leilões e dos mutirões são acrescidos de

comentários, como: “morava todo mundo longe, mas era unido”. Também as festas em casa, os forrós, as fogueiras e as cantorias são invocados como momentos de inocência, com cardápio simples: pão, doce e café. Não havia a presença de bebidas alcóolicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse trabalho só foi possível graças à metodologia de campo utilizada: primeiro exploratória e depois com retorno ao campo. Foi esse contato com a comunidade que forneceu todos os elementos necessários para a construção da história da ocupação e indícios para a busca de documentos que pudessem embasar as memórias que nos foram doadas.

Encontrar os descendentes das primeiras famílias do distrito de Aracê não foi tarefa fácil e requereram horas de aventura em estradas de chão - muitas perdidas em caminhos que pareciam todos iguais: lavouras, pastos, rios, também estradas pavimentadas e pontos turísticos. Os encontros para as entrevistas foram sempre agradáveis com pessoas gentis que nos receberam muito bem. Mas não foi só de entrevista que esse trabalho foi feito, também no caminho havia muitos livros, dissertações, idas ao arquivo público, a cúria e a sites em busca de calçar as memórias com a historiografia e com documentos.

Quando ainda na primeira versão do projeto acreditava-se que o distrito era majoritariamente ocupado por imigrantes alemães e em especial por italianos. Descobrimos que “no Brasil tem brasileiro” e refizemos o projeto. O objetivo desse trabalho passou a ser então; a ocupação do distrito de Aracê, no município de Domingos Martins, situado no estado do Espírito Santo, Brasil, em fins do século XIX e início do século XX, por nativos, imigrantes nacionais e estrangeiros e seus descendentes.

Consideramos que o objetivo do trabalho foi cumprido, ainda que estudos mais aprofundados possam ser realizados no sentido de identificar e quantificar melhor, por exemplo, os retirantes da seca do Nordeste e os descendentes de escravos e, assim, conhecer melhor os passos desses brasileiros que são tantas vezes ignorados, inclusive no processo de colonização do estado do Espírito Santo.

A imagem do vazio demográfico é desfeita com a lembrança de nossos entrevistados em relação à presença de tribos indígena de puris na região. Entre as entrevistas que narram esse tema temos a de Maria Batista da Costa que é uma descendente desses índios e de Adelcisa Bassani Grecco, que lembra, na sua infância, de ver os índios passando na região, o que ocorreu após 1928, que é o ano de nascimento da entrevistada.

Quanto aos caminhos utilizados para a ocupação do distrito de Aracê, foram encontrados cinco rotas que traziam imigrantes tanto do interior do estado e de outras províncias quanto de regiões mais litorâneas, em especial de Santa Leopoldina e Alfredo Chaves. Nesses itinerários, destaca-se a Estrada Imperial São Pedro de Alcântara, que fazia parte de três dos cinco traçados e serviu tanto a nacionais quanto aos descendentes de imigrantes estrangeiros. Os outros dois caminhos foram abertos na mata pelos imigrantes de italianos vindos de Alfredo Chaves. Esses trajetos foram usados por esses imigrantes em busca de melhores terras para se viver e produzir.

Não foi possível precisar a data exata que cada grupo de ocupantes chegou ao distrito de Aracê, mas se sabe que os imigrantes descendentes de escravos que vieram do Rio de Janeiro e os imigrantes retirantes da seca do Ceará de 1888 chegaram à região antes de 1900. Os imigrantes descendentes de alemães, os imigrantes italianos e seus descendentes e os imigrantes descendentes de escravos da região do Castelo chegaram à região já no século XX.

Com a análise do documento do Recenseamento Agrícola de 1920, buscou-se identificar a composição da população proprietária do distrito de Aracê. Como resultado, encontrou-se uma região composta por: nacionais (96 proprietários), seguidos por alemães (79 proprietários) e italianos (62 proprietários), além de famílias proprietárias de origem em outras nacionalidades. Assim, é possível afirmar que, nem na formação e ocupação do distrito de Aracê, nem no censo citado, os italianos constituíam a maioria, como fazem crer os discursos oficiais e até mesmo alguns moradores da comunidade.

As propriedades do distrito Aracê eram terras devolutas e foram ocupadas pelos imigrantes que legitimaram as posses muito tempo depois de se estabelecerem na região. Depois de ocuparem essas terras, começaram a comercialização das mesmas que, no princípio, tinham preços irrisórios e, depois, tornaram-se mais valorizadas à medida que as terras devolutas acabavam.

A agricultura, como na maior parte das colônias do Espírito Santo, era baseada na produção de subsistência e na produção para a venda. Diferentemente de outras regiões capixabas, o café não foi o produto de mercado, e sim a farinha e o feijão e, no caso da família Girarde, também havia a produção de linguiça, toucinho e banha de porco. Eram esses produtos que traziam o dinheiro para as famílias.

Os fluminenses que chegaram à região já estavam habituados ao comércio com tropa e continuaram esse trabalho mesmo depois de se estabelecerem na região. O comércio realizado por eles se dava na rota de Afonso Claudio-Araguaia, chegando a Marechal Floriano. Entre os alemães e cearenses, o comércio era feito, no início, com localidades de onde eles haviam chegado, por exemplo, Rapadura, comunidade do distrito de Paraju, Domingos Martins. Os italianos mantiveram o comércio, também utilizando tropa, com Matilde. Posteriormente todo o comércio convergiu para Araguaia, onde havia estação de trem.

A herança entre os imigrantes e descendentes de alemães e italianos era dada preferencialmente para os homens. As mulheres ganhavam enxoval na medida das posses de seus pais. Entre os nacionais, a herança era dividida de maneira mais igualitária, ou seja, as mulheres também tinham direito à posse da terra.

Os primeiros ocupantes do distrito de Aracê eram, em sua maioria, católicos, tanto os nacionais quanto os imigrantes estrangeiros e seus descendentes. A construção e as atividades da igreja aparecem no centro da narrativa, sendo esse espaço muito usado para a vida social. Havia boa interação entre católicos e luteranos da região. Além das festas na igreja, a sociabilidade se dava em bailes feitos nas casas, roda de fogueira onde se conversava e cantava até de madrugada. O destaque para essa vida social está na ausência de bebida alcoólica, como ressaltam alguns entrevistados.

Muitas doenças afetaram a vida dos primeiros moradores e seus descendentes, trazendo sofrimento e morte pela escassez ou inexistência dos recursos em saúde. Entre as doenças citadas estavam: a febre amarela, a gripe espanhola, a lepra, a febre tifoide e a varíola, embora os entrevistados não fizessem uma clara distinção entre elas.

O nosso trabalho se deve, em grande parte, às informações obtidas no trabalho de campo. Das vinte uma pessoas entrevistadas nos anos de 2017 e 2018, quatro faleceram antes da conclusão da dissertação. Perdida a memória, a história dos que não deixaram registro se perde para sempre.

O século XXI vai encontrar a região do entorno da Pedra Azul com pequeno centro urbano oferecendo uma boa variedade de comércios e bancos. A região oferece boas opções de hotelaria que vão desde grandes redes até pequenas pousadas familiares em sítios, assim como

bons restaurantes, cafeterias, chocolaterias e a recém-inaugurada cervejaria artesanal que atende ao turista com maior poder econômico. No entanto, a região de São Rafael ainda não está usufruindo desses benefícios.

A diferença de desenvolvimento entre as duas comunidades, Pedra Azul e São Rafael, deve-se, em grande parte, à construção da Rodovia Federal Costa e Silva, a BR 262, no trecho próximo ao maciço rochoso da Pedra Azul. A rota da rodovia foi evitada por muito tempo por suas pedras, sendo necessária, durante a obra, a construção de um viaduto para alcançar Venda Nova do Imigrante.

Acreditamos que o desenvolvimento da comunidade de Aracê tenha sido lentamente alavancado pelo movimento de pessoas que essa rodovia trouxe para a região, da mesma forma que a ausência desta via, tenha determinado um menor dinamismo da região de São Rafael. Importante que se ressalte que o definiu que comunidades do distrito de Aracê tenha se desenvolvido de maneiras diferentes não se relaciona a composição de sua população, está ligado à infraestrutura que foi disponibilizada para cada região.

Por fim, o apego ao trabalho e a luta por melhoria de vida foi identificado nas falas das entrevistas feitas tanto na população que margeava a Estrada Imperial São Pedro de Alcântara com forte presença nacional e alemã, quanto na comunidade de Aracê que tem em sua formação a predominância de italianos. Entendemos que esse período histórico (a partir de 1920), que não foi contemplado por nosso recorte temporal, ainda precisa ser estudado, mas achamos importante deixar registrado um dos fatores que impulsionaram o desenvolvimento diferenciado das duas regiões, a presença da Rodovia Federal Br 262.

LISTA DE ENTREVISTADOS

- 1- Afonso Uliana (ULIANA, 2018) – sexo masculino – 93 anos – morador da comunidade de Aracê. Entrevista realizada na casa do entrevistado, na comunidade de Aracê, no dia 01 de maio de 2018.
- 2- Adelcisa Bassani Grecco (GRECCO, 2017) – sexo feminino – 92 anos – moradora da comunidade de Aracê. Local da entrevista, casa da filha na comunidade de Aracê, em 21 de agosto de 2017.
- 3- Antônio Bickel (BICKEL, A., 2018) – sexo masculino – 77 anos – morador da comunidade de São Rafael. Local da entrevista, casa do irmão Rafael Bickel, em São Rafael, data 19 de agosto de 2018.
- 4- Cirilo Olívio Girarde (GIRARDE, 2018) – sexo masculino – 67 anos – morador da comunidade de Aracê. Local da entrevista pátio da área de turismo, comunidade de Aracê, dia 29 de dezembro de 2018.
- 5- Elvira Batista Trabach Lima (LIMA, 2018) – sexo feminino – 91 anos – moradora da comunidade de Cristo Rei. Entrevista realizada em sua casa, em Cristo Rei, no dia 30 de abril de 2018.
- 6- Gomercindo do Rosário (ROSÁRIO, 2018) - sexo masculino – 81 anos – morador da comunidade de Córrego Dantas. Entrevista realizada no pátio externo (quintal) da sua casa em Córrego Dantas. Dia 01 de maio de 2018.
- 7- Linda Petele Uliana (ULIANA, L., 2018) – sexo feminino – 90 anos – moradora da comunidade de Aracê. Entrevista realizada na casa da entrevistada, na comunidade de Aracê, no dia 01 de maio de 2018.
- 8- Maria Bassani Bleidorn (BLEIDORN, 2017) – sexo feminino – 71 anos – moradora da comunidade de Aracê. Entrevista realizada em casa de seu filho na comunidade de Aracê. Dia 03 de abril de 2017.
- 9- Maria Batista (BATISTA, 2018) – sexo feminino – 63 anos – moradora da comunidade de Barcelos. Entrevista realizada no salão de beleza da entrevistada, na comunidade de Barcelos, no dia 23 de junho de 2018.
- 10- Natália Maria da Conceição Trabach Ferreira (FERREIRA, 2018) - sexo feminino – 60 anos – moradora da comunidade de Aracê. Entrevista realizada na casa dela, na comunidade de Aracê, em 23 de junho de 2018.

- 11- Nivaldo Antônio Grecco (GRECCO, 2018) – sexo masculino – 67 anos – morador da comunidade de Aracê. Entrevista realizada na casa do entrevistado, na comunidade de Aracê, em 23 de junho de 2018.
- 12- Ozília Trabach Bickel (BICKEL, O., 2018) – sexo feminino – 74 anos - moradora da comunidade de São Rafael. Entrevista realizada na casa da entrevistada, na comunidade de São Rafael, em 01 de maio de 2018.
- 13- Rafael Bickel (BICKEL, 2018), (BICKEL, 2018a) – sexo masculino – 79 anos – morador da comunidade de São Rafael. Entrevista realizada na casa do entrevistado, comunidade de São Rafael, no dia 04 de janeiro de 2018.
- 14- Terezinha Lindaura Uliana (ULIANA, T., 2018) – sexo feminino – 66 anos – moradora de Vitória, nascida em Aracê. Entrevista realizada na casa da mãe da entrevistada, comunidade de Aracê, em 01 de maio de 2018.
- 15- Valdir Antônio Uliana (ULIANA, 2017) – sexo masculino – 64 anos – morador de Vitória, nascido em Aracê. Entrevista realizada no local de trabalho do entrevistado, Vitória, no dia 05 de setembro de 2017.
- 16- Entrevistada M (M, 2017) – sexo feminino – 74 anos – moradora da vila de Pedra Azul. Local da entrevista cartório na vila Pedra Azul, dia 21 de agosto de 2017.
- 17- Entrevistada A (A, 2018) – sexo feminino – idade não informada – moradora de São Rafael. Local da entrevista Posto de Saúde de São Rafael em 04 de janeiro de 2018.

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

Processos de solicitação de legalização/compra de terras – Fundo Agricultura, Série Processos de Terra – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1880)**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALMEIDA, Elaine de. **O espaço da transculturação**. Disponível em: <<https://periodicos.UFSC.br/index.php/Outra/article/view/16675/15683>>. Acesso em 08 de dez. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Documentos do Arquivo Público trazem a história da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. APEES, Vitória, mai. 2016. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/Not%C3%ADcia/documentos-do-arquivo-publico-trazem-a-historia-da-estrada-de-ferro-sul-do-espírito-santo>>. Acesso em 7 de fev. 2019.

ARRUDA, Ardebal Henry Strugo. Febre tifóide: doença reemergente no Brasil? **Revista de Patologia Tropical**, Goiana, vol. 26 (2) p. 163 -171, jul.-dez. 1997. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/iptsp/article/view/17229>>. Acesso em 01 de fev. 2019.

BENCHIMOL, Jaime; SÁ, Magali Romero; POLITO, Ronald. **Febre tifoide**. FIOCRUZ/COC, Rio de Janeiro, ID 55, Localização 12, 2004. Disponível em: <<http://www.bvsalut.coc.fiocruz.br/html/pt/static/trajetoria/instituto/tifoide.php>>. Acesso em 01 de fev. 2019.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**. Lembrança dos velhos. 3ª ed. São Paulo: Schwarcz LTDA, 1999.

BITTENCOURT, Gabriel. **História geral e econômica do Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidades, 2006.

CAMPOS, Adriana Pereira. **Escravidão, reprodução endógena e criolização: o caso do Espírito Santo nos Oitocentos**. Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 84-96.

_____; MERLO, Patrícia M. da Silva. **Sob as bênçãos da igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira**. Topoi, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, p. 327-361.

CANDIDO, Tyrone Apollo P. **Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (Ceará - 1877-1919)**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 3, n. 6, julho-dezembro de 2011, p. 176-193. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2011v3n6p176>>. Acesso em 16 de mar. 2018.

CASTIGLIONE, Aurélia H.; EMMI, Marília Ferreira. **Análise comparativa da imigração italiana dirigida para o Espírito Santo e para a Amazônia durante a segunda metade do**

século XIX e primeira metade do século XX. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011 - Costa Rica II Semestre 2011, p. 1-23.

_____. **Inter-relações entre os processos de transição demográfica, de envelhecimento populacional e de transição epidemiológica no Brasil.** V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Montevideo, Uruguay, del 23 al 26 de octubre de 2012.

_____. **Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX.** GEOGRAFARES, nº 7, 2009, p. 93-110.

CELIN, José Lazaro. **Migração Europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo.** 1984. 277 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CHRYSTOSTOMO, Maria Isabel de. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). Revista História, vol. 30, 1 Franca, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000100004>>. Acesso em 01 de nov. 2018.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. **Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os Registros Cíveis de Nascimentos Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940).** Rio de Janeiro, 2008. 200f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 200 páginas. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp055938.pdf>>. Acesso em 02 de jul. 2018.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia.** 5ª. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. **Arqueologia do Estado do Espírito Santo:** subsídios para a gestão do patrimônio arqueológico do período de investigação acadêmica de 1966 a 1975.

COSTA, João Ribas da. **Santa Leopoldina (ES):** Canoeiros do Rio Santa Maria. 2. Ed. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1982.

COSTA JUNIOR, Carlos Teixeira de Campos. **O Novo arrabalde.** Vitória: PMV / Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

DADALTO, Maria Cristina. **Relacionamento interétnico e memória:** narrativas de colonizadores do norte do Espírito Santo. Revista Dimensões, Vitória, nº. 18, p. 186-202. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes>>. Acesso em 18 de jul. 2017.

DISTRITOS DE DOMINGOS MARTINS. Disponível em: <<http://www.domingosmartins.es.gov.br/conheca-domingos-martins/o-municipio/distritos>>. Acesso em 15 de jul. 2017.

EMBRAPA. **Código florestal - Adequação Ambiental da Paisagem Natural.** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em 12 de mar. 2018.

EHRENREICH, Paul. **Índios botocudos do Espírito Santo no século XIX.** Espírito Santo. Vitória. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. V. 21 (Coleção Canãa).

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008. 1 v.

FIGUEIREDO, Antônio C. M. **Um século de história na colonização de Aracê**. Revista IJSM - Instituto Jones dos Santos Neves, ano V, vol. 2, Abr./jun. de 1986, Vitória-ES, p. 30-31.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Imigrantes**: Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. 19 v. (Coleção Canãa).

FRANCO, Sebastião Pimentel; LOPES, Andrea Fraga; FRANCO, Luiz Felipe S. **Gripe Espanhola no Espírito Santo (1918-1919)**: alguns apontamentos. Revista Dimensões, v. 36, p. 414-426, 2016.

_____. **O terribilíssimo mal do Oriente**: o cólera na província do Espírito Santo (1855-1856). Vitória-ES, EDUFES, 2015.

_____.; NASCIMENTO, Dilene Raymundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline T. (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. V. 5, Belo Horizonte, Fino traço, 2015.

GARBELOTTO, Armando. **Tropas e tropeiros**: O transporte em lombo de burros em Conceição do Castelo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. 16 v. (Coleção Canãa).

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

INCAPER; Geobases. **Domingos Martins ES**. Vitória, 2017. Disponível em: <<https://geobases.es.gov.br/links-para-mapas>>. Acesso em 25 de jan. 2019.

_____. **Programa de assistência técnica e extensão rural PROATER 2011 – 2013**: Domingos Martins. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Domingos_Martins.pdf>. Acesso em 12 de mar. 2017.

IBGE. **Censo Agropecuário, tabela 10**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/defaulttab_brasil.shtm>. Acesso em 04 de dez. 2018.

IJSM. **Municípios do Espírito Santo**: divisão político - administrativa Coordenação de Geoprocessamento CGEO – 2011. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>>. Acesso em 24 de mai. 2018.

INSTITUTO ROTA IMPERIAL. **Vitória a Ouro Preto**. Disponível em: <<http://www.rotaimperial.org.br/eventos.html>>. Acesso em 23 de jul. 2018.

LEAL, João Eurípedes Franklin. **A Rota Imperial da Estrada Real**: a Estrada São Pedro de Alcântara. Rio de Janeiro: UNIRIO. 30p. [12f]

LEVI, Giovani. **Comportamentos, recursos, processos**: antes da “revolução” do consumo. REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 203-224.

LIMA, Maria Helena Palmer. **O processo de emancipação municipal no estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro 2000. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

MARINGONE, Gilberto. **O destino do negro após a abolição**. São Paulo. Revista de informação e debate do instituto de pesquisa econômica aplicada. 2011. Ano 8. Edição 76. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23>. Acesso em 09 de jul. 2018.

MARTINUZZO, José Antonio. **Germânicos nas terras do Espírito Santo**. Vitória: Governo do estado do Espírito Santo, 2009.

MATOS, Marcos Paulo S. R. **Famílias desagregadas sobre a terra ressequida: indústria da seca e deslocamentos familiares no Nordeste do Brasil**. Nômadias. Revista Crítica de Ciências Sociais y Jurídicas | Núm. Especial: América Latina (2012) http://dx.doi.org/10.5209/rev_NOMA.2012.41773. Disponível em <<https://webs.ucm.es/info/nomadas/americalatina2012/marcospaulosantarosa.pdf>>. Acesso em 22 de mai. 2018.

MEIHY, José Carlos S. B. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MERLO, Patrícia M.S. **O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871**. Rio de Janeiro 2008. UFRJ. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado.

MOREIRA, Vânia M. L. **Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e auto governo dos índios, 1798-1860**. Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Coleção Canãa, 2017.

NORDOTO, Eliezer Ortolani. **História, Geografia e Economia de São Mateus**. São Mateus: [s.n.], 2016.

NOZOE, Nelson Hideiki; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo; SAMARA, Eni de Mesquita. **Os refugiados da seca: emigrantes cearenses, 1888-1889**. [S.l: s.n.], 2003.

PAULA, Sergio Peres de. **Fazenda do Centro: imigração e colonização italiana no sul do Espírito Santo**. Vitória Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Coleção Canãa, nº15, 2013. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/LIVRO_Fazenda_do_Centro_editado.pdf>. Acesso em 23 de jul. 2018.

PEROTA, Celso. **Há sete mil anos os índios já habitavam o Espírito Santo**. Jornal A Gazeta, A Saga do Espírito Santo – Das Caravelas ao século XXI – 19/08/1999. Publicada em 18/04/2018 por Morro do Moreno. Disponível em: <www.morrodomoreno.com.br/.../ha-sete-mil-anos-os-indios-ja-habitavam-o-espírito-santo.html>. Acesso em 10 de jul. 2018.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Proj. História, São Paulo, nº14, fev. 1997.

PINHO, Júlio de Oliveira. **História de Pedra Azul**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1997 (Coleção Almeida Cousin).

RAASCH, Sillas. **A colônia de Santa Isabel e seus imigrantes 1847-1889**. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

RIBEIRO, Geisa; Lourenço. **Retrato da família: escravidão e liberdade nas terras do Espírito Santo na segunda metade do século XIX**. Anais do VI Congresso Internacional Ufes Paris-Est/420-439, 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896**. Vitória: [s.n.], 2000.

RODRIGUEZ, Celia J. S. **As formas de fazer agricultura e os modos de ser agricultor em municípios da região central do estado do Espírito Santo**. 2016. 214 f. TESE (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ROLKE, Helmar. **Raízes da imigração alemã: história e cultura alemã no estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996a.

_____. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996b.

SANTOS, Ezequiel S. dos. et al. **História e Geografia e organização social e política do município de Domingos Martins**. Vitória: Brasília editora Ltda., 1992.

SANTOS, Paulo Cesar R. O. **O desenvolvimento socioeconômico e novas alternativas rurais no Espírito Santo: o caso de Venda Nova do Imigrante**. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. **O desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940**. Vitória: CODESA, 1995.

SOUZA, José Weyne de Freitas. **A família cearense sob o signo das secas: Domicílio, trabalho e migração**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional De História – Londrina, 2005. 8fl. Disponível em: <<https://anais.anpuh.org/?p=13783>>. Acesso em 16 de mar. 2018.

SOPRANI, Joel. **O povoamento de Cachoeiro**. 21 de jul. 2016 – Morro do Moreno, Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/o-povoamento-de-cachoeiro.html>>. Acesso em 01 de nov. 2018.

SIMONATO, Juliana Sabino. **Fazenda Santa Helena: escravidão, bastardia e poder**. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

TEAU, Kalna Mareto; LOUREIRO, Klítia. **História dos índios no Espírito Santo**. Vitória: [s.n.], 2009.

ULIANA, Antônio Valdir. **Centenário da comunidade São Sebastião de Aracê**. DM, 2018a.

WOLFFENBÜTTEL, Andre. **Índice de Gini**. IPEA-Revista Desafios do Desenvolvimento. 2004. Ano 1. Edição 4 - 1/11/2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em 08 de nov. 2018.

ZANDONAIDE, Máximo. **Venda Nova do Imigrante**: 100 anos da colonização italiana no Sul do Espírito Santo. Belo Horizonte: s.n., 1992.

APÊNDICES

APÊNCICE A**Modelo da transcrição da entrevista****CABEÇALHO****PRIMEIRA ENTREVISTA**

Data

Nome do entrevistado

Idade

COMUNIDADE

[...] _ Distrito de Aracê – Município de Domingos Martins

ENTREVISTADORES: Márcia Regina Batista e Paulo César Ruas Oliveira Santos

Obs.: Estava presente e participou dessa entrevista [...]

ENTREVISTA

[...]

NOVOS QUESTIONAMENTOS

- 1- Como eram as relações entre os primeiros moradores? Festas na igreja ou outras festas? Relação de compadrio? Leilões? Cantorias?

- 2- Causa da morte:

Do pai _____

Da mãe _____

3- Outras observações

Autorização:

Colocar meu nome nas entrevistas SIM NÃO

Publicar fotos minhas tiradas durante a entrevista SIM NÃO

Colocar meu nome nas fotos publicadas SIM NÃO

Publicar a entrevista respeitando as partes cortadas e as observações feitas

SIM NÃO

Disponibilizar a entrevista transcrita para futuras consultas por outros pesquisadores

SIM NÃO

Disponibilizar o áudio das entrevistas para futuras pesquisas SIM NÃO

ASSINATURA DO ENTREVISTADO

ASSINATURA DA TESTEMUNHA (Caso necessário)

ASINATURAS DOS ENTREVISTADORES

APÊNDICE B

Pesquisa realizada na Vila de Pedra Azul

Pesquisa realizada no distrito de Aracê com objetivo de localizar a nacionalidade dos sobrenomes constantes no censo de 1920 que não foi possível localizar a partir de fontes oficiais. O questionamento: Você saberia dizer a que nacionalidade esses sobrenomes pertencem?

Entrevistados:

- 1- Paulo Henrique Silva – Material de Construção
- 2- Nidete dos Passos – Cartório
- 3- Vera Lucia Canal – Supermercado
- 4- Dulce Bravin – Professora
- 5- Lidiane Bellon – Professora
- 6- Alberico Canal – Supermercado
- 7- Paulo Egisto Davila – Taxista
- 8- Wellington Ribet – Oficina Mecânica

Nome Dos entrevistados	1	2	3	4	5	6	7	8	R

Aguiar	port	-	port	-	port	port	port	-	port
Bandeira	esp	nac	nac	-	port	nac	pot	-	nac
Barros	-	-	-	-	port	-	-	-	-
Berud	ale	ale	nac	-	port	nac	port	-	-
Bessame	ital	-	-	-	ital	-	ital	-	ital
Bleidorn	ale	ale	ital	Ale	Ale	ital	ale	-	ale
Boecker	ale	ale	ale	Ital	Ale	ale	ital	-	ale
Bortoque	-	-	-	-	Ale	-	-	-	-
Brautz ⁶⁰	ale	ale	ale	Ale	Ale	ale	ale	ale	ale
Bretame ⁶¹	-	-	-	-	ital	-	ital	-	-

⁶⁰ Segundo pesquisados, a grafia é Bautz. Segundo Projeto Imigrantes APEES – alemão.

⁶¹ Segundo pesquisados, a grafia é Beltrame. Segundo Projeto Imigrantes APEES – Italiano.

Broescholdt	-	-	-	Ale	ale	-	ale	ale	ale
Brudel ⁶²	-	-	ale	Ale	ale	ale	ale	-	ale
Buger	ale	ale	ale	Ale	ale	ale	ital	ale	ale
Castão	-	-	-	Ital	port	-	-	-	-
Chagas	-	-	-	-	port	-	-	-	-
Coco	-	-	-	-	port	-	-	-	-
Cyriaco	-	nac	-	Ital	-	-	nac	-	-
Dazílio	port	ital	ital	Ital	ital	ital	ital	-	ital
Dinard ⁶³	-	-	-	-	ale	-	ital	-	-
Dordenando	ital	-	-	Ital	ital	-	ital	ital	ital
Doré ⁶⁴	ital	ital	ital	Ital	ital	ital	ital	ital	ital
Elker	pom	ale	ale	Ale	ale	ale	ale	ale	ale
Falcão	port	nac	nac	Nac	port	nac	nac	nac	nac
Fernando	-	-	-	-	ital	-	-	-	-
Ganho ⁶⁵	Ital	ital	ital	Ital	ital	ital	ital	ital	ital
Griger	-	-	-	Ale	ale	-	-	-	-
Guinsberg	-	-	aust	Ale	ale	aust	ale	-	ale
Herbest	-	ale	ale	Ale	ale	ale	ital	ale	ale
Huver	-	-	ale	Ale	ale	ale	ale	ale	ale
Kaik	-	-	-	-	ale	-	-	-	-
Kieffer	ale	ale	ale	Ale	ale	ale	ale	-	ale
Knid ⁶⁶	-	pom	-	Ale	ale	-	-	-	germ
Kuiffer	-	-	-	-	ale	-	-	-	-
Kuist	-	-	ale	-	ale	ale	ale	-	ale
Lovolo	-	-	-	Ital	ital	-	-	-	-
Lube				Ale	ale	ital	-	-	-
Luttig	ital	-	ale	Ale	ale	ale	-	-	-
Massette	-	ital	ital	Ital	ital	ital	ital	-	ital
Mayolle ⁶⁷	-	-	ital	Ital	ale	ital	ital	-	ital

⁶² Segundo pesquisados, a grafia é Broedel. Segundo Projeto Imigrantes APEES, Broedels – Alemão.

⁶³ Segundo pesquisados, a grafia é Denard.

⁶⁴ Segundo entrevistados, a grafia é Daré. Segundo o Projeto Imigrantes APPES, Da Rè – italiano.

⁶⁵ Segundo entrevistados, a pronúncia é Ganho, mas a grafia é Gagno. Segundo o Projeto Imigrante APEES, Gagno é italiano.

⁶⁶ Segundo entrevistados, a grafia é Knidel.

Miltemper	-	-	-	-	Ale	-	-	-	-
Moy	-	-	-	Ale	Ale	-	-	-	-
Pelingri	-	-	-	Ital	ital	-	-	-	-
Persch	-	ale	ale	Ale	Ale	ale	ale	-	ale
Pioto	-	-	ital	Ital	ital	ital	naci	-	ital
Pizoli ⁶⁸	-	ital	ital	Ital	ital	ital	ital	ital	ital
Pollito ⁶⁹	ital	ital	ital	Ital	ital	ital	ital	ital	ital
Potim	-	-	ale	Ale	-	ale	ale	-	ale
Ressureição	-	-	-	-	ital	nac	-	-	-
Ronque ⁷⁰	ital	ital	ital	Ital	ital	ital	ital	ital	ital
Umbelino	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vitória	-	-	nac	-	-	nac	ital	-	-
Zumali	-	-	-	Ital	ital	-	-	-	-

Você saberia informar nomes de famílias portuguesas que residiram ou residem no distrito de Aracê?

Aroso, Pinho, Monteiro, Teixeira, Lemos.

Você saberia informar nomes de famílias espanholas que residem ou residiram no distrito de Aracê?

Nenhuma informação sobre famílias de origem espanhola.

⁶⁷ Segundo entrevistados, a grafia é Mognol. Segundo a família, a grafia é Maioli.

⁶⁸ Segundo entrevistados, a grafia é Pizzol. Segundo o Projeto Imigrantes APPES, Pizzol é italiano.

⁶⁹ Segundo entrevistados, a grafia é Poleto. Segundo o Projeto Imigrantes APPES, a grafia é Polleto e a origem, italiana.

⁷⁰ Segundo entrevistados, a grafia é Ronche.

APÊNDICE C

Tabela com o levantamento do censo de 1920

Legenda

A – Alemão/pomerano

I – Italiano

N- Nacional

NI – Nacionalidade Indeterminada

VN – Várias Nacionalidades

Victor Hugo	Alto Victor Hugo	Baixo Victor Hugo	Pedreiras
35 – propriedades A – 7 I – 10 N- 14 NI – 4 VN -0	3 – propriedades A – 0 I – 2 N- 1 NI – 0 VN – 0	2 – propriedades A – 0 I – 1 N- 0 NI – 1 VN – 0	49– propriedades A – 2 I – 32 N- 8 NI – 6 VN – 0 Holanda – 1
1-Felippe Kreolinhg A 2-Victorio Magnani I 3-Domingos Gava A 4-Bellarmina M. Conceição N 5- Manoel A. da Rocha N 6-Pedro Ventorim I 7-Sebastião Thomaz I 8-Fortunato Taquette I 9-Joao Xavier N 10-Olyntho Xavier Machado N 11-Otilio Corbani I 12-Heitor Corbani I 13-João Pinto do Nascimento N 14-João Piansolli I 15-José Francisco Rocha N 15-Adelino Xavier N 17-Otondo Cosme	1-Francisco Canal I 2-Manoel Ferreira Filho N 3-Marco Modolo I	1-Fortunato Taquette I 2-Isaac Dinard NI	1-Hilario Mayolle I 2-Victorio Ulliana I 3-Luiz Peterlle I 4-Virino Salvador I 5-Francisco Canal I 6-Herminio Ulliana Pedro I 7-Angelo Canal I 8-Sebastião Canal I 9-João Canal Primo I 10-Antonio Botelho N 11-Martiniano P. Sampaio N 12-Pedro Machado N 13-Benedicto Camillo I 14-Rogério Machado N 15-José Polli I 16-Adão Sebastião da Cruz N 17-Procolo Grecco I 18-João Bassane Filho I 19-Giovanni Grecco I 20-Espício Grecco I

N 18-Emílio Falcão N 19-Pedro Hoffmann A 20-José Effegen Sobrinho A 21-Jacob Endlich A 22-João Francisco Rocha N 23-Henrique Krohling Filho A 24-Manoel Umbelli N 25-Augusto Polli I 26-Antonio Martins N 27-Franquilino Xavier N 28-Nicolau Eduardo Stein A 29-Ignacio Regiani I 30-Thiago Loyola NI 31-Marianno Chagas NI 32-Antonio Gilles NI 33-Maria Cosme N 34-Nicolau Ewald NI 35-Angelo Ebane I			21-Adelaide Bassane I 22-José Luiz Barcellos N 23-Pedro Bravin I 24-Maria Dalve NI 25-Antonio Modolo I 26-Domingos Gerald(Girardi)- I 27-Carolina Doré I 28-João Dordenando I 29-Tranquillo Zumali NI 30-Pedro Ganho I 31-Carlos Ulliana I 32-Antonio Doré I 33-Caetano Massette I 34-João Lorenzoni I 35-Antonio Cesate I 36-Bellom Pelingri NI 37-João Doré I 38-Paulina Pizoli I 39-Benevenuto Zaninho I 40-Amadeu Bortoque NI 41-Carlos Kaik NI 42-Adão Milteper NI 43-Augusto José de Freitas N 44-Thereza Ronque I 45-João Pollito I 46-Carlos Huver A 47-Conorato Boecker - Holanda 48-Guilherme Huver Sobrinho A 49-Antônio de Assumpção N
---	--	--	--

Jucu	Alto Jucu	Ribeirão Capixaba	São Raphael
8– propriedades A – 6 I – 0 N-2 NI – 0 VN – 0	65– propriedades A – 24 I – 5 N-25 NI –10 VN – 1	53– propriedades A – 22 I – 6 N- 17 NI – 2 VN – 1 Suíços – 4 Português 1	40– propriedades A – 11 I – 2 N- 19 NI –2 VN – 2 Holanda-3 Português 1
1-Luiz Trabach A 2-Marcondes Ferreira Cruz N 3-João Klein A e Hungria 4-Edmundo Klein A e Hungria 5-Adolpho A. Trabach A 6-Henrique Trabach A 7-Luiz Trabach A 8-Marcondes Ferreira Cruz N	1-José Alves dos Santos N 2-Miguel João Batista N 3-José Firmino Vieira N 4-Carlos Schultz A 5-Carlos Jacob Velten A 6-Manoel Chagas do Nascimento N 7-Emiliano Soares Ferreira N 8-José Antonio Garcia N 9-Innocencio Lourenço Cardoso N 10-Antonio Francisco da Silva N 11-Antonia A. Rosa da Silva N 12-Guilherme Carlos Schneider A 13-Felinto Pereira Pinto N 14-Sedrim Pimentel N 15-Antonio José Garcia N 16-Antonio Berud NI 17-José Antonio Garcia N 18-Antonio Garcia Sobrinho N 19-Jesuino O. do Nascimento N 20-Alberto Broescholdt A	1-Herdeiros de Anna R. da Conceição N 2-João Vieira dos Santos N 3-Manoel Benzelmann NI 4-Francisco Pagung A 5-Joao Klippel A 6-Francisco José de Almeida N 7-Emilio Krause A 8-Francisco Kempim A 9-José Pereira do Rosario N 10-Carlos Pagung Sobrinho A 11-Augusto Simmer A 12-Adalberto Trabach (n.1191) A 13-Francisco Resurreição N 14-Adalberto Trabach (n. 1193) A 15-Pedro Guinsberg (Suíça) 16-Adalberto Trabach (n.1195) A 17-João Trabach A 18-Francisco Correa de Assis N 19-Nicolau Simmer A 20-João Simmer A 21-João Trabach A 22- Joao Pedro Trabach A	1-Marianno Firme de Souza N 2-Firmino de Souza Firme N 3-Arestiano João Baptista N 4-Carlos Krause A 5-Guilhermina Boeker da Silveira N 6-José Bikel A 7-Antonio Walger NI 8-Francisco Pereira da Costa N 9-Pedro Schwarz A 10-Augusto Schultz A 11-Pedro Schwanbach A 12-Luiz Jacintho Leite N 13-Francisco Klitzke NI 14-Emilio Silveira da Costa N 15-Joao Boecker H 16-José Pedro de Oliveira N 17-Manoel Bleidorn A 18-Augusto M. Fernandes Thomaz NV 19-Anna Maria dos Passos N 20-Pedro Jacintho Leite N 21-Honorato Jacintho Leite N 22-Alfredo Boecker H 23-Antonio Leite N

21-Aleixo Francisco Roberto I	23-Pedro Botelho de Almeida N	24-Guilherme Boecker H
22-Agostinho Berud NI	24-Henrique Trabach A	25-José Jacintho Leite N
23-Joaquim Trabach A	25-Joao Xavier (2 propriedades - 1204,1205) N	26-Geraldo Paschoal Borlott I
24-João Trabach A	26-José Tonoli I	27-Ovidio Silveira de Aguiar N
25-José Trabach A	27-Reginaldo Pinto da Victoria N	28-Catharina Klippel A
26-Anselmo Moy NI	28-Augusto Nunes Ferreira N	29-Fredertco Valle I
27-Adão Ernesto Kieffer A	29-Benedicto Correa de Araujo N	30-Ponciano José Elias N
28-Christiano Roos A	30-José Passos de Oliveira N	31-Nicolau P. B. Thomaz VN
29-Benedicto Trabach A	31-Luiz Xavier N	32-Sebastiao Freire de Almeida N
30-Joao Bautz Filho A	32-Sebastiao Daros I	33-José Caetano de Aguiar N
31-Felippe Pedro Bautz A	33-Palmyro Curbano I	34-Adão Pedro Velten A
32-Guilherme Discher A	34-Alfredo Curbano I	35-Pedro Trabach A
33-Augusto Buger A	35-Marcos Lorenzoni I	36-Henrique Coutinho da Silva N
34-José Mauricio da Silva N	36-Manoel da Costa Vieira N	37-Sesidio Aristides da Costa N
35-Alberto Braun A	37-Sebastiao Xavier N	37-Frederico Freire de Almeida N
36-Manoel Mauricio da Silva N	38-Germano Brautz A	39-Manoel José Marianno (n. 1251) A
37-Augusto Thomaz VN	39-Sebastiao Alves de Souza N	40-Manoel José Marianno (n.1280) A
38-Felippe Knidel A	40-Eduardo Antonio Pereira N	
39-Luiz Persch A	41-Bertha Schneider A	
40-Henrique Luttig NI	42-Francisco Simmer A	
41-Benedicto Persch A	43-Joaquim José dos Reis NV	
42-Manoel Pioto I	44-Pedro Guinsberg Filho (Suíça)	
43-Henrique Kaik NI	45-Joao Guinsberg (Suíça)	
44-Henrique Elker A	46-Francisco Huver A	
45-Henrique Kuiffe NI	47-Henrique Schneider A	
46-Alexandre Berud NI	48-José Gilles NI	
47-Nicolau Marques N		

	48-Pedro Heller A 49-Celino Carlette I 50-Eurico Moreira Silva N 51-João Brambrila I 52-Cristovão Henrique Borguignon NI 53-Eugenio Miguel da Silva N 54-Eduardo Schneider Sobrinho A 55-Guilherme Lemek A 56-José Castão NI 57-Frederico Almeida N 58-Carolina Milteper NI 59-Joaquim Galdino Carvalho N 60-Jacob Herbst Filho A 61-Antonio Brambila I 62-Manoel Marques N 63-Marianna Marques N 64-Alberto Velten A 65-João Coelho N	49-Carlos Lauer A 50-Alberto Bugar A 51-Carlos Bugar Primo I 52-José Pereira do Nascimento N 53-Pedro Guinsberg (Suiça)	
--	---	--	--

Candelária	Barcelos	Laginha	Volta Peçanha
3– propriedades A – 2 I – 0 N- 1 NI – 0 VN – 0	10– propriedades A – 0 I – 2 N- 6 NI – 0 VN – 0 Áustria -2	4– propriedades A – 0 I – 1 N- 2 NI – 0 NV – 1	8– propriedades A – 5 I – 1 N- 1 NI – 1 VN – 0
1-Guilherme Bugar A 2-Guilherme Braun A 3-José Henrique Pereira N	1-Roberto Christo N 2-Custodio Bello I 3-Francisco Helmer (Áustria) 4-Joao Eduardo Christo N 5-Oswaldo Dordenando I 6-João Eduardo Pereira N 7-Bernardo Helmer (Áustria) 8-Nestor Vicente N 9-João Baptista N 10-José Pereira de Salles Junior N	1-José Francisco da Silva N 2-Luiz Bernardo NV 3-Eugenio Dordenando I 4-Sebastião Ferreira das Neves N	1-Jacob Coco I 2-Leovirgilio Ribeiro N 3-Carlos Kuist A 4-Luiz Monte Verde NI 5-Jacob Herbst A 6-Pedro Herbst A 7-Christiano Herbst A 8-Henrique Herbst A

ANEXOS

Transcrição:

Officio n. 32. Ao engenheiro chefe da terceira comissão, _ Enviando os requerimentos de Pedro Kipplel Junior, Benedicto dos Santos Claudio, João Antônio Vicente, Manoel Francisco Pires, João da Rocha Pires, Francisco Pinto da Silva, Greco Giovanni, Clemente Francisco Pereira, a fim de serem cumpridos os despachos definitivos do exm. sr. Presidente do Estado, proferidos no mesmo requerimento do acordo com informação n. 75 de 15 do corrente devendo mandar proceder à medição dos terrenos pretendidos, por conta dos peticionários que ficaram também sujeitos ao pagamento do valor das terras de conformidade com as tabelas organizadas por essa repartição e sob a aprovação do mesmo exm.sr; não podendo, nos termos do reg. Vigente exceder a área da concessão da parte cultivada e mais um terço em mata virgem, si houver.

REQUERIMENTOS DEPACHADOS

Dia 21 de setembro

Pedro Klippel Junior _ Ao engenheiro chefe da terceira comissão distrital para cumprir o despacho definitivo do exm. sr. Vice Presidente do Estado.

Benedicto dos Santos Claudio – Idem, idem.

João Antônio Vicente – Idem, idem.

Manoel Francisco Pires – Idem, idem.

João da Rocha Pires – Idem, idem.

Francisco Pinto da Silva – Idem, idem.

Greco Giovani – Idem, idem.

Clemente Francisco Pereira – Idem, idem.

Jornal: “O Estado do Espírito Santo”.

Em um dos textos da página do jornal aparece a data de 23 de setembro de 1892.

A cópia da página desse jornal pertence ao acervo do senhor Valdir Antônio Uliana. Endereço da página da internet a qual o mesmo teve acesso:

Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/cache/1055904932215/I0002708-16\(01197x01896\).i...](http://memoria.bn.br/DocReader/cache/1055904932215/I0002708-16(01197x01896).i...) >. Acesso em 21 de setembro de 2012.

ANEXO B

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de legalização de posse da fazenda Monforte

Auto de verificação de cultura
 respectiva e morada habitual,
 existente no lugar de nomeado
 Monforte, pertencente aos ci-
 dãos José Antonio da Silva Fer-
 nandes, João Olegário da Rocha
 e Antonio Custódio Dias.

Aos três dias do mês de Setem-
 bre do anno de mil oitocentos e no-
 ventas e um, no lugar de nomeado
 Monforte, onde se achavam presentes
 o Juiz Comissario Julio de Azevedo
 e André, com mui Oserio de sou-
 ge, presentes notificados, Juiz Comissario
 do Prado e Engenheiro Américo Nogueira,
 a estes deferiu o mesmo Juiz e Juizamen-
 te, encaregando-lhe que, com consciên-
 cia e temor de Deus, verificassem se José
 Antonio da Silva Fernandes, João Olegá-
 rio da Rocha e Antonio Custódio Dias,
 senhores e possuidores de uma porção
 de terras no referido lugar de nomeado
 Monforte, no Roteiro Monforte, se tem
 no mesmo lugar cultura respectiva, e de
 que especie, morada habitual, e em lo-
 go que não constitua a pretendida por-
 ção de terras, nem de culturas, queima
 e outros actos semelhantes; e outros sen-
 que houvessem de declarar, de pois
 do respectivo exame feito nas cul-
 ras e lavouras que encontrassem.

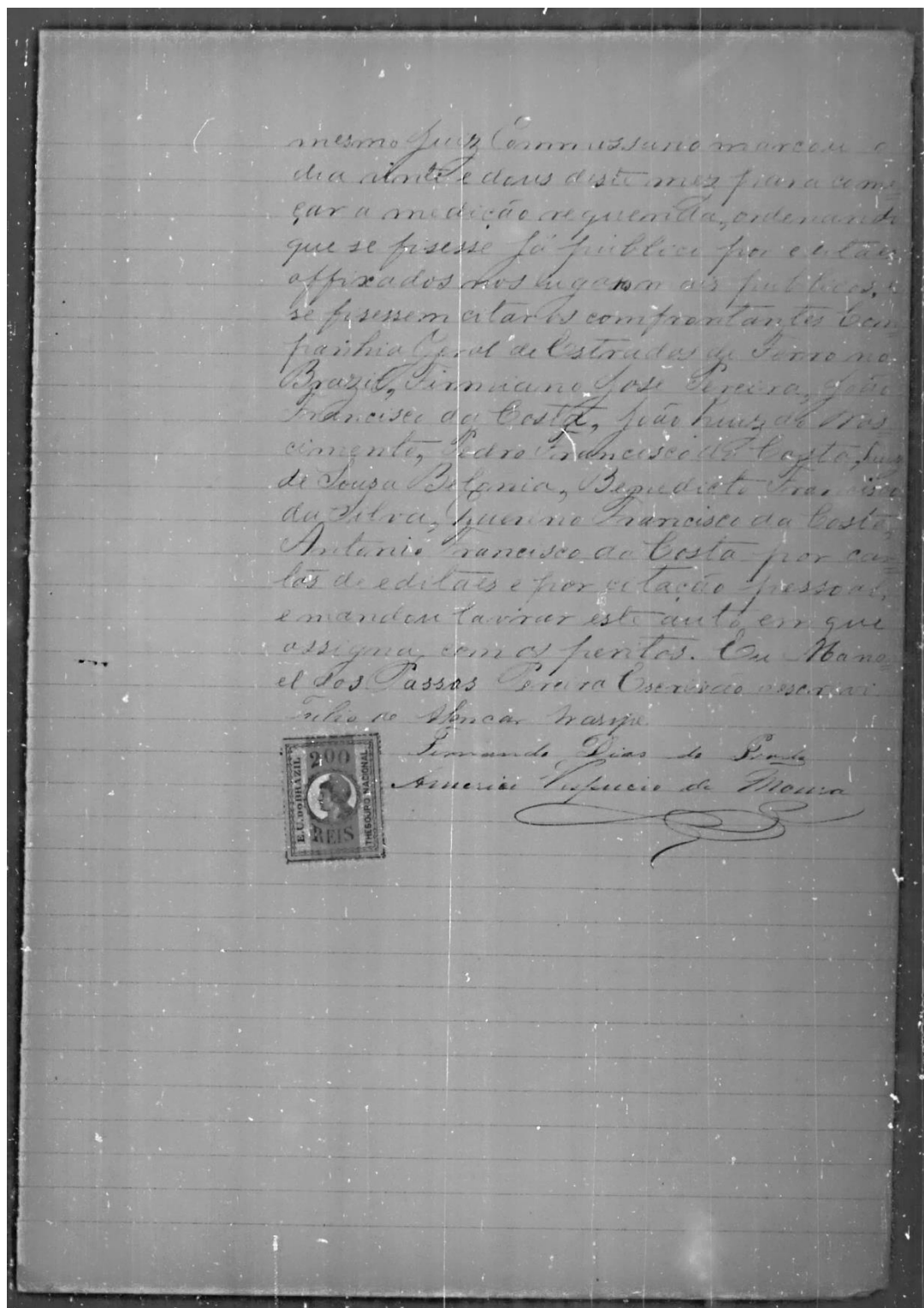
Fonte:

ANEXO C

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de legalização de posse da
fazenda Monforte

no lugar, se a posse de que se trata ha
ven sido estabelecida antes ou depois
de Regulamento de trinta de Janeiro
de mil oitocentos e cincoenta e quatro.
Acertando de fato juramento, e juran-
do, e diligenciamos em fazer o
possaram a fazer examinar e reconhecer
percorrendo toda a situação e lugares
cultivados; fute que, declarando que
os pressumes de se Antonio da Silva
Andres, João Cegundo da Rocha e An-
tonio Custodio das herdeiros de Santa
Maria e Silva de Ruzano, como prova de
seus documentos. Puntos, tem mora-
da habitual, são casados com filhos.
Assim como deisso se a volente de te-
lhas, futeis e meirinho; declarando mais
que tem boa terra de café, na qual
colhem anualmente com que futei
fazer os seus desposos, bem como a casa de
futei, mulo e futei para gesto domes-
tica; que também existem porcos futei
futei, que futei seu estado de desenvol-
vimento e idade que representão,
mostrando ter sido plantados antes de
Regulamento de trinta de Janeiro
de mil oitocentos e cincoenta e quatro,
e que affirmarão de baixo do juramen-
to que haviam prestado. Acerto de que,
stando a futei a circunstancia e
rigida pelo artigo trinta e sete do Re-
gulamento de trinta de Janeiro de mil
oitocentos e cincoenta e quatro, e mesmo

ANEXO D

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de legalização de posse da
fazenda Monforte

Fonte: Fundo de Agricultura, Série Processos de Terra – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

ANEXO E

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de compra de terra em nome de José Batista da Silva

Foi a autenticação p.^a este m.^o em
m. J. Ennes

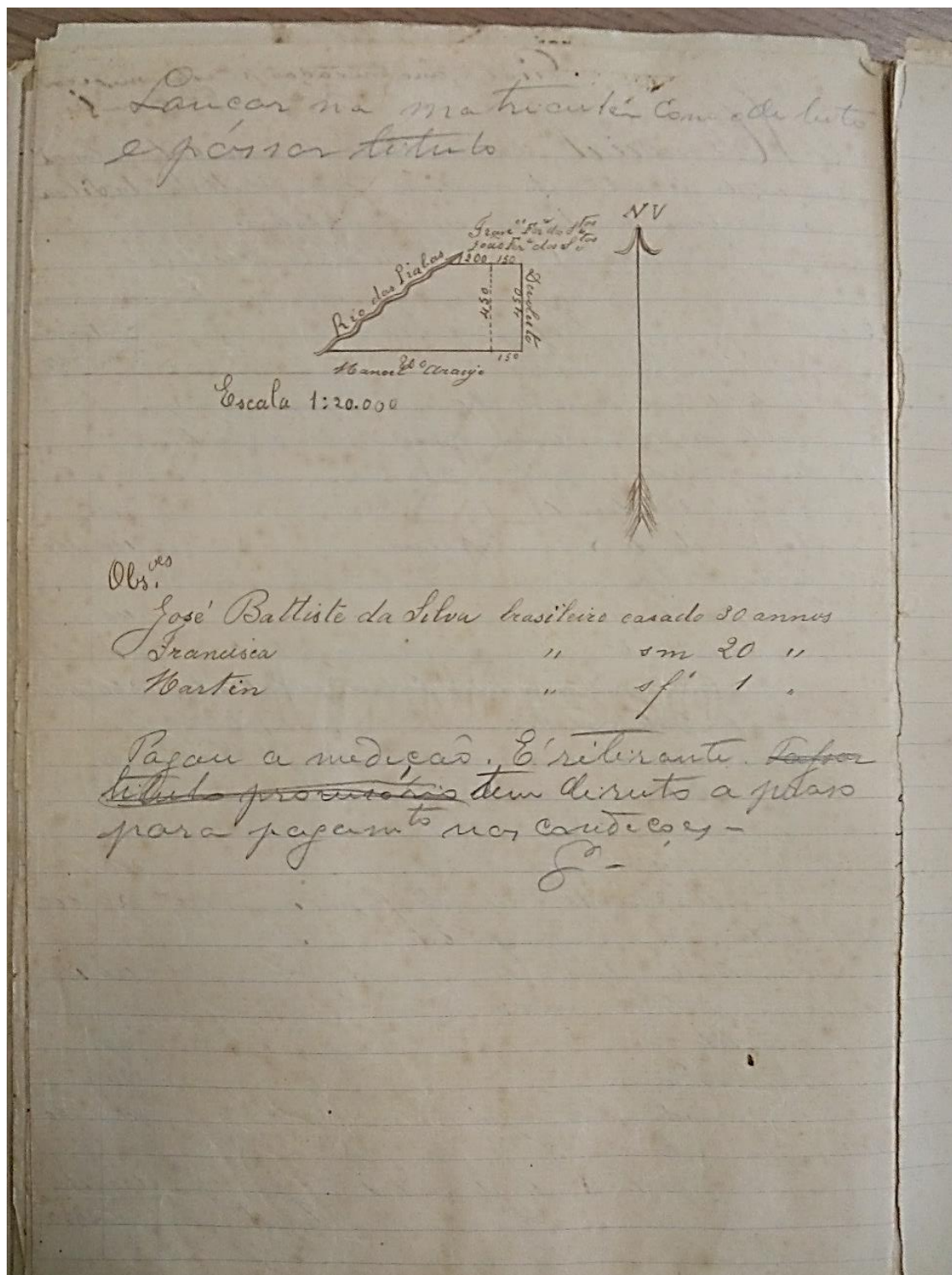
*Memorial da medição de um lote colonial
concedido ao retornado cearense José Batista da Silva
na margem direita do rio das Pábas.
Declinação d'agulha 8° O Borda de base lla*

Rumos	Topographia	Distancias	
		Paralelas	Total
	Parti de um marco de Sapucaia que fiquese a margem direita do rio na clivisa de João Pereira dos Santos		
98°	Segui p. ^a Oeste e medi:		
	Em subida estaca 1	200	
	Por encosta de N m Sapucaia	150	350
188°	Voltei a estaca 1 e Segui p. ^a Sul e medi:		
	Pela encosta de Oeste	100	
	Em descida até um correjo que corre p. Oeste	90	
	" subida pela encosta de Oeste digo Oeste estaca 2	260	450
268°	Segui p. ^a Oeste e medi:		
	Em descida até um correjo que corre p. ^a N	60	
	" subida " o alto	100	

Fonte: Fundo de Agricultura, Série Processos de Terra – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

ANEXO F

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de compra de terra em nome de José Batista da Silva



Fonte: Fundo de Agricultura, Série Processos de Terra – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

ANEXO G

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de compra de terreno em nome de Agostinho Ferreira Lima

nº 12
D. Martins
2-14
fls 43

Exmo. Snr. Secretario da Agricultura.

SATO - PROTOCOLO GERAL
Selo nº 1685
26/11/40

VICTORIA

Agostinho Ferreira Lima, brasileiro, casado
residente em Alto
Jucú com a profissão de lavrador
desejando adquirir por compra a prestação
do, um terreno no lugar denominado Alto Jucú
no Districto de Pedreiras
Município de Domingos Martins, para cultura de
cereais, com a área approximada de
30 (trinta) hectares, requer a V. Exa. que
se digne de lhe conceder o dito terreno, mandando proceder a
respectiva medição tudo de accordo com a Lei 1.711.

No caso de sua ausencia designa o Snr. José Comarella
residente em Rio Barcelos
para represental-o.

Esse terreno limita-se N:- Devolutas; S:- Miguel Pe-
reira Pinto; L:- Augusto Lempke e a O:- Manoel Avelino.

Nestes termos.

A rogo de Agostinho Ferreira
Lima por não saber ler
nem escrever.

D. Martins, 16 de Novembro de 1940
José Comarella

Com um sello estadual de :

1ª testemunha: *Adelino José Almeida*
2ª testemunha: *Guilherme Gonçalves*

REIS 5000 REIS 2000 REIS 1000

ANEXO H

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de compra de terreno em nome de Agostinho Ferreira Lima

DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA, TERRAS E OBRAS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO N.º _____

34
301

Sr. Chefe:

Faço conclusos dos presentes autos a V. S.

O requerente pagou, o restante de medição, as prestações 1ª a 3ª e os emolumentos.

Em, 6-6-42.
Oscar L. Oliveira

Do Sr. Col. de 1ª que se segue
exiji a prova de nacionalidade de
regr. E. 1. 6. 42
Luitavio

Recurso, data supra, à Pres. Est. de
Domingos, Martins.

Sr. Chefe:

O requerente, por todo conhecido neste município, é de nacionalidade brasileira, natural do Estado do Ceará.

Encontra-se em idade avançada e não possui documentos para fazer prova material de sua nacionalidade.

A consideração de V. S.
Quartuz, 31/7/42
Luitavio

ANEXO I

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Documento de compra de terreno em nome de Agostinho Ferreira Lima

9/10

Ilmo Sr. DELEGADO DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE D. MARTINS.

*Requerimento a ser feito a favor do Sr.
Agostinho Ferreira Lima*

Em virt. do requerimento

de data de 16 de Novembro de 1940

Mun. de Martins

16/11/40

Agostinho Ferreira Lima, desejando adquirir um terreno do Estado no lugar Alto Jucú, onde exerce sua profissão de lavrador e onde reside há mais de quarenta anos, vem, respeitosa-mente requerer a V. S. um atestado de boa conduta, afim de junta-lo ao requerimento de terras a ser feito a Diretoria de Agricultura do Estado.-

Agosto de Agostinho Domingos Martins, 16 de Novembro de 1940

em nome de Agostinho Ferreira Lima por meio de seu irmão José Carlos Lima

16/11/40

16/11/40

16/11/40

1- Teste: *Antônio Ferreira Lima*

2- Teste: *José Chagas*

Atestado de boa conduta de Agostinho Ferreira Lima, seu irmão, nada censurando as suas atividades, nada censurando as suas atividades, nada censurando as suas atividades.

16/11/40

Delegado de Polícia de D. Martins

16 de Novembro de 1940.

Delegado de Polícia de D. Martins

ANEXO J

Certidão de Óbito do senhor Pedro Uliana

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO D o Espírito Santo COMARCA D o Domingos Martins
MUNICÍPIO D o Marechal Floriano DISTRITO D o Araguaia

REGISTRO CIVIL

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que, sob Nº. 32 a fls. 80 do livro Nº. 1, de Registro de Óbitos, encontra-se o assento de Pedro Uliana, falecido aos 29 de dezembro de 19 18 às 02:00 horas, em Pedreira deste distrito do sexo não consta, de cor não consta, de profissão lavrador, com cinquenta (50) anos de idade, estado civil casado com Antonia Passarella, domiciliado e residente em Pedreira deste distrito, filho o de Antonio Uliana e de Augusta Zanetti.

Foi declarante José Uliana sendo o atestado médico firmado Influenza Hespriuhola que dá como causa de morte.

O sepultamento foi feito no cemitério de Santo Floriano do mesmo lugar deste Distrito.

Observações: natural da Itália. Deixou bens suficientes para inventário o filhos Antonio c/ 25 anos; Augusta c/ 23 anos; Herminio c/ 21 anos; João c/ 19 anos; Angelo c/ 17 anos; Luiz c/ 15 anos e / Jorge c/ 12 anos. Torno lavrado p/ Oficial do R.Civil Angelo Borgo.

O referido é verdade e dou fé.

Araguaia, 14 de maio de 19 94

Sydinei José Bravin
Oficial do Registro Civil

Certidão do Registro Civil e Tabelião
Distrito de Araguaia Município e Comarca
Domingos Martins - Espírito Santo

Fonte: acervo Valdir Antônio Uliana